



## A saúde por um fio

Com a nova Lei de Bases da Saúde, o Governo pretende transformar a assistência médica num negócio de alguns... à custa de todos

Págs. 3, 4 e 5

## Reunião do Comité Central

Em reunião plenária, na passada segunda-feira, o Comité Central do PCP analisou o momento político nacional e as tarefas do Partido, aprovando uma resolução que hoje publicamos na íntegra.

O CC abordou também a situação internacional em que se insere a situação portuguesa. Sublinhou, por um lado, que «na sequência da guerra do Golfo, se verificam novas manifestações da agressividade do imperialismo de que são aspectos de relevo a pretensão dos Estados Unidos de estabelecer pela força militar o domínio no Médio Oriente e de impor a sua hegemonia mundial a coberto de uma «nova ordem», o reforço da NATO tanto mais inquietante quanto se sucede à liquidação do Tratado de Varsóvia; a política de bloco da CEE com as tentativas de instituição de uma política externa, de segurança e de defesa comum assente num pilar armado

(a UEO); e o recrudescer de pressões, imposições, tutelas e ingerências dos países imperialistas nos assuntos internos de Estados soberanos».

O Comité Central anotou por outro lado que, ao mesmo tempo que se confirmam sintomas de crise em países capitalistas avançados, os resultados do referendo na URSS, embora no quadro de uma situação extremamente complexa e desestabilizada, os protestos populares na ex-RDA e noutros países do leste da Europa contra consequências da política de restauração capitalista, a movimentação social e política em numerosos países e a luta que continua dos comunistas, dos trabalhadores e dos povos em defesa da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo constituem expressões das forças e das potencialidades latentes para



Álvaro Cunhal, acompanhado por Aurélio Santos, da CEN do CC, e por Rosa Dias, do CC, divulgou à imprensa as principais conclusões da reunião do Comité Central

contrariar no imediato e inverter no futuro a evolução negativa verificada nos últimos anos na situação mundial.

O Comité Central confirmou a solidariedade do PCP para com a luta dos comunistas, de outras forças revolucionárias, dos trabalhadores e dos povos do mundo. Confirmou igualmente o valor para a luta de

cada povo da luta dos outros povos. A par da solidariedade internacionalista, a melhor contribuição que o povo português pode dar para uma evolução positiva da situação no mundo é a sua própria luta em defesa do regime democrático e da independência nacional, a afirmação da vontade e do direito de decidir do seu próprio destino.

## Privatizações

— os chavões e a realidade

Págs. 20 e 21

● Metalúrgicos prevêm jornada para o dia 26

Pág. 8

PCP

### Iniciativas do PCP:

● Jornadas algarvias

● Assembleia de Loures

● O Encontro de Reformados

Págs. 10 e 11

Páginas Centrais

## Quem faz o Porto são as pessoas



# No horizonte das legislativas

**A** Reunião Plenária de segunda-feira última do Comité Central do PCP, convocada para examinar o momento político nacional e precisar as tarefas do Partido na actual conjuntura, representa um

novo passo para a concretização da resposta política dos comunistas aos problemas e questões mais exigentes da situação portuguesa actual.

Nos horizontes das Legislativas de 1991, a seis meses de distância de uma batalha política de grande fôlego que se reveste de importância decisiva para o futuro do regime democrático e pluralista em Portugal, aos comunistas e ao seu Partido colocam-se exigências de natureza política e de natureza organizativa a que é imperioso responder de pés assentes na terra.

O pluralismo democrático e a necessidade de um visionamento realista dos objectivos e das tarefas do Partido são para os comunistas portuguesas questões de extrema seriedade.

O primeiro - o pluralismo democrático - releva de toda a retórica escolástica e assume no contencioso político português da hora actual uma expressão concreta eminente.

É esse o caso quando em sectores de larga representatividade na chamada «classe política» portuguesa certas forças defensoras em palavra da democracia pluralista, instituída nos dias históricos do 25 de Abril, pretendem instilar de facto no exercício do Poder um conceito que a elude e nega na prática política - o da bipolarização.

Para a direita governante, que intenta reeditar em Outubro a maioria absoluta que obteve nas eleições de 1987, o conceito bipolarizador da política nacional inscreve-se indubitavelmente numa perspectiva táctica de vitória eleitoral dos partidos da direita que a enformam, em particular do PSD.

Pelo contrário, para as forças democráticas - que só globalmente e em convergência podem, na actual correlação de forças, aspirar a uma vitória eleitoral que coloque em minoria a direita no seu conjunto - designadamente o PSD e o CDS - a adopção do conceito de bipolarização política é susceptível de comprometer uma vitória para a qual a convergência democrática é elemento indispensável.

Até o CDS o compreende, como agora foi dito por Freitas do Amaral.

Já aqui abordámos esta questão no número anterior do «Avante!». A Resolução de 15 de Abril do Comité Central do PCP - que incansavel-

mente tem alertado para os perigos de uma tal concepção - desenvolve mais uma vez acerca do seu necessário repúdio uma percutiente argumentação.

**A** segunda questão - de natureza política e organizativa sobre os objectivos e as tarefas imediatas dos comunistas visando as eleições legislativas de Outubro - ocupa na Resolução do Comité Central o espaço de maior relevo.

A Conferência Nacional convocada na Reunião de Fevereiro do CC para o dia 26 do mês próximo inscreve-se numa dinâmica interna de consciencialização e participação democráticas fundamentais de todo o nosso grande colectivo partidário ao nível dos seus órgãos dirigentes mais responsáveis relativamente ao acto eleitoral de Outubro.

Questões basilares da intervenção do PCP nas eleições - como o Programa eleitoral, a escolha e a designação

siste na necessidade pelo PS de pôr resolutamente de lado as deslocadas e irrealistas concepções bipolarizadoras, na necessidade desde já como ponto de partida de adoptar uma dinâmica de entendimento e de convergência entre as forças democráticas que possa ganhar para o objectivo de derrotar a direita - o PSD e o CDS - o voto dos portugueses.

**P** rincipalmente, será no alargamento da base eleitoral da CDU, na conquista do voto dos cidadãos que discordam e mais sofrem nos seus interesses vitais das consequências nefastas da política de restauração monopolista do Governo PSD/Cavaco, que o PCP dará o contributo mais efectivo e válido para a derrota do cavaquismo governante e para a criação de uma alternativa credível ao seu governo e à sua política de desfiguração do regime democrático.

Cavaco Silva e a sua gente efectuam uma febril corrida eleitoralista e demagógica por todo o País, mobilizam vastos recursos do Estado na sua campanha eleitoral com atropelo da legalidade e da idoneidade exigidas ao governo de um Estado democrático.

Pôr a nu a sua hipocrisia eleitoralista, a sua falsa leitura do «crescimento» e do «desenvolvimento» económico e social assentes no crescimento de facto da miséria dos mais pobres e da abastança dos mais ricos, do crescimento e desenvolvimento da alienação de empresas e sectores básicos da nossa economia a favor dos grupos monopolistas reconstituídos e especialmente do capital estrangeiro (que até o suspeito Eurico de Melo critica), no crescimento e desenvolvimento das desigualdades e injustiças sociais (distribuição do rendimento, habitação, saúde, ensino, segurança social).

Que esta política não tem o apoio popular nem soluciona antes agrava os desequilíbrios económicos, sociais e regionais é prova a crescente contestação de massas que se generaliza contra o cavaquismo neste próprio momento.

Como é salientado na Resolução do CC, é «numa oposição eficaz à política do governo» nas diversas frentes, na luta de massas e na luta institucional e política, na acção comum e convergente das forças democráticas, e em especial no reforço da acção e do papel do PCP que os comunistas e os seus aliados da CDU darão a necessária resposta às complexas questões e problemas nacionais nas legislativas de 91.



Que futuro para os refugiados curdos?

## RESUMO

### 10 Quarta-feira

O PSD da Madeira apresenta na Mesa da Assembleia Legislativa um voto de pesar contra a Constituição ■ O Presidente da República devolve ao Parlamento o «pacote laboral» que o Tribunal Constitucional considerara inconstitucional por ausência de consulta pública prévia ■ O PCP manifesta a sua apreensão perante a eventual criação de uma força de intervenção rápida portuguesa a integrar numa unidade militar no âmbito da UEO ■ A CEE expressa a sua vontade de participar directamente nas iniciativas de paz para o Médio Oriente ■ O escândalo financeiro relacionado com verbas conseguidas pelo PSF para financiar a campanha de Mitterrand volta a agitar a França ■ Um assessor de Gorbachev afirma que são infundados os rumores que davam como certa a demissão do presidente ■ O Sporting empata sem golos em Alvalade frente ao Milão.

### 11 Quinta-feira

Freitas do Amaral afirma que o PSD só é solidário com aqueles que ganham, numa alusão às suas dívidas contraídas nas eleições presidenciais de 85 ■ Intelectuais portugueses protestam no Grémio Literário contra o Acordo Ortográfico ■ A Assembleia Municipal de Lisboa aprova novo regulamento para o Parque de Monsanto ■ A Feprof, em reunião com a comissão parlamentar de Educação, afirma que a resolução do conflito que opõe Ministério e professores passa pelo abandono da publicação das listas de progressão na carreira docente ■ Os EUA apoiam o plano de John Major para a criação de uma «zona de segurança» no norte do Iraque para os refugiados curdos ■ Reunido em Bruxelas, o Comité Militar da NATO afirma-se disposto a diminuir o seu dispositivo de defesa.

### 12 Sexta-feira

A Federação Nacional dos Professores dá por concluída a greve nas escolas do preparatório e secundário, reafirmando porém que voltará a adoptar novas formas de luta caso as suas reivindicações não sejam satisfeitas ■ Trabalhadores da RN contestam o decreto-lei que transforma a empresa pública em sociedade anónima ■ Ramos Horta, dirigente da Fretilin, afirma que a luta clandestina e de massas é a alternativa à resistência armada ■ A CEE admite reduzir as sanções económicas à África do Sul ■ Um ataque israelita no sul do Líbano faz quatro mortos e nove feridos.

### 13 Sábado

O ministro Valente de Oliveira revela que o Programa para a indústria têxtil envolve 750

milhões de contos ■ Populares cortam estrada na zona próxima da Batalha como forma de protesto pelos acidentes ali registados ■ Carenciados de tudo, agrava-se dramaticamente a situação dos refugiados curdos ■ Mandela anuncia a criação de unidades de defesa para proteger as áreas negras ■ Uma explosão no petroleiro «Haven» provoca o derrame de 30 mil toneladas de crude no Mediterrâneo, ameaçando tornar-se na maior catástrofe ecológica naquele mar.

### 14 Domingo

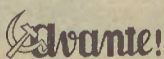
300 produtores de leite derramam quatro mil litros de leite no Mondêgo, em Coimbra, em protesto contra o aumento dos custos de produção ■ Carlos Carvalhas, no encontro nacional de saúde promovido pelo PCP, alerta para a intenção do Governo de repetir em relação ao Hospital de Almada o mesmo «fogo de artifício» que utilizou com o S. Francisco Xavier ■ O presidente da JSD afirma que o seu partido só deve ir para o Governo se tiver maioria absoluta ■ Vinte quadros de Van Gogh são roubados do Rijksmuseum Vincent Van Gogh, em Amesterdão, aparecendo horas depois num carro abandonado ■ O secretário-geral da NATO defende a intervenção da organização no Iraque para responder ao genocídio dos curdos.

### 15 Segunda-feira

O Comité Central do PCP acusa o Governo de desfigurar o regime democrático e apela para o aprofundamento da reflexão sobre a possibilidade da convergência das forças democráticas ■ Carvalho da Silva afirma, numa sessão promovida pela CGTP para assinalar a passagem do centenário da publicação da primeira lei do trabalho das mulheres e dos menores, que a exploração destas duas camadas continua a ser uma realidade ■ É inaugurado em Londres o chamado Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento ■ Boris Ieltsin falha em Estrasburgo o objectivo de estabelecer relações directas com instituições europeias.

### 16 Terça-feira

O Governo e o Partido socialista responsabilizam-se mutuamente, durante uma interpelação na AR, pelo problema da habitação ■ Carlos Borrego é anunciado como novo titular da pasta do Ambiente ■ O ministro da Indústria e Energia inicia uma visita de cinco dias a Angola ■ O presidente da União soviética, Mikhail Gorbachev, começa uma visita oficial de quatro dias ao Japão, a primeira de um chefe de Estado soviético àquele país ■ O presidente da Geórgia decreta a desobediência civil na república, enquanto os sindicatos lançam um movimento grevista ■ Cerca de três mil curdos são reconduzidos à força pelo Exército turco para lá da fronteira iraquiana.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax. 795 22 64  
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2º 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF - 500 090 440  
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livreira, SA. Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10  
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65  
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra Telef. (039) 20753  
— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ldª Sector de Distribuição  
Sede: Rua do Norte, 115, 1º 1200 Lisboa Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04  
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77  
Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Gufões 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50  
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7  
PUBLICIDADE: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7  
Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS E ESPANHA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 10.090\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00
Nome _____
Morada _____
Código Postal _____ Telef. _____
Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale do correio.

## Saúde

# Privatizar os lucros e nacionalizar os prejuízos

Com a nova Lei de Bases de Saúde, o Governo pretende transformar a assistência médica num negócio de alguns... à custa de todos

Privatizar os lucros e «nacionalizar» os prejuízos é a filosofia básica da sanha desnacionalizadora deste Governo. No caso específico da Saúde, o executivo de Cavaco Silva vai ainda mais longe: dá aos privados os meios necessários para a sua «iniciativa» através... do erário público.

É o sentido que tem a imposição governamental da aprovação da nova Lei de Bases de Saúde na Assembleia da República onde, a par do objectivo declarado de liquidar o Serviço Nacional de Saúde, quase grosseiramente e entre outras coisas, se pretende «legalizar» o apoio do Estado à iniciativa privada através dos dinheiros públicos, substituindo-se-lhe, assim, na criação das suas próprias estruturas. E o esquema é simples: o sector privado vai-se instalando progressivamente nas unidades públicas de Saúde, sugando-lhes os meios ou deles se apropriando, enquanto vai estabelecendo preços a pagar pelo utente por serviços que ele próprio já pagou, através das contribuições ao Estado. As coisas têm mais umas voltas, mas basicamente vão dar aqui.

Convém recordar que a intervenção da iniciativa privada esteve sempre virada prioritariamente para os meios complementares de diagnóstico e na base de estruturas «empresariais» de pequena dimensão, com a medicina privada a viver, na grande maioria dos casos, à sombra dos contratos de convenção celebrados com o Estado.

É esta situação (em que as convenções e os «priva-

dos» têm sido supletivos do SNS) que o Governo do PSD pretende inverter, nomeadamente através do sistema de «seguros-doença» — curiosamente alvo de contestação, neste momento, por parte de amplos sectores sociais nos países capitalistas mais desenvolvidos onde foi implementado (ver texto sobre o assunto, nestas páginas).

Uma coisa é a iniciativa privada investir, com meios próprios, na criação de estruturas privadas, outra é o próprio Estado — como pretende o Governo PSD — alienar serviços públicos, privatizando-os e entregando-os à exploração privada de «amigos». A criação de estruturas privadas na Saúde

de com meios exclusivamente privados não deve nem pode ser feita à custa da deterioração intencional dos serviços públicos, da sua descapitalização, da falta de investimentos e de uma gestão desastrosa dos administradores nomeados partidariamente pelo Governo.

E é isto que está a acontecer.

Entretanto as notícias vindas a lume nos últimos meses, relatam o interesse de alguns grandes grupos económicos em investir na área da Saúde e em avançarem para a construção de unidades hospitalares privadas. Não é por acaso...

Importa também ver que a privatização de serviços

de Saúde irá acarretar grande instabilidade profissional aos seus técnicos e criar situações de grande precariedade do seu vínculo laboral, à semelhança do que tem acontecido noutros países onde tais soluções foram adoptadas.

## Um direito que se perde

Em Portugal, as experiências já tentadas em torno das grandes unidades hospitalares privadas, com grande apoio do actual Governo, têm vindo a revelar-se fracassos. É o caso da Clipóvoa e do Hospital da Prelada, que possuem já um déficit de várias centenas de milhares de contos,

isto apesar de contarem com contratos de convenção e de existirem, numa delas, médicos destacados de um dos hospitais centrais do Porto.

Apesar da Constituição estipular com total limpidez que compete ao Estado assegurar o direito à protecção da saúde de todos os cidadãos, a Lei de Bases aprovada por vontade do Governo abastarda o princípio através da introdução de uma perversa variação, estabelecendo que a protecção à saúde é da «responsabilidade conjunta dos cidadãos, da sociedade e do Estado». Como denunciou o deputado do PCP, João Camilo, no debate da Lei de Bases do Governo, «esta

diluição da responsabilidade do Estado é não só a porta aberta para a partilha dos custos da saúde, mas é a perda, de facto, do direito à protecção da saúde como direito fundamental e universal dos portugueses».

É isto que está em marcha, desde os escândalos do «consulato» de Leonor Beleza. O actual ministro, Arlindo de Carvalho, confirma-o plenamente quando afirma, como o fez há dias, que «pouco vai restar do Serviço Nacional de Saúde». O princípio de «quem quer saúde, paga-a» ergue-se, sinistramente, no horizonte dos portugueses, para fortuna de alguns e o sofrimento de muitos, muitos mais...



## O seguro da nossa insegurança

O sistema «seguro-doença» que o Governo nos quer impingir é uma história que merece ser contada. Recordemo-la resumidamente.

A prestação de cuidados de Saúde no nosso país tem conhecido um drástico agravamento, fruto da política seguida pelos últimos Governos que têm procurado desarticular e destruir os serviços públicos de Saúde, boicotado a aplicação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), impedindo-lhe a regulamentação e visando o seu descrédito ao ligá-lo à sua deficiente prestação de cuidados de saúde que hoje se verifica.

A aprovação, o ano pas-

sado, pela AR, da Lei de Bases de Saúde apresentada pelo Governo traduziu-se num substancial retrocesso na garantia do direito à saúde das populações (aprovação, aliás, só possível graças aos votos do PS na última revisão constitucional, que alterou a redacção do Art. 64.º).

Contendo aspectos claramente anticonstitucionais, esta nova legislação visa transformar o direito à Saúde num qualquer bem de consumo sujeito às leis da oferta e da procura, onde quem tem dinheiro compra cuidados de saúde e quem não tem fica sujeito à evolução natural da doença.

Além disso institucionaliza, no plano legal, a parasitação do sector público pelo sector privado, levada ao extremo do primeiro financiar o desenvolvimento do segundo.

Mas o Governo tem ideias claras sobre o que anda a fazer. O seu projecto pretende impor, como alternativa ao SNS, o tão falado «sistema seguro-doença».

Tal objectivo não tem em conta a falência deste sistema em diversos países industrializados e de maiores recursos económicos e financeiros que o nosso, representando uma clara cederência e cumplicidade com

poderosos «lobbies», que pretendem transformar este direito constitucional num chorudo negócio para alguns. Por outro lado ignora, deliberadamente, a actual tendência internacional de conferir ao Estado um peso crescente na responsabilidade social da prestação de cuidados de saúde (na Suécia, por exemplo, somente 6% dos cuidados são prestados pelo sector privado).

É, no mínimo, bizarra esta obsessão governamental em nos impor o «seguro-doença» no momento em que ele está a ser profundamente posto em causa (ou a ser progressivamente aban-

donado) pelos próprios países que mais longe o levaram devido às gritantes injustiças que sempre produziu. É paradigmático o exemplo dos EUA, país que faz os maiores gastos com a saúde em todo o mundo e onde, contudo, o «seguro-doença» originou que 37 milhões de americanos não tenham acesso a quaisquer cuidados de saúde, que 39 milhões necessitem destes cuidados e tenham grande dificuldade em obtê-los e ainda que 45 milhões com doenças crónicas ou graves não consigam quaisquer consultas nos 12 meses anteriores. Sublinhe-se que estes números — que falam por si — foram

divulgados pela Ordem dos Médicos Americanos.

É «isto» que o Governo de Cavaco Silva, com Beleza ou com Arlindo, continua a querer impor aos portugueses, sobre os escombros do Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito e a favor de grandes interesses económicos privados. Fazendo tábua rasa do que é óbvio e consensual: o «seguro-doença» não constitui qualquer solução válida para a melhoria da situação existente, contribuindo, pelo contrário, para o brutal agravamento da acessibilidade aos cuidados de saúde da esmagadora maioria da população portuguesa.

# Os hospitais que ninguém quer

Infelizmente para todos nós repetem-se por todo o país os casos de hospitais que não funcionam, administrações que cometem ilegalidades, urgências superlotadas

Excesso de procura, falta de dinheiro, má gestão dos recursos humanos e materiais existentes são alguns dos males que afectam a maioria dos hospitais civis portugueses. Problemas que são agravados por medidas impostas pelo Governo como a actual Lei de Gestão Hospitalar ou a não atribuição das verbas unanimemente consideradas necessárias para o funcionamento dos hospitais.

Nas urgências, verdadeiros espelhos do funcionamento dos hospitais, os problemas são maiores e agravados. Na base está o mau funcionamento da rede de cuidados primários de saúde e a sua falta de articulação com os cuidados hospitalares propriamente ditos. São muitas as histórias em São José ou Santa Maria, por exemplo, de casos vindos da província e que chegam a estes hospitais para atendimentos que poderiam ter sido feitos na origem. Muitas vezes os doentes viajam quilómetros de ambulância para tirar uma simples radiografia.

A má organização e estruturação dos serviços de urgência é acompanhada por um deficiente sistema de comunicações e transporte e não parece ser a multiplicação ou o alargamento destes serviços que resolverá a situação, uma vez que os problemas básicos não estão resolvidos: tal passaria pela atribuição às unidades de internamento em regime de permanência de capacidades para resolução e intervenção junto das urgências, o que hoje não sucede.

Curiosamente as urgências, sobretudo em Lisboa, tendem a ser utilizadas pelo Governo como trunfo eleitoral: foi assim com Leonor Belez, Costa Freire e a abertura do Hospital de São Francisco de Xavier (com os conhecidos escândalos financeiros ligados ao caso) e será assim até Outubro próximo: com um investimento de um milhão e 600 mil contos

pretende-se dividir a Grande Lisboa em dez sectores, implicando a abertura de três novas unidades hospitalares e 18 novos centros de atendimento. Para além da exequibilidade deste projecto ser duvidosa continua-se a afinar o serviço no interior da cidade em vez de abrir pólos na periferia. Só que mesmo que o projecto governamental vá avante, ficarão a faltar médicos e equipas onde antes existiam e os doentes correm o risco de passar horas a navegar de hospital em hospital até encontrarem um atendimento eficaz.

Algumas das últimas histórias vindas a público são exemplos angustiantes.

No Hospital de São José a administração prepara-se para pôr em prática medidas para aumentar o horário de trabalho dos médicos nas urgências, que legalmente não pode exceder as 24 horas por semana. Ficará inclusivamente uma equipa encarregada desse trabalho, diariamente, entre as oito e as 16 horas, o que do ponto de vista físico e psicológico é de uma violência inaceitável. Por outro lado a extinção da chamada pequena urgência e o seu deslocamento para outras unidades lisboetas não vai significar um real alívio do serviço de urgência de São José, uma vez que a maior parte do trabalho já existente tem a ver com a urgência pesada. Mas, ao abrigo desta propalada descentralização, as equipas médicas de São José foram reduzidas a metade dos seus elementos.

Casos que estão igualmente a acontecer no Grande Porto, entretanto obrigado a suportar seis novos centros de atendimento urgente.

Perante os protestos dos sindicatos médicos, o instrumento utilizado pelo Governo é a Lei da Gestão Hospitalar, criada por Leonor Belez, e que fez chegar o poder político aos hospitais: as administrações são agora ocupadas por gente da confiança do partido do Governo.

No Algarve o Hospital Distrital de Faro teve de enfrentar um inquérito da Inspeção-Geral dos Serviços de Saúde pela inexistência de contratos, ordenados exorbitantes e compra de material sem efectivação de concurso. Em causa estava o administrador-delegado Manuel Maquias, considerado da confiança de Leonor Belez. Arlindo de Carvalho acaba por o exonerar mas despede também todo o conselho de administração, inclusivamente os administradores que haviam levantado a questão.

Em Portimão faltam médicos, enfermeiros, maqueiros e até pessoal auxiliar. O mês passado o sindicato dos Médicos da Zona Sul qualificava a situação como sendo de «caos».

O Algarve entretanto vive com insuficiências gritantes nas estruturas de saúde sujeito que está à pressão do turismo e da própria população residente.

Mais casos: unidade de cuidados intensivos de Santa Maria - inaugurada três vezes, continua fechada. Pavilhão de consultas de São José - inaugurado a 19 de Março e fechado no dia seguinte. Centro de hemodiálise do Hospital de Beja - equipado há três anos e ainda fechado. Hospital de Santarém - durante dois anos considerado pronto para entrar ao serviço e fechado por falta de pessoal.



Abrantes e Castelo Branco - funcionamento parcial. Setúbal - a administração demitiu-se o mês passado após uma série de queixas dos utentes e do pessoal, enquanto um grupo de médicos denuncia publicamente carências várias; por exemplo, nas urgências seriam precisas 100 camas mas existem somente as que o Hospital pode suportar, ou seja, 80. Almada - inauguração prevista para Junho próximo com previsível privatização; funcionamento em pleno previsto para...1994.

Infelizmente, para todos nós, os exemplos poderiam repetir-se até à exaustão.

## Relações Governo/médicos

# O autismo cavaquista

Depois do «fim» de Leonor Belez pretende-se que tudo vai bem entre médicos e Governo. Não é verdade.

Os médicos dizem-se impossibilitados de prestar um adequado atendimento dos utentes dos serviços públicos de saúde. E culpam o Governo por uma situação de degradação das condições de trabalho e pelo autismo perante protestos e tomadas de posição várias. Com Leonor Belez aplicou-se uma política lesiva dos interesses da classe e tentou-se fazer dos médicos os culpados dos maus serviços de saúde com que todos nós lidamos. Com Arlindo de Carvalho o comportamento agressivo de Belez foi substituído por uma postura doce que permitiu ao titular da pasta fazer publicar alguma da legislação anteriormente recusada pelos médicos.

Congelamento de escalões salariais, diferenças de 40 e 60 contos de ordenado para médicos do mesmo grau e anos de serviço, não actualização desde 1983 do subsídio de fixação, extinção do exame final do internato complementar dando à Ordem dos Médicos o monopólio da titulação de especialistas (e abdicando o Estado de titular os médicos que ele próprio forma), projecto de regulamento dos internatos médicos, governamentalização dos regulamentos dos concursos e uma dívida de oito milhões e 400 mil contos para com os médicos são alguns dos problemas existentes.

Mas o mais grave é a degradação das condições de trabalho e o clima de insegurança e medo instalado pelas administrações de muitos hospitais.

Diz o doutor Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, que os

médicos têm de trabalhar em serviços onde é exercida «uma acção política deliberada que visa o descrédito das instituições públicas de saúde».

O número de médicos nos centros de saúde é insuficiente (só no distrito de Setúbal faltam 200 médicos de família) e as equipas das urgências são reduzidas.

«Mas o Ministério da Saúde mantém de fora das carreiras centenas de jovens médicos», diz o doutor Mário Jorge que se queixa também das nomeações das administrações hospitalares, pessoas «sem qualquer perfil técnico para o exercício destas funções» levando muitas vezes a situações de ruptura o funcionamento das unidades de saúde.

O Sindicato acusa essas administrações de levarem à prática as orientações governamentais de degradar e desacreditar os serviços públicos de modo a pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde e abrir caminho à privatização.

Perante isto tudo questionar-se-á porque é que os médicos não desencadeiam acções reivindicativas similares às do tempo de Leonor Belez. O doutor Mário Jorge fala na compra do silêncio de algumas estruturas médicas: «a uns prometeu-lhes o futuro Hospital do Coração e a titulação de especialistas, a outros vários hospitais distritais como Almada, Guimarães e Castelo Branco». E conclui: «a troca de negociações, estas estruturas preferiram abandonar a defesa dos médicos, que dizem representar».



## Contra o Serviço Nacional de Saúde

Quando Arlindo Carvalho anunciava em recente entrevista ao «Público» que «pouco vai restar do Serviço Nacional de Saúde» pretendia dar como adquiridos alguns dos argumentos que ao longo do tempo têm servido ao PSD e ao Governo para tentar destruir o SNS. «Estatização da saúde» e «falta de condições adequadas para a iniciativa privada poder exercer a sua actividade» são alguns desses argumentos, desmentidos pela realidade.

Importa saber que Portugal é o país da CEE que apresenta as mais baixas despesas públicas com a saúde (apenas 3,9 por cento do produto interno bruto) e é o Estado que cobre a menor fatia das despesas nacionais com a saúde (53 por cento) ao contrário do que sucede com países que nem sequer têm um SNS institucionalizado como é o caso da França (78 por cento) e Espanha (72 por cento). A Inglaterra, que ainda hoje, apesar das medidas dos governos conservadores, tem um presti-

giado Serviço Nacional de Saúde, tem um Estado que cobre 87 por cento das despesas com a saúde realizadas no país.

Quer isto dizer que as famílias e as empresas portuguesas são as que na Europa da CEE asseguram o pagamento da maior fatia das despesas nacionais com a saúde (47 por cento).

Mas há mais: segundo dados obtidos pelo Inquérito Nacional de Saúde em 1987 só 16 por cento dos cuidados dentários, 48 por cento dos exames radiológicos, 30 por cento dos exames laboratoriais e 48 por cento das consultas de especialidade foram prestadas, nesse ano, pelo sector público da saúde.

O Serviço Nacional de Saúde transfere, em média, 40 por cento do seu orçamento anual para o sector privado enquanto o sector público absorve somente, de forma directa, 1/3 dos gastos anuais com a saúde no nosso país.

Onde estão os argumentos do Governo e do PSD?

Em Lisboa, com mais de 250 pessoas

# PCP realiza Encontro Nacional de Saúde

No passado fim-de-semana o PCP realizou o seu 3.º Encontro Nacional de Saúde nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, sob a consigna «Defender o Direito à Saúde, Participar, Regionalizar, Intervir», uma iniciativa que reuniu 250 pessoas e foi encerrada por uma intervenção do secretário-geral adjunto do Partido, Carlos Carvalhas, que condensamos a seguir.

Este importante encontro do PCP surgiu numa altura em que, como se referia num dos seus textos/anúncios, «as múltiplas medidas atentórias do direito à saúde, que o actual Governo

PSD tem vindo a aplicar, visam transformar a saúde num privilégio de alguns sectores sociais, e submetê-la às leis do mercado como se de um bem de consumo se tratasse», assumindo-se o PCP mais uma vez «de forma inequívoca como o Partido que está mais profundamente empenhado na defesa do direito à saúde das populações e contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde, geral, universal e gratuito».

O debate decorreu em quatro Mesas, abordando os seguintes temas: Mesa 1: — Nova lei de Bases de Saúde e suas implicações;



privatizações; seguros-doença; actividade privada; convenções. Mesa 2: — As propostas do Partido;

o combate à política de direita para a saúde; iniciativas políticas. Mesa 3: — Situação da prestação dos

cuidados de saúde; cuidados primários; cuidados diferenciados; urgências. Mesa 4: — Participação da

população; Regionalização; formas de intervenção autárquica, sindical e associativa.



## Intervenção de Carlos Carvalhas

(...) Nós continuamos a bater-nos para que o **Direito à saúde** se materialize na criação de condições para o bem-estar físico, mental e social dos portugueses, por um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde reestruturado, tendo em conta a complexidade dos financiamentos e o envelhecimento da população, com gestão eficiente participada e descentralizada pela clara delimitação entre o sector público e privado, pela regionalização dos serviços prestados de cuidados de saúde, por um particular apoio que vise a promoção da saúde, a prevenção da doença e a reabilitação, pela participação activa dos trabalhadores da saúde e das populações na planificação, gestão e controlo dos serviços co-responsabilizando-os na defesa da sua própria saúde.

São conhecidos os principais eixos da propaganda do governo e do PSD, pelo que consideramos importante denunciar os equívocos e falsidades que lhe estão subjacentes e desvendar os reais objectivos que, com tais concepções, o PSD prossegue.



1. Em primeiro lugar a propaganda do **crescimento económico**, quando se sabe que o nosso crescimento poderia e **deveria ter sido maior**. O governo não justifica onde gastou os 700 milhões de contos que recebeu da CEE, nem as vantagens da conjuntura externa. O crescimento, além da maior, deveria ter sido qualitativamente diferente.

Na verdade nestes últimos cinco anos não só crescemos menos do que a vizinha Espanha, por exemplo, como o nosso crescimento foi social e regionalmente desequilibrado, pois agravaram-se as desigualdades

sociais e regionais e não se modernizou o aparelho produtivo.

Mas se o Governo sabendo que vai ser posto em causa em Outubro, ao mesmo tempo que toca o teclado do crescimento económico acelera ao máximo as privatizações, a reconstrução do latifúndio e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores (Pacote Laboral) procurando assim desfigurar o mais profundamente possível o regime democrático consagrado na Constituição da República.

2. Um segundo eixo e tema de propaganda é o da

«estabilidade governativa», como se esta tivesse um valor em si mesmo. A estabilidade governativa do PSD tem-se traduzido por uma real desestabilização na esfera social, que o digam os trabalhadores da saúde, os médicos, paramédicos e enfermeiros, os professores, os trabalhadores da saúde que tiveram de entrar em luta nestes últimos cinco anos, para defender os seus direitos e aspirações, mas também no plano político e institucional traduzido num vasto cortejo de atitudes arrogantes e contraditórias em detrimento do respeito devido aos demais órgãos de soberania.

Por isso solicitamos e sublinhamos que a grande perspectiva que se abre ao povo português com as próximas eleições legislativas é exactamente a de contrapor a uma «estabilidade governativa que tem servido uma péssima política, uma nova política ao serviço progresso do país e do bem-estar dos portugueses.

3. Um terceiro eixo é a de procurar dar a imagem de que o **Governo trabalha e se preocupa com o país enquanto a oposição se preocupa com as eleições...**

Este eixo tem sido facilitado, infelizmente, pelas atitudes do PS, com a imediata propaganda logo após as Presidenciais do agora nós, com as partes gagas das eleições antecipadas, com o burburinho à volta das listas.

Este eixo propagandístico do PSD teve expressão recente na história das multas aos deputados do PSD ausentes do Plenário para procurar dar a ideia como dizer a um deputado do PSD que «o Governo trabalha e os outros fazem política».

Aqui há que lembrar que o PSD tem a maioria parlamentar e que a dinâmica ou falta de dinâmica do Parlamento se deve em boa parte a ele. E mais, que as multas o que mostram é que mais dez menos dez deputados ao PSD não fazem falta nenhuma pois estes estão lá só para carimbar as leis do Governo, completamente divorciadas dos anseios das populações.

4. Um quarto eixo consiste em focar e realçar a actividade do Governo neste último ano, procurando que os cidadãos se esqueçam destes últimos cinco anos e que a memória se fixe nestes últimos meses de benesses, dádivas e promessas.

Aqui é necessário recordar que o PSD está há mais de 11 anos do Poder, que este é o governo dos textos

salarais, o governo das famosas OPVs e da especulação bolsista, o governo de Cadilhe e da dupla Beleza/Costa Freire...

2. Por último, um dos eixos conhecidos e repetidos da propaganda do PSD é a de se apresentar como se fosse oposição à sua própria política, procurando assim capitalizar o descontentamento dos mais incautos.

Cito um deputado do PSD: «já foram contra a Constituição, contra o Bloco Central, contra as leis que fizemos e os governos em que participamos anteriormente», fim de citação.

Esta é a postura do PSD. Cabe-nos a nós desmascará-lo e apresentarmo-nos pela positiva com o nosso trabalho na AR, no PE, no Poder Local, nos Sindicatos, nas Associações Populares.

## A gestão dos comunistas

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou em Fevereiro do ano passado, na Assembleia da República, um Projecto de Lei de Bases de Saúde com várias propostas inovadoras, de que salientamos a referente à **autonomia da gestão hospitalar**, que reflecte uma posição inovadora e sem paralelo a nível das restantes forças políticas.

Nela o PCP defende a concessão de autonomia de gestão a serviços de saúde por períodos renováveis, através de um júri idóneo nomeado pelo Instituto de Controlo de Qualidade da Saúde (a

criar), que apreciará o mérito do projecto.

O regime de autonomia de gestão proposto pelo PCP permitiria, nomeadamente: autonomia de aquisição de material e equipamento; criar incentivos de remuneração e valorização profissional que compensem melhorias de produtividade e inovação; e utilizar verbas para a formação e reciclagem do seu pessoal. Tais atributos constituiriam um poderoso incentivo para uma melhor e mais adequada rentabilização de muitos dos serviços existentes.

## TV PRIVADA

### Sobre afirmações à Rádio Renascença atribuídas a Álvaro Cunhal

Desmentindo notícias dadas por alguns órgãos de comunicação social relativas a afirmações que teria feito na entrevista concedida à Rádio Renascença no dia 6 de Abril, Álvaro Cunhal esclareceu na Conferência de Imprensa sobre a reunião do Comité Central realizada no dia 15 de Abril (como havia já feito em intervenção realizada na Assembleia de Organização Concelhia de Loures do PCP no dia 13) não ter afirmado na referida entrevista que deveria ser concedido à Igreja um canal de televisão.

Falando da entrega de canais de televisão a grandes grupos económicos privados como fazeção parte das medidas do Governo afectando a democracia política, e questionado sobre se considerava da mesma forma a Igreja Católica, Álvaro Cunhal respondeu que a Igreja é uma situação particular, que merece especial cuidado no tratamento da questão.

Esta preocupação não significa entretanto a concessão à Igreja de um canal privado. Tanto na Assembleia de Loures como na conferência de imprensa do dia 15, Álvaro Cunhal lembrou que já hoje a Igreja dispõe de um muito vasto espaço na RTP.

## Gestão democrática das escolas

**Finalmente o debate**

A administração e gestão democrática das escolas, matéria que aguarda há mais de três anos por diploma legal para que seja cumprido o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, vai finalmente ser apreciada em plenário, consoante a agenda de trabalhos da sessão parlamentar do próximo dia 23.

Trata-se de um diploma legislativo sobre uma área da maior importância na vida dos estabelecimentos escolares, considerado determinante para a concretização da reforma educativa, cuja elaboração tem sido no entanto marcada

por um injustificado atraso por parte do Governo.

Este, com efeito, depois de ter expirado largamente o prazo definido na Lei de Bases, limitou-se a apresentar no ano passado um esboço de decreto-lei que submeteu ao parecer do Conselho Consultivo Nacional de Educação, cujo conteúdo foi objecto de generalizada contestação, nomeadamente entre docentes e estudantes.

Na base da viva reprovação que o documento governamental suscitou entre a comunidade escolar, recorde-se, esteve o facto de as soluções nele preconiza-

das configurarem uma deliberada aposta na destruição do sistema de gestão democrática, entrando assim frontalmente em ruptura com princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo e da gestão democrática.

Este seria, aliás, um dos motivos que acabaria por estar na origem da decisão dos parlamentares comunistas de apresentarem em Outubro do ano passado um projecto de lei sobre esta matéria, no qual avançam com um conjunto de propostas alternativas, algumas delas inovadoras, resultado de uma ampla consulta junto de vários corpos

de escolas, com as quais visam valorizar e aperfeiçoar as experiências de gestão democrática, consagrando simultaneamente em lei outras experiências positivas.

Soluções que no próximo dia 23, devido à marcação do PCP, estarão em confronto com as defendidas pelo Governo, impedido agora de se furtar ao debate, e bem assim com as posições do PS que se sentiu na obrigação de apresentar também um projecto de lei sobre esta matéria, o que sem dúvida reforça a oportunidade e importância da iniciativa legislativa dos deputados comunistas.



Iniciativas Legislativas do PCP

**Na forja**

Incidindo nas áreas dos direitos dos trabalhadores, da segurança social e da juventude, os quatro projectos de lei que os deputados comunistas examinaram e aprovaram nas suas Jornadas Parlamentares realizadas em Coimbra, nos passados dias 5 e 6, encontram-se em fase conclusiva, prevendo-se a sua entrada na Mesa nos próximos dias. Dar resposta urgente a problemas sociais e de camadas específicas da população é o principal objectivo dos diplomas.

**Acidentes de trabalho e doenças profissionais**

É conhecido o valor escandalosamente baixo que recebem os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais, valores tão baixos que são causa de situações de verdadeira miséria. O projecto do PCP introduz profundas melhorias à situação desses trabalhadores, quer por proceder à revisão da fórmula do cálculo das pensões, conduzindo ao seu aumento, quer por estabelecer o princípio da actualização anual, quer ainda por apontar para indemnizações que constituam reparação integral ao dano sofrido (incluindo os danos morais).

**Apoio ao associativismo**

O projecto visa aprovar um inovador quadro de apoios públicos aos milhares de associações recreativas e culturais existentes por todo o país e que prestam inestimáveis serviços às populações. É necessário pôr cobro à situação de crescentes dificuldades em que vivem essas colectividades. O projecto do PCP propõe apoios técnicos, logísticos e financeiros, isenções fiscais e apoios aos dirigentes associativos amadores, tudo num sistema de administração que tenha activa participação de representantes das colectividades.

**Combate à poluição dos rios**

No seu articulado, o projecto prevê um conjunto de medidas, designadamente através da definição de um sistema participado de gestão das bacias hidrográficas, garantindo a participação dos utilizadores da água, das autarquias locais e das associações de defesa do ambiente, além do Instituto Nacional da Água, e também através do estabelecimento das obrigações da Administração Central, incluindo nas comparticipações nos investimentos necessários.

**Cargos políticos**

Este projecto de lei introduz alterações à lei do controlo da riqueza dos titulares de cargos políticos (a chamada Lei da declaração dos rendimentos dos políticos). Ao propor uma profunda revisão da lei, o PCP pretende designadamente que a regra passe a ser do acesso às declarações por todos os interessados, acabando-se com a regra de secretismo que tem imperado e que tem impedido os jornalistas (e, em consequência, a opinião pública) de terem conhecimento dos rendimentos dos políticos e assim de poder ser exercido um efectivo controlo público sobre esses rendimentos. O PCP entende, como aliás foi afirmado por todos os partidos em 1983, que a Lei fez-se para haver a transparência. Por isso, é necessário garantir os mecanismos adequados para efectivar essa transparência.

No Projecto, propõe-se que a Procuradoria Geral da República controle o conteúdo das declarações, em caso de suspeita de crime, e que sejam instituídas efectivas punições criminais para as infracções.

**Distrito de Lisboa passado a pente fino**

Com a manhã de hoje preenchida com visitas ao Hospital de S. José, ao LNEC, à foz do Trancão e a obras de saneamento em curso no concelho de Loures, a que se seguirá uma deslocação à Covina, vários deputados comunistas prosseguem hoje o intenso programa de visitas e encontros inseridos nas suas Jornadas Legislativas do distrito de Lisboa, incidindo desta feita na capital e no concelho de Loures.

Iniciado há várias semanas com deslocações que cobrem praticamente todos os concelhos do distrito, o programa destas Jornadas inclui durante o dia de hoje reuniões com freguesias da

Zona Oriental da capital, uma ida ao teatro seguida de encontro com profissionais do sector e ainda um encontro com a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio e dirigentes associativos.

Para amanhã, da agenda de trabalho dos deputados que participam em iniciativas na cidade de Lisboa, constam pela manhã, encontros com as escolas de Música de Lisboa, Superior de Dança de Lisboa, Superior de Música, Dança de Lisboa e Comissão Instaladora da Escola Superior de Teatro e de Cinema. À tarde, as atenções estarão viradas para uma visita ao Teatro S. Carlos, para um

convívio com reformados na Junta de Freguesia de Alcântara, encontros com a USL e com a CIL, com Associações de Pais, Conselhos Pedagógicos e Directivos da Escolas de Lisboa, no Hotel Zurique.

Em Loures, ainda durante o dia de amanhã, o programa inicia-se às 9.30 com uma visita à escola Secundária Agrícola da Paiã, prosseguindo com visitas ao Centro de Saúde de Odivelas e à Cooperativa Agrícola de Loures, estando igualmente previstos encontros com as Associações de Bombeiros Voluntários de Loures e com as juntas de freguesia da Zona Ocidental do Concelho.

No sábado, em Lisboa, o destaque vai para uma visita ao Bairro Alto e para um encontro com associações de Bairros Tradicionais da capital, enquanto que em Loures o ponto alto da agenda é um encontro no salão nobre da Câmara Municipal com associações de melhoramentos, comissões de moradores e juntas de freguesia.

Nestas Jornadas Legislativas participam os deputados Carlos Brito, Octávio Teixeira, João Amaral, Jerónimo de Sousa, Ilda Figueiredo, João Camilo, António Filipe, Victor Costa, Paula Coelho, José Manuel Mendes e Miguel Urbano Rodrigues.

## Viana do Castelo

**Onde está o desenvolvimento integrado?**

Problemas de superlotação em estabelecimentos escolares, desprezo pelo património histórico e monumental, vitivinicultores com problemas de escoamento do vinho e agricultores há anos a aguardar por indemnizações devidas pelos prejuízos em colheitas, cuidados de saúde em condições precárias, preocupações pelo futuro dos estaleiros, tais foram, sumariamente, alguns dos problemas recensados pelos deputados comunistas numa recente visita que efectuaram ao distrito de Viana do Castelo.

António Mota, um dos participantes nessa deslocação, descreveu sucinta-

mente alguns dos aspectos observados, detendo-se de forma particular a analisar o que considerou ser a ausência de um desenvolvimento integrado, o mesmo é dizer, a falta de qualquer planeamento em sectores fundamentais para a vida das populações.

O deputado comunista referiu-se nomeadamente ao problema da saúde — um dos mais sentidos no distrito —, salientando, entre outros, a falta de privacidade e comodidade nas urgências, escassez de médicos para o número de doentes existentes, excesso de horas de trabalho de serviço para as equipas médi-

cas (às vezes 72 horas de trabalho consecutivo).

Atenção especial dedicou ainda António Mota à questão da privatização dos estaleiros, operação que em sua opinião só razões políticas poderão explicar, e que está a suscitar legítimos receios entre os trabalhadores e a comunidade local.

É que, lembrou, a importância desta empresa no contexto da região decorre não apenas do ponto de vista económico, mas também social, como atesta o facto de contribuir no plano da indústria transformadora com 30 por cento de emprego e 53 por cento do produto fabricado.

Elucidativo da forma

como o Governo trata as questões do património, por outro lado, é o caso relatado pelo deputado comunista relativo à Estação Arqueológica de Santa Luzia. Trata-se sem dúvida de mais um exemplo de inaceitável incúria e marasmo por parte do IPPC, como se comprova pelo facto de os planos de preservação, rescavação e tratamento histórico, há muito propostos, continuarem a ser ignorados pelo Governo, enquanto o valioso Castro se encontra «praticamente ao abandono sem quadros residentes nem acções que o adequem às necessidades imperiosas de uma vivificação do espólio».

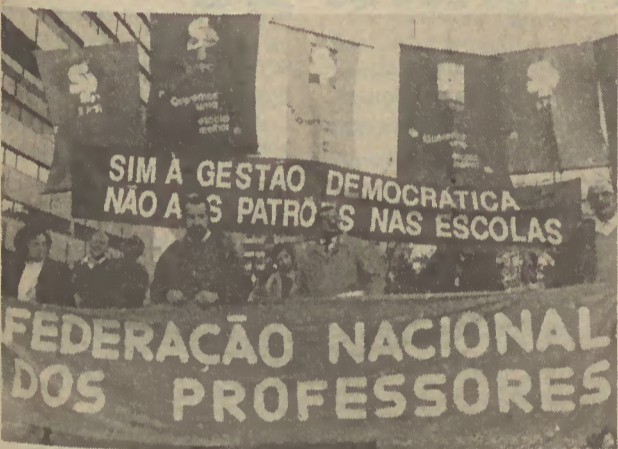


## Ministério admite culpas

O ministro da Educação reconheceu explicitamente em reunião da Comissão de Educação, realizada na passada semana por proposta dos deputados comunistas com o intuito de analisar a situação de grave instabilidade nos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, que o seu Ministério não «foi suficientemente lesto» a avisar em Novembro ou Dezembro últimos a opinião pública e os professores sobre as dificuldades já então existentes para cumprir o Decreto 409/89.

Na mesma reunião, os representantes do Ministério reconheceram que são necessários mais de 70 milhões de contos para fazer face ao aumento da massa salarial com os professores em 1991, comparada com 1990, tendo igualmente informado que o Ministério das Finanças já deu assentimento para o Ministério da Educação ter duas dotações excepcionais (uma dada já em Março, recorde-se, prevendo-se a outra para Maio).

Garantido foi ainda, na presença dos deputados que integram a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que as listas serão publicadas até 15 de Maio e tudo será pago com efeitos retroactivos a Janeiro.



## Ciência em debate

Subscrito por uma dezena de deputados comunistas foi entregue no final da passada semana na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação com vista à realização no mais curto espaço de tempo possível de um debate em Plenário sobre a problemática do financiamento da I&DE e do Programa Ciência.

O fosso que nos separa do nível dos países e regiões mais desenvolvidos, como até de outros vulgarmente designados por novos países industrializados, e a necessidade de o superar, vencendo o atraso do sistema científico e técnico português, constituem, pois, razões mais que suficientes para justificar um debate desta natureza.

Um debate que, na perspectiva dos deputados comunistas, para além da valiosa contribuição e participação da comunidade científica, deve ser alargado a todas as esferas da vida nacional, envolvendo a opinião pública e todas as forças activas, nomeadamente políticas económicas, sociais e culturais.

## BCP discrimina

O secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, reconheceu perante a Câmara a existência de indícios de violação da lei por parte do Banco Comercial Português no que se refere à sua política de admissão de pessoal, adiantando contudo — num claro subterfúgio à questão — nada poder fazer, porque, garantiu, «como estamos num Estado de direito, para actuar é preciso comprovar esses indícios».

A afirmação, proferida em resposta a uma pergunta da deputada Paula Coelho que pretendia saber a posição do Governo sobre a ilegal discriminação na admissão de mulheres praticada por aquela entidade bancária, foi naturalmente considerada insatisfatória.

Lembrando que a taxa média de mulheres trabalhadoras nos bancos é de 30 por cento, enquanto a taxa no BCP não ultrapassa os 0,7 por cento (apenas 16 mulheres em 2361 trabalhadores), Paula Coelho comprovou assim que o Governo não mexeu uma palha para alterar esta situação escandalosa, protagonizada pelo BCP, que viola normas internacionais e directivas comunitárias, e, bem assim, a Constituição e a legislação de trabalho.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Regionalização: é desta?

Após múltiplos expedientes dilatatórios utilizados pelo PSD para protelar o processo legislativo conducente à criação das Regiões, um importante passo foi dado na semana finda para a aprovação de uma Lei-Quadro que concretize finalmente os princípios e orientações constitucionais sobre esta matéria. Tratou-se da apreciação em plenário de uma proposta de lei, cuja aprovação — depois de idêntico procedimento com cinco projectos de lei dos partidos da oposição, entretanto congelados em comissão es-

pecializada num processo que se arrasta há mais de três anos —, elimina a partir de agora quaisquer pretextos válidos que impeçam a conclusão deste processo legislativo.

Apesar da sua oposição a grande parte das soluções constantes da proposta de lei, onde sobressai a concepção centralista e redutora do PSD, particularmente visível na figura do Governador Regional, como observou Carlos Brito, a bancada comunista absteve-se na votação do di-

ploma (os restantes partidos votaram favoravelmente), com isso mostrando a sua determinação em contribuir para viabilizar o prosseguimento e conclusão do processo conducente à criação da Lei-Quadro das Regiões.

Importa agora, contudo, como frisou Ilda Figueiredo, que se cumpra o processo de preparação do debate na especialidade e que o mesmo seja agendado e votado, para que o Plenário não encerre os seus trabalhos sem que o processo legislativo fique completo, o

que, a dar-se, significaria voltar tudo à estaca zero na próxima Legislatura.

Daf do desafio lançado ao PSD pela bancada comunista no sentido de que ele cumpra os três pressupostos que anuncia na exposição de motivos da proposta de lei: concretizar uma política de descentralização que aproxime o Poder e a capacidade de decisão dos cidadãos e dos agentes de desenvolvimento; uma política de desenvolvimento regional e uma racional divisão regional do País.

## A incompetência do cavaquismo

A polémica actuação de Santana Lopes à frente da Secretaria de Estado da Cultura, alvo de pública e generalizada contestação, voltou a ser alvo de novas manifestações de repúdio, desta feita na Assembleia da República.

Na base das críticas, estiveram sobretudo os métodos e orientações adoptados na condução daquele departamento governamental, uma conduta que tem sido caracterizada, no fundamental, pela «atritividade e pelo programa de fachada», para utilizar a expressão do deputado comunista José Manuel Mendes. Caberia aliás a este deputado, de quem partiu a iniciativa de levar o assunto a plenário, desmontar minuciosamente as traves mestras de tal política, as quais, em sua opinião, denunciavam como poucas «os objectivos e a incompetência do cavaquismo».

São disto exemplo, para citar alguns casos referenciados pelo deputado comunista, os critérios adoptados nos subsídios ao teatro independente, os quais enfermam de uma visão desajustada e discriminatória, que acabou por se traduzir em magros aumentos, muito aquém dos mínimos exigíveis, «por contraposição às que se gastam em projectos infecundos, ostentatórios, incapazes de se reproduzirem em actividades duráveis».

O acordo celebrado entre o IPPC e uma empresa de artes gráficas, sem prévio concurso público, para divulgação do património mediante publicações sobre a história dos Palácios e Mosteiros, constitui outro exemplo revelador da forma como aquele organismo actua e interpreta a divulgação cultural. É que, imagine-se, foram concedidos à tipografia todos os direitos de propriedade das obras e o acesso sem limites a toda a documentação

sob custódia do IPPC, tudo isto a troco, repare-se, de um desconto de 30 por cento do preço de capa.

«Funcionando como distribuidora, a rede orgânica do IPPC percebe apenas o corrente desconto do livreiro», comentou a propósito José Manuel Mendes, antes de lembrar, referindo-se à dualidade de critérios daquele departamento, que ao investigador que necessita da reprodução de um qualquer documento se ergue «um calvário de entraves e a espada impenitente de uma taxa».

Recordados na sua intervenção foram ainda outras situações de gritante incompetência e nepotismo, como sejam, as relacionadas com o Instituto de Museus, a situação no Teatro S. Carlos, o encerramento do Conservatório Nacional de Música ou a acção desenvolvida no domínio da cooperação cultural com a África que tem como língua oficial o português.

## Agricultura de rastos

Oito anos decorridos com o PSD à frente dos destinos da pasta da Agricultura, percorrida que está a primeira etapa de adesão do sector à comunidade, avolumam-se os sinais de que a situação existente nos campos é cada vez mais complexa e que se alargou o fosso que nos separa dos níveis médios da agricultura comunitária.

Para esta realidade voltou recentemente a chamar a atenção a bancada comunista, ao pôr em destaque numa sessão plenária dedicada exclusivamente à política agrícola o acentuar da insuficiência produtiva, as crescentes dificuldades no escoamento da produção interna, o agravamento das ineficiências das explorações, a diminuição dos rendimentos dos agricultores e o aumento do défice da balança agro-comercial, cujos valores triplicaram desde que o PSD detém os comandos do Ministério da Agricultura.

A questão afigura-se ainda mais grave se atendermos a que entraram no País mais de 200 milhões de contos de fundos comunitários destinados ao sector, a que importa acrescentar as avultadas contrapartidas nacionais, injectadas por via do Orçamento de Estado.

Legítimo se torna, pois, face a este quadro pensar saber onde estão os benefícios e os resultados reais de tais fluxos financeiros. É que, se é negável ter existido crescimento do investimento, não é menos certo que ele não teve correspondência nem na qualidade nem no equilíbrio da distribuição no que respeita aos beneficiários e áreas de investimento, sendo igualmente certo que aos melhoramentos fundiários e à inovação técnico-produtiva tem cabido a mais pequena parcela do investimento, do mesmo modo que têm sido as regiões mais carenciadas a usufruir da fatia menor dos recursos disponíveis.

Resultado da ausência de uma política e de uma estratégia agro-alimentar que defina objectivos e prioridades de «acordo com os interesses nacionais e os imperativos do desenvolvimento do potencial endógeno das regiões e da vida dos que trabalham nos campos», como fez questão de sublinhar na ocasião Rogério de Brito, não espanta por conseguinte que se tenha chegado à situação actual, em tudo distinta do quadro idílico que o Governo procura fazer passar através da sua propaganda eleitoralista.

Alguns indicadores, sumariados por Rogério de Brito, são o melhor testemunho desta realidade. É o caso da produção, a qual, tomando por base o triénio 1974/76 e as produções mais significativas, regista quebras em todos os triénios subsequentes, em média, da ordem dos 19 por cento para o conjunto dos cereais (45 por cento para os cereais de praga) e dos 25 por cento para as frutas frescas e frutos secos.

Os efectivos pecuários, à excepção dos ovinos e caprinos, por sua vez, mantêm-se estagnados, enquanto a Produção Bruta Total por unidade de superfície, durante a primeira etapa, caiu à taxa média anual de 12,3 por cento.

Quanto à produtividade da terra, em dez anos, calculada com base na produção final, registou-se uma variação inferior aos dois por cento, o mesmo sucedendo com o Valor Acrescentado Líquido por unidade de superfície, durante os primeiros quatro anos da 1.ª etapa, que diminuiu à taxa média anual de 13 por cento.

Nota de realce merecem ainda o saldo negativo da balança agro-alimentar, que se degradou entre 1982

e 1990 à taxa média anual de 16,7 por cento, e o aumento das importações hortícolas e de frutas frescas cifrado entre 1985 e 1990 em mais de 1500 por cento.

Mas se a responsabilidade por estes resultados negativos deve ser assacada ao Governo pela sua incapacidade de definir uma estratégia agro-alimentar, eles não podem ser simultaneamente dissociados de outras orientações nefastas imprimidas ao Ministério, designadamente a que respeita ao seu objectivo confesso de privatizar toda a terra expropriada e nacionalizada e liquidar a Reforma Agrária.

Para além do seu carácter inconstitucional, ao violar o artigo 101.º da Constituição e ao consumir o processo de reconstituição dos latifúndios, este diploma veio confirmar, como salientou a propósito o deputado comunista Lino de Carvalho, que o Governo não quer as cooperativas e não vê futuro para os pequenos agricultores, procurando, por isso mesmo, deitá-los «borda fora», reconcentrando para o efeito toda a terra, «privilegiando os grandes e muito grandes, as companhias de celulose e os empresários com acesso aos corredores do Poder e da banca».

## TRABALHADORES

# Agitação na Saúde

Enfermeiros descontentes, insatisfeitos, cansados, mostram-se «fartos de tanta prepotência e demagogia» do Ministério

Os enfermeiros portugueses podem ter que recorrer à greve no próximo dia 30. O Sindicato (SEP), com sede em Lisboa, afirmava em 8 do corrente que, «ao terminar uma semana de luta marcada por uma larga campanha de informação e divulgação das posições do Ministério da Saúde», os enfermeiros continuam a mostrar-se «descontentes, insatisfeitos, cansados, fartos de tanta prepotência e demagogia ministeriais».

Esta posição do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses vem no seguimento de declarações do ministro que, em público, afirmou ser «indispensável manter um bom clima de relacionamento com os diversos estratos sociais que trabalham na área da Saúde, para eles

estarem bem dispostos, para poderem atender os utentes».

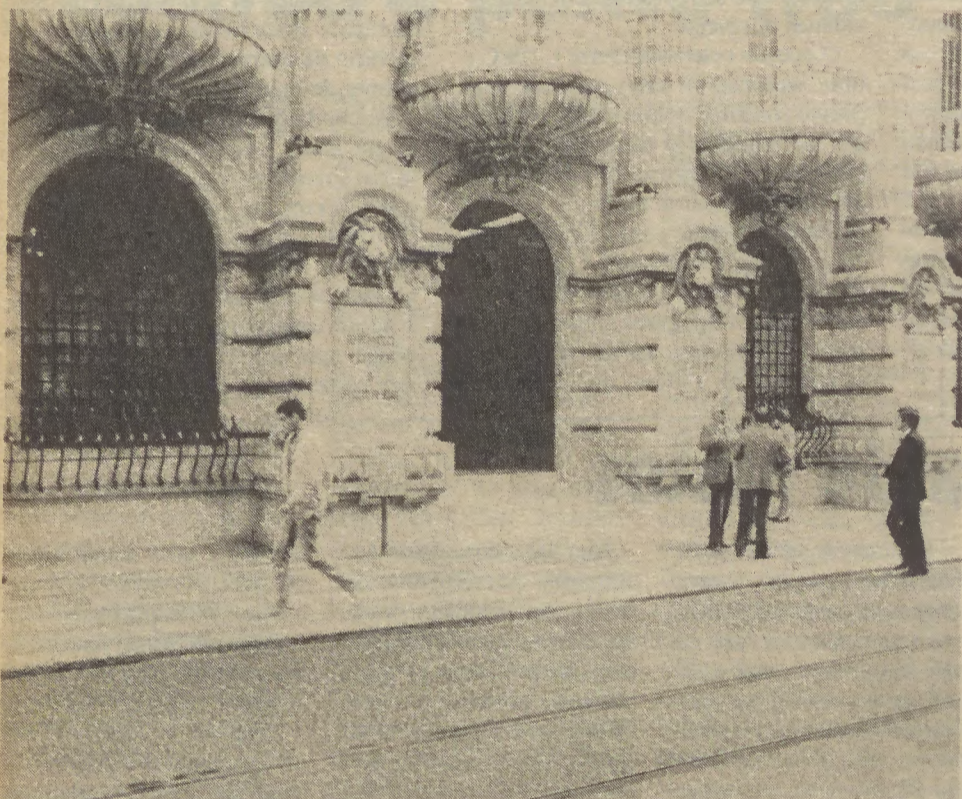
Para o SEP não se trata de nada disso. Ao repudiar as afirmações do ministro, o Sindicato, que «prevê greve para 30 de Abril», o que está em causa imediatamente é «a melhoria das condições de trabalho dos enfermeiros para melhor prestarem cuidados» aos doentes.

Outras organizações sindicais com representatividade no sector já confirmaram a sua adesão a uma greve nacional conjunta, caso o Ministério continue a ignorar as reclamações mais urgentes dos trabalhadores, como seja:

Dignificar a profissão através de uma revalorização salarial e do «correcto posicionamento de acordo

com o tempo de serviço». A esta reivindicação, que figura em primeiro lugar entre as oito entretanto divulgadas pelo SEP, segue-se um pedido de reforma mais cedo; legislação que atenda à admissão de enfermeiros na Função Pública, que «comprovadamente» — sublinha o SEP — são insuficientes em número; um regime de exclusividade, bem como outras reivindicações relacionadas com legislação a aprovar, como seja a «aplicação da carreira do estatuto docente do ensino superior politécnico aos docentes de enfermagem».

Os enfermeiros já tinham apresentado algumas destas reivindicações em anteriores acções de luta, designadamente quanto a esta última sobre o ensino superior.



O Organismo de Direcção dos Bancários de Lisboa do PCP acusa o Governo de ignorar, nas privatizações, os pareceres legais das estruturas representativas dos trabalhadores (arquivo: fachada do Totta & Açores)

## Unidade nos bancários

Os membros das listas unitárias que nos últimos três anos integraram os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (BSI) concorrem na Lista A às eleições do próximo dia 23 naquele Sindicato com sede em Lisboa.

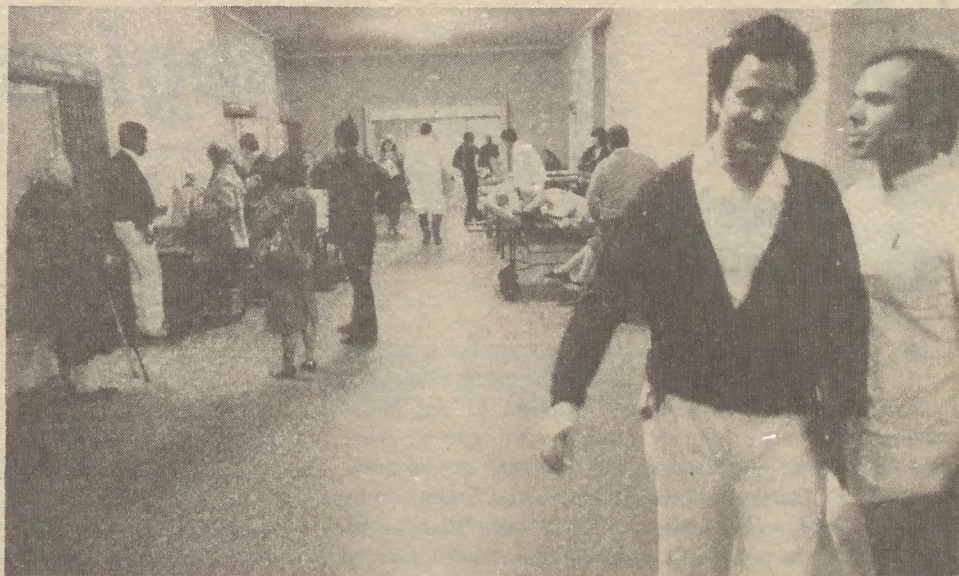
Do seu programa consta a luta pela garantia do emprego, contra o pacote laboral (a A é a única lista

que tem «uma posição clara e inequívoca» sobre este assunto), bem como a defesa e ampliação dos direitos e regalias na área do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) em vigor na banca.

Do mesmo programa consta ainda uma alínea no sentido de «aumentar a participação sindical».

Num texto remetido à comunicação social, com a data de 4 do corrente, os membros das listas unitárias no BSI sublinham:

«As próximas eleições de 23 do corrente para o Congresso, Conselho Geral e Secções Sindicais vão realizar-se numa altura em que a política do Governo PSD/Cavaco Silva mais afronta os trabalhadores. O reforço da votação nas listas unitárias garantirá um maior combate em cada empresa às medidas antitrabalhadores que os conselhos de gestão/administrações pretendem aplicar, e garantirá também uma maior oposição à destruição do sector público».



A comissão negociadora sindical dos enfermeiros, que participou na decisão de greve, inclui além do SEP o Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira. Na foto: momento de greve no Hospital de Santa Maria a 10 de Fevereiro de 89

## GRUPOS

# Metalúrgicos apontam para 26

Uma acção nacional de luta dos metalúrgicos que inclui greve pode vir a concretizar-se em 26 do corrente, enquanto que vários sectores de actividade, designadamente o Ensino, enfermagem, hotelaria (entre outros os bares e restaurantes da TAP) têm paralisado o trabalho ou estão em vias de adoptar essa forma de luta onde predominam as questões de ordem salarial.

No que respeita aos metalúrgicos, o foco do conflito reside na contratação colectiva e no pacote laboral. Estão em causa principalmente o acordo de empresa da Siderurgia e os contratos de trabalho verticais dos sectores automóvel e mineiro.

Na Torralta (hotelaria), os sindicatos não querem o desmembramento da empresa. Foi marcada greve para 19 e 20 do corrente. Os aumentos salariais deverão ser de 20 por cento e não de 13,5 como pretendem os patrões.

O mesmo tem ocorrido noutras empresas da hotelaria, com destaque para paralizações recentes no Ritz, Estoril-Sol, Lutécia e outros hotéis conhecidos da zona de Lisboa.

Ainda o mesmo nos restaurantes e bares do aeroporto da TAP em Lisboa e nas abastecedoras de aeronaves. Nestes últimos ramos da hotelaria há situações em que os trabalhadores só recebem o salário mínimo nacional.

Um caderno reivindicativo que ficou sem resposta levou entretanto os Estaleiros do Mondego à paralisação em Coimbra.

O caderno tinha sido subscrito por 157 dos 180 trabalhadores dos Estaleiros.

Sabia-se entretanto que nos bares e restaurantes do aeroporto de Lisboa, a PSP proibiu a acção dos piquetes de greve.

Segundo Jorge de Castro,

um dirigente sindical, «a polícia, que intimidou os trabalhadores e os obrigou a trabalhar, agrediu alguns delegados sindicais que se encontravam no local». Na repressão participou a segurança do aeroporto.

Também neste caso os trabalhadores querem aumentos salariais de 20 por cento.

Uma fonte do Sindicato dos Técnicos Paramédicos afirmava em 12 do corrente no Porto que a greve dos técnicos de higiene e saúde ambiental apresentava nes-

se dia uma adesão da ordem dos 90 por cento.

A greve abrange cerca de 400 técnicos por todo o país e por tempo indeterminado. O novo diploma profissional e a aplicação do novo sistema retributivo (NSR) da Função Pública estão na origem da greve.

Ainda na Função Pública, os professores (Fenprof) decidiram recomendar as aulas segunda-feira passada, mas deram um prazo até ao fim do mês para o Governo recomendar o diálogo com os sindicatos.

## Centenário

Segunda-feira, 15, a CGTP assinalou o centenário da publicação da primeira lei de protecção das mulheres e das crianças no trabalho.

Uma sessão solene assinalou a passagem do centenário no Fórum Picoas em Lisboa.

O Provedor de Justiça, Mário Raposo, a presidente da Comissão Nacional para a Emergência Infantil, Maria Barroso, Jorge Leite, especialista em Direito do trabalho, e a presidente do Lobby europeu de mulheres contam-se entre as personalidades convidadas para a sessão.

À semelhança do que acontecera noutros países, a carta de lei de 1891 proporcionou a arrancada de um movimento legislativo e social no sentido de melhorar os direitos dos trabalhadores.

A carta de lei refere no preâmbulo a urgência e a justiça do «decretamento de medidas essenciais» para «regularizar o trabalho das mulheres e dos menores».





## TRABALHADORES

# A um terço da CEE O futuro não passa pelos baixos salários

Inferiores em um terço aos da CEE, os salários dos portugueses foram alvo de atenção dos sindicalistas este fim-de-semana, assim como outras questões relevantes, abordadas sobretudo no âmbito do 3.º Encontro de Sindicalistas Lisboa-Madrid, efectuado no Estoril entre 12 e 14 do corrente.

Na Covilhã, em declarações à Lusa, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, afirmou que «o futuro não passa pela utilização das vantagens da mão-de-obra barata; o futuro constrói-se com mais qualificação, com melhoria de carreiras e incentivos à inserção da juventude na vida profissional».

Por outro lado, os horários de trabalho praticados em Portugal são para aquele dirigente objecto de «uma lógica contrária ao

desenvolvimento e não há nada que os justifique».

Trata-se de questões centrais do 1.º de Maio. Outras: melhorias significativas na área da protecção social; a luta contra a precariedade do emprego que, segundo Florival Lança, coordenador da USL, «está associada à degradação das condições de vida dos trabalhadores».

Lança, que intervinha no Encontro Lisboa-Madrid, acrescentou que «a precarização do trabalho» manifesta uma tendência para «o alargamento, quer em extensão, quer em intensidade».

No Encontro com os sindicalistas madrilenos das Comisiones Obreras da região foram tratados temas como a regionalização, transportes, urbanismo e meio ambiente (despoluição do Estuário do Tejo,

por exemplo), cidades terciarizadas e especulação, rendimentos das «classes laboriosas e progresso social».

Neste último ponto, Rodolfo Benito, secretário-geral da União dos Sindicatos de Madrid, afirmou que o Governo de Filipe González procura resolver os problemas económicos à custa dos baixos salários dos trabalhadores.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, disse na sua intervenção que «a perspectiva de o Governo (português) vir a perder as próximas eleições legislativas leva-o a desencadear mecanismo que impeçam na prática quem vier a ganhar as eleições de fazer a sua própria política».

O coordenador da Central unitária participou em 13 do corrente no 1.º Con-

gresso (uma centena de delegados de 29 sindicatos) da União de Castelo Branco.

Durante dois dias foram tratados problemas ligados ao Ensino, à crise do sector têxtil, vias de comunicação, desenvolvimento regional e ao regadio da Cova da Beira.

Acerca do Ensino, foi referido no Congresso (e criticado) o ensino na Universidade da Beira Interior, onde entre 83 e 88 se matricularam 2500 alunos dos quais apenas 95 terminaram os seus cursos.

Continuava, entretanto, marcada, segundo a USL, uma jornada nacional de luta a efectuar em 17 do corrente, em que participariam vários sindicatos e outras organizações principalmente ligadas aos trabalhadores da Administração Central e Local.

## Maquiavel na RN?

Num memorando entregue há dias aos jornalistas em Lisboa afirma-se o seguinte sobre a anunciada privatização e o desmantelamento da Rodoviária Nacional:

**Um processo maquiavélico:** A metamorfose operada na Rodoviária, para além de dados históricos agora irrelevantes porque desajustados da presente conjuntura, iniciou-se com o Decreto-Lei 12 790 que passa a RN de EP (empresa pública) para SA (sociedade anónima).

Logo de início dissemos (Festru e CT) de viva voz que só uma decisão política poderia legitimar tal transformação, e isto era tanto mais simples quanto só a tecnocracia laranja estava virada para aí.

Com efeito, diversos gestores e técnicos daquela casa, bem como peritos ligados aos transportes, todos eram unânimes numa coisa: a questão da Rodoviária não era privatizar, era sanear. E a expressão sanear assume a sua relevância, na medida em que os homens de mão de governos anteriores e este conselho de administração tudo fizeram para gerar um dos grandes equívocos económico-laborais, exactamente confundir não alhos com bugalhos, mas gestão com destruição. Deste modo, conseguiram criar uma imagem de empresa pública exactamente pela negativa (sublinhamos nós) alimentando o mito de que a gestão privada é a alternativa. Nada mais falso.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos (Festru) e a comissão central de trabalhadores (CCT) da RN prosseguem, quanto ao «processo maquiavélico»:

O primeiro grande escândalo consistiu na avaliação do património da Rodoviária Nacional: De uma base que oscilava entre os 30 e os 40 milhões de contos (voltamos a sublinhar por nossa conta), a avaliação final quedou-se nos 15 milhões. Está à vista a estratégia de leilão, o dar de barato.

Feita a (des)avaliação procedeu-se à divisão da Rodoviária por pequenas SAs, processo feito nas costas do organismo representativo dos trabalhadores. O despacho conjunto dos secretários de Estado dos Transportes e das Finanças irá portanto ser alvo de contestação em tribunal.

Posteriormente, o Decreto-Lei 47/91 sobre a RNIP foi publicado sem o parecer prévio desta comissão (CCT) pelo que deverá ser considerado ilegal.

## Não se investiu desde 80

Desde 1980 que não se investe na Rodoviária Nacional.

Dos 185 veículos adquiridos nos últimos cinco anos, 154 foram destinados ao serviço de turismo e aos expressos.

As tarifas aumentaram muito mais que a média da inflação, e cerca de duas vezes mais que os salários.

Diminuiu assinalavelmente o volume de emprego, bem como os salários reais, apesar dos ganhos de produtividade.

As despesas com pessoal, a preços actuais, foram reduzidas em mais de 4 milhões de contos entre 1977 e 1988.

Nos dois anos passados a RN não recebeu quaisquer indemnizações compensatórias, embora o Governo continuasse a fazer crer que o Estado «enterrava» muito dinheiro na RN, para assim tentar introduzir a necessidade da privatização.

Um dos últimos presidentes do conselho de gerência da RN encontra-se actualmente a contos com a Justiça, acusado, segundo os representantes dos trabalhadores, de «delapidar o património da empresa em proveito próprio».



## Governo poupa

**A Função Pública movimenta-se e reclama por todo o País.** Com os serviços prisionais a entrarem em greve, crescem os sectores da Administração Pública onde se desenvolvem lutas relacionadas com os salários, os escalões, as carreiras. Menção especial merece a DGCI (Contribuições e Impostos) onde uma greve recente teve uma adesão da ordem dos 90 por cento. Mais recentemente, em 4 do corrente, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) acusava novamente o Governo de não cumprir os compromissos que tinha assumido com o pessoal da Direcção-Geral do Tesouro. A direcção nacional do STAL (Autarquias) e a do STML (Município de Lisboa) deslocavam-se entretanto (15 do corrente) à residência oficial do chefe do Governo para entregarem um abaixo-assinado solicitando entre outras reclamações a aplicação do novo sistema retributivo (NSR) aos corpos especiais, designadamente os bombeiros. A Federação Nacional da Função Pública (FNSFP) entregava, por sua vez, uma carta ao Ministério das Finanças, juntamente com o STAL, onde a dado passo se acusa o Governo de «poupar milhares de contos à custa dos salários dos trabalhadores», cuja média ronda os 60 contos mensais.

## Protestos na RTP

Os delegados sindicais dos jornalistas da RTP põem fortemente em causa uma gestão de pessoal que obriga assistentes de imagem a fazer, durante meses, 16 horas de trabalho diário.

O facto deve-se, segundo comunicado subscrito pelos delegados sindicais e distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas em 15 do corrente, ao facto de os responsáveis pelo pessoal terem reduzido o quadro de assistentes desde finais do ano passado.

Ao todo foram retirados, sem qualquer explicação, 11 assistentes, passando dois deles a jornalistas-repórteres de imagens.

Os delegados sindicais da RTP acusam a gestão do pessoal de prosseguir uma política de «quanto pior melhor» e sublinham que alguém tem que ser responsabilizado por isso.

O comunicado do Sindicato dos Jornalistas alude ao facto de «os profissionais

do sector continuarem sentados num corredor», enquanto continua a aumentar o número de «equipamentos avariados por excesso de utilização».

A alusão é clara quando o comunicado refere expressamente que, entretanto, continuam «a engrossar as contas bancárias das produtoras externas».

O SJ, que explica a situação em pormenor, sublinha que «o número de assistentes de imagem é actualmente metade do número de repórteres de imagem». Aqueles estão naturalmente «cansados de meses de trabalho extraordinário, para tapar os buracos criados pelas hierarquias».

Está marcada uma reunião dos jornalistas-repórteres de imagens com a administração para a próxima segunda-feira, ou seja quase um mês depois de ter sido solicitada pelos representantes dos trabalhadores.

## Vale do Ave em estudo

O comissário europeu Bruce Williams, que se deslocou a Portugal para a Conferência Inter-regional sobre a Indústria Têxtil na Europa e Desenvolvimento Regional, que terminou em Guimarães, com uma curta intervenção do Presidente da República, disse, segundo a Lusa, que aquela Comissão está a estudar a criação de programas de modernização para a indústria têxtil em Portugal, Grécia e Espanha.

Além do Presidente da República e do comissário europeu, participaram nos trabalhos o ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, e o presidente da Associação de Municípios do Vale do Ave, Parcídio Summavielle.

Mário Soares congratulou-se com «a linguagem comum» empregue pelos agentes do desenvolvimento da região e sublinhou o «consenso» obtido, bem como a «forte determi-

nação» daqueles responsáveis no sentido de «encontrar soluções para a região».

As soluções apontadas para a profunda crise de trabalho, emprego e produção que se vive no Vale do Ave, além das referências à solidariedade, dinamismo empresarial e modernização, não foram além da reafirmação por parte de Valente de Oliveira de que a região tem ao seu dispor cerca de 100 milhões de contos, através do Proave,

operação integrada de desenvolvimento do Vale do Ave e do Sinpedidp.

O ministro do Planeamento falou ainda da promessa de cerca de 700 milhões de contos a investir em 15 anos. Esta verba dependeria de negociações a decorrer na Comunidade. No entanto o comissário Williams não quantificou o montante dessa verba.

Na Conferência participou ainda a secretária de Estado, Isabel Mota. No encerramento interveio,

além do Presidente da República, o eurodeputado do PS, João Cravinho.

A estratégia global comunitária para aquele ramo de actividade destaca-se entre as conclusões da Conferência de Guimarães em que participaram vários autarcas da região.

Entretanto, o presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ave confirmava em Guimarães, em 12 do corrente, que o Governo português vai solicitar à

CEE um reforço das verbas do Feder para a região.

Para Parcídio Summavielle, o comissário Williams «está empenhado em ajudar o Vale do Ave».

Entretanto, o mesmo autarca acusava o Governo de ter uma «interpretação interna do que são os problemas do Vale do Ave e uma interpretação externa completamente diferente, ao afirmar junto da comunicação social que não há crise» nessa zona do País.

## Célula da EDP/URL debate greve

A greve marcada para ontem na EDP esteve em discussão na Assembleia da célula do Partido (Organização Regional de Lisboa) na empresa, que reuniu quase meia centena de camaradas, sábado passado, no CT Vitória. A partir de um projecto de resolução, foram debatidas questões como a defesa da EDP e as implicações do eventual desmembramento, o reforço do Partido e a intervenção dos comunistas nas estruturas representativas e junto dos trabalhadores, a situação política. A Assembleia elegeu o organismo de direcção da célula e aprovou uma saudação ao 16 de Abril de 1975 (nacionalização do sector eléctrico), bem como uma moção sobre o pacote laboral e outra sobre as próximas eleições legislativas.

### BANQUETE ELEITORALISTA

A visita a Leiria do ministro dos Assuntos Parlamentares, Dias Loureiro, realizada na passada semana, mereceu do secretariado da DORLEI do PCP um comentário que qualifica de inadmissível que o Governo de Cavaco Silva, através do seu ministro, «se proponha banquetear uma centena de convidados às custas do Orçamento Público», para fazer campanha eleitoral a favor do PSD. O PCP alertou ainda a população para o carácter demagógico desta iniciativa, que à semelhança doutras anteriores, não produziu «quaisquer resultados concretos na solução das aspirações e reivindicações regionais».

### JORNADAS DE TRABALHO

No âmbito das Jornadas de Trabalho do Grupo Parlamentar e da DORAV do PCP, deslocaram-se recentemente ao concelho de Espinho os deputados António Mota e Manuel Anastácio Felipe, acompanhados de vários dirigentes locais e distritais do Partido. Os deputados cumpriram um vasto programa de reuniões e contactos com diferentes instituições, entre elas a administração do Hospital, a Câmara Municipal e várias colectividades do concelho. Era também objectivo desta iniciativa efectuar uma troca de opiniões sobre dois projectos legislativos do PCP, um respeitante à prorrogação do prazo para a elaboração do Plano Director Municipal e outro sobre o associativismo.

### CAVACO EM COIMBRA

A recente visita de Cavaco Silva, acompanhado de ministros e secretários de Estado a vários concelhos do distrito, «insere-se numa intensa e planificada campanha de operação de mistificação e demagogia do Governo PSD, em fase pré-eleitoral», afirmou a DORC do PCP, num comunicado distribuído à imprensa. Ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, a realidade da região é marcada por graves problemas e dificuldades em termos de desenvolvimento e de nível de vida das populações. Esta organização regional salienta ainda que o PCP apresentou, na discussão do OE, um conjunto de propostas mínimas que, a serem aprovadas, contribuiriam para atenuar alguns estrangulamentos do distrito, as quais foram inviabilizadas pelo Partido do Governo, com a sua maioria absoluta na AR.

### VIEIRA DO MINHO

A Organização concelhia de Vieira do Minho do PCP reuniu

no passado sábado a sua assembleia, que aprovou por unanimidade, as linhas de orientação para o trabalho e elegeu a nova comissão concelhia. Foi sublinhada a necessidade de assegurar uma ligação mais regular com todos os militantes e o seu maior envolvimento nas tarefas e iniciativas do Partido. A assembleia saudou a realização da XII Festa da Alegria, onde a concelhia irá participar com um stand próprio, decidiu contribuir para a campanha de fundos desta iniciativa, trabalhar para a organização de excursões para a Festa do «Avante!» e orientar desde já a sua actividade com vista às próximas eleições legislativas.

### JCP DISCUTE INTERVENÇÃO EM LISBOA

Onde está a Universidade da Ajuda? Por que não toma o secretário de Estado do Ambiente, medidas de salvaguarda do Estuário do Tejo? Em que país vive o sr. ministro Mira Amaral, para dizer que não há desemprego em Portugal? Estas interrogações foram colocadas no domingo pelo plenário da Organização Distrital de Lisboa da JCP, que analisou a situação social, definiu propostas e formas de intervenção na região da capital. A JCP reafirmou que a política de direita não serve os interesses juvenis como o demonstra o alastramento da precariedade no trabalho, a degradação das condições e a elitização do ensino, o acesso dificultado à habitação, o meio ambiente em acelerada degradação. O plenário abordou ainda a participação no encontro de juventude «Em Festa», a realizar em Maio próximo, para o qual estão a ser organizadas excursões com partida de Lisboa, Amadora, Loures, Sintra, Cascais e Vila Franca de Xira.

### SOLISNOR EM RISCO DE FALÊNCIA

Na sequência de notícias veiculadas pela imprensa que admitiam a falência da Solisnor, os deputados do PCP Octávio Teixeira, Odete Santos e José Manuel da Maia deslocaram-se àquela empresa para melhor se inteirarem dos problemas. Segundo declarações de Octávio Teixeira, o estado dos estaleiros «desmente por completo as promessas do Governo quanto às vantagens da nacionalização da ex-Setenave». O deputado comunista referiu ainda que «tudo o que ouvimos e registámos aumenta as nossas apreensões quanto ao futuro da empresa e dos postos de trabalho», acusando o Executivo de Cavaco Silva de ser incapaz de «conduzir uma política patriótica e de defesa dos interesses dos trabalhadores».

# Reforma Educativa precisa-se

O PSD é responsável há 12 anos pela Educação

A Assembleia da República vai debater no próximo dia 23 um projecto de gestão escolar apresentado pelo PCP. O anúncio foi feito na passada quinta-feira, na Soeiro Pereira Gomes, no decorrer de uma conferência de imprensa do PCP sobre a crise do sistema educativo, os problemas dos professores e a necessidade de uma reforma educativa democrática.

No encontro com os jornalistas, em que participaram Edgar Correia, da Comissão Política, António Filipe, deputado à AR, Rita Magrinho, da DORL, e Abel Macedo, dirigente sindical e da Organização dos Professores do Porto do PCP, foi uma vez mais reafirmada a solidariedade com a luta dos professores e criticado o «insólito e inadmissível comportamento do Governo e do Ministério da Educação ao pretenderem pôr em causa o pagamento atempado das remunerações devidas» aos docentes.

Na ocasião chamou-se a atenção para o facto de o PSD ser responsável pela pasta da Educação há quase doze anos e de Roberto Carneiro ser ministro da mesma há sete

anos, o que é «tempo mais do que suficiente» para serem responsabilizados pelos problemas essenciais que afectam o sector.

Considera o PCP que a presente luta dos professores «patenteou à opinião pública o grande mal-estar existente nas escolas portuguesas e a profunda crise a que a política da direita conduziu todo o sistema escolar», pelo que se torna particularmente oportuno «emprender e desenvolver um grande debate nacional em torno da situação educativa do País e da política do Governo PSD» nesta importante área.

Como afirmou a propósito Edgar Correia, a poucos meses das eleições legislativas e da possibilidade real dos portugueses poderem impor, com o seu voto, uma viragem democrática na situação nacional, urge aprofundar «a análise de algumas questões imediatas de relevante importância e considerar as questões que se prendem com a concretização da reforma educativa democrática, cujos princípios e valores estão consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na



própria Constituição da República».

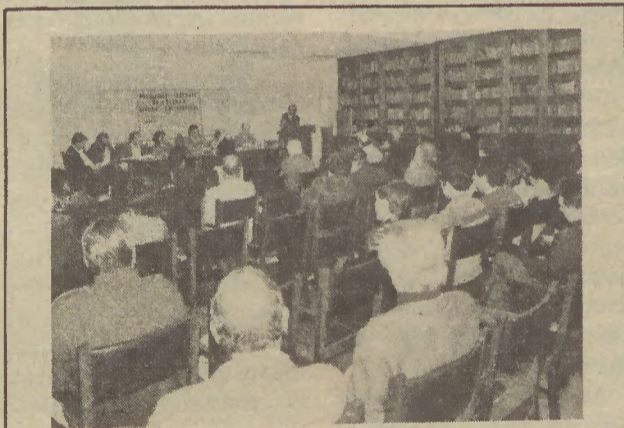
A propósito, sublinhou-se o «atraso e a inadequação do sistema educativo nacional» às necessidades do País; a persistência de uma elevada taxa de analfabetismo (cerca de 20% na população com mais de 15 anos); o alastramento preocupante do «analfabetismo funcional»; as elevadas taxas de reprovação; a sistemática desvalorização do ensino público, que põe em causa o direito à educação que ao Estado compete garantir.

Para o PCP, a acção do Ministério da Educação e do Governo do PSD tem vindo, nos últimos meses, a assumir aspectos particularmente gravosos em relação a algumas questões educativas fundamentais, «como é o problema da gestão escolar das escolas de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e do pagamento das remunerações que são legalmente devidas aos professores».

No primeiro caso, um diploma recente do Governo, a aguardar promulgação pelo

Presidente da República, «visa liquidar o sistema de gestão democrática das escolas alcançado com o 25 de Abril e restabelecer um sistema antidemocrático, autoritário e de comando por parte do Governo e da administração central», ao pretender concentrar de facto «a direcção de cada escola num órgão unipessoal não electivo (o chamado «director executivo», escolhido mediante concurso a regulamentar pelo Ministério da Educação), ao mesmo tempo que esvazia de poderes e manipula a composição do órgão colectivo - o Conselho de Escola».

No segundo caso, porque o Governo e o Ministério da Educação assumiram uma posição de irresponsabilidade e falta de legitimidade «ao pretenderem eximir-se ao cumprimento rigoroso e pontual dos seus compromissos pecuniários com os professores e ao tentarem, depois, impedir a sua luta recorrendo a todo o tipo de expedientes e impor aos professores a realização de reuniões de avaliação em condições antipedagógicas e ilegais».



## Problemas da música em Portugal

A música portuguesa esteve em debate na semana passada no decorrer de uma iniciativa do Sector de Artes e Letras e da célula dos Músicos da ORL, realizada na Casa da Imprensa. Entre os presentes, contavam-se José Duarte, Carlos do Carmo, professores e estudantes do conservatório e de escolas particulares, músicos das orquestras de S. Carlos e da Gulbenkian.

Foi abordada a luta dos trabalhadores do Teatro Nacional de S. Carlos, designadamente os descontos ilegais que foram feitos nos salários quando nas últimas greves, e a proibição invocada pela administração de um próximo plenário de trabalhadores.

Carlos do Carmo apontou, na sua intervenção, a quebra de música de compositores portugueses, que passou de 62 por cento para 6 por cento em dez anos, e defendeu que as editoras discográficas passem a investir pelo menos 30 por cento das suas receitas na produção nacional. O cantor salientou ainda a experiência da UPAU, cooperativa de que faz parte, referiu o grande número de solicitações que a empresa está a receber por parte do poder local.

Os intervenientes analisaram igualmente o projecto de decreto lei sobre a reforma do ensino da música, sublinhando as exigências feitas de verbas e a necessidade de subsidiar escolas particulares para estas poderem corresponder. Refira-se que o projecto está já na sub-comissão de Cultura da Assembleia da República. Durante o encontro falou-se ainda de mecenato e isenções fiscais.

Ver artigo sobre o tema na pág. 18



## 5º Encontro de Pioneiros

Os pioneiros de Portugal realizaram no passado domingo, em Lisboa, o seu 5º Encontro nacional. Nele participaram pioneiros vindos de vários pontos do País. A manhã foi passada numa alegre gincana que percorreu todo o castelo de S. Jorge e após o pic-nic, o encontro continuou nas instalações da Voz do Operário. Ai os Pioneiros decidiram entregar à ONU, no dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, «abaixo-desenhados» com motivos em defesa da paz, cuja recolha começou em Fevereiro. Na foto, um momento divertido do Encontro.

# Jornadas Algarvias terminam no sábado

As 4<sup>as</sup> Jornadas Algarvias do PCP terminam no próximo sábado, no auditório municipal de Olhão, com um debate sobre regionalização em que participam Carlos Brito, da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Luís Figueira, da Comissão Executiva Nacional do CC e responsável da DORAL, e José de Deus Rodrigues, membro da DORAL e presidente da CM de Vila do Bispo.

Iniciado a 15 de Março, este ciclo de debates permitiu já a abordagem de temas como a hortofruticultura, o ordenamento do território, a Viado Infante, a pesca artesanal, a situação social e os direitos dos trabalhadores, o

emprego e a formação profissional.

No passado sábado, em Quarteira, o eurodeputado comunista Joaquim Miranda denunciou a forma como foi negociada a adesão de Portugal à CEE, sem ter em conta o sector das pescas e entregando uma imensa zona económica exclusiva sem quaisquer contrapartidas; este facto é agravado pela actual política de delimitação do esforço de pesca, com repercussões especialmente negativas na pesca artesanal, e de abate de embarcações. Na iniciativa participaram ainda Emídio Cadima, investigador da Universidade do Algarve, José Morte, da União dos Sindicatos/CGTP,

Marcolino Jorge, do Sindicato dos Pescadores, e Vasco Valdez, num público onde marcaram presença os profissionais da pesca.

Tema em foco foi também a utilização pelos pescadores da marina de Vilamoura, em cujo estaleiro os preços tiveram um aumento na ordem dos 300 por cento e de onde os pescadores estão, a pouco e pouco, a ser afastados, enquanto o porto de pesca vai sendo despromovido para porto de abrigo e o tão necessário porto da Quarteira não consegue passar de promessa em tempo de eleições.

«Há grandes investimentos no sector da formação profissional em áreas já satu-

radas, quando a situação no Algarve justificava a reconversão de milhares de trabalhadores a fim de serem absorvidos noutros ramos da actividade económica regional» - alertou Carlos Luís Figueira, no debate realizado na semana anterior, em Faro, e no qual intervieram também Rosa Maria Marques, da Comissão Nacional da CGTP, e Fernando Amaro, coordenador da União dos Sindicatos do Algarve.

Além da precariedade do emprego, foi também chamada a atenção para o aumento do desemprego de longa duração, que atinge sobretudo as mulheres e os concelhos de Olhão e Faro.



## PCP tem respostas para Loures

A 5<sup>a</sup> Assembleia da Organização Concelhia de Loures teve lugar, sábado passado, no Cinema dos Bombeiros desta cidade, e contou com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que encerrou os trabalhos.

A Assembleia, que aprovou uma importante resolução política, teve como objectivos reforçar a organização do Partido nas suas várias frentes de trabalho, com vista às próximas eleições legislativas. Os comunistas presentes elegeram uma nova comissão concelhia e decidiram divulgar à população uma proclamação com as grandes reivindicações do concelho ao Poder Central e as propostas do PCP para a resolução dos problemas existentes.

### Plenário em Leiria

A JCP em Leiria realizou recentemente um plenário de jovens trabalhadores comunistas que teve como objectivo analisar a situação social, definir as propostas da organização e linhas de intervenção no distrito. O plenário elegeu ainda o núcleo distrital dos jovens trabalhadores.

### «Diálogos com o PCP»

A problemática ambiental esteve na passada semana em debate no Porto, no âmbito de uma iniciativa da Comissão para as questões do ambiente da DORP e da Direcção do Sector Intelectual da cidade invicta. O encontro integrou-se no ciclo «Diálogos com o PCP» e contou com a participação de António Pimenta Dias, vereador da CM de Gondomar, e de Ilda Figueiredo, deputada do PCP na AR, entre outras personalidades. Os intervenientes consideraram os problemas da educação ambiental, como uma parcela da educação cívica e frisaram que qualquer alteração positiva nesta área passa por uma mudança radical de políticas. Foram ainda denunciadas situações como a eucaliptização nos concelhos limítrofes do Porto e a poluição dos cursos de água de Gondomar que atinge os 95 por cento. A qualidade de vida das populações foi também um aspecto focado, já que, como referiu Ilda Figueiredo, só será possível sensibilizar as pessoas para os problemas do meio ambiente quando as suas necessidades básicas estiverem satisfeitas.

### Teatro em debate

Decorreu na passada segunda-feira, no CT Vitória, uma assembleia da célula de Teatro da ORL, que debateu a situação do teatro em Portugal e procurou delinear os objectivos e medidas de uma política de desenvolvimento teatral no nosso país. Esta reunião inseriu-se na preparação da Assembleia do Sector de Artes e Letras, marcada para o próximo dia 13 de Maio.

### Os caminhos que a saúde leva

A assistência médica está a piorar no distrito de Vila Real. Quem o diz é a DORVIC do PCP que fez recentemente um balanço do estado em que se encontram os cuidados médicos na região. Segundo afirma em comunicado, são bastantes os centros de saúde que estão sem pessoal, caso de Proveze (Sabrosa), Covas, Celeiros e Gouvinhas, falando-se já no encerramento de postos médicos noutras aldeias. Muitas pessoas são deste modo obrigadas a deslocarem-se até Chaves ou Vila Real para serem observadas por um médico. Este organismo regional do PCP acusa o Governo de, em vez de dar plena utilização às instalações e equipamentos existentes, estar a reduzir os serviços e a disponibilizar instalações públicas para sector privado. O PCP chama ainda a atenção para o facto de só em Chaves mais de vinte mil pessoas não terem médico de família.

# Festa, juventude e música

A JCP está a preparar um grande convívio de juventude para os dias 11 e 12 de Maio, na Quinta da Atalaia, no concelho do Seixal. Em conversa com o «Avante!», Sara Canavezes e José Morais, da DN da JCP, adiantaram que para além de momentos de lazer, está previsto efectuar no «Em Festa» dois debates, um sobre a questão palestina, no sábado, e outro sobre problemas da juventude, no último dia, onde se espera a presença do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Sobre o programa previsto para os dois dias, a JCP anunciou já para sábado a realização de um festival de música moderna, com bandas de todo o País e um baile popular à noite. Quem preferir ficar acordado em vez de recolher às tendas, poderá participar num fogo de campo que vai ter animação própria. No domingo, decorrerá uma manhã desportiva com várias modalidades, desde o atletismo ao futebol, passando pelo skate, bicross, xadrez e

damas. Durante o fim-de-semana, será pintado por jovens artistas um mural alusivo ao aniversário do Partido e ao seu papel actual na sociedade portuguesa. A funcionar vão estar vários bares com comes-e-bebes, um pavilhão equipado com um ecrã gigante, onde serão passados vários filmes, para além de espaços com mesas de ping-pong e campos de badminton.

A grande atracção do «Em Festa» será certamente os Rádio Macau, esperados logo a seguir aos «Quadragésima Vez», que abrem o concerto por volta da 16 horas de domingo. A entrada é gratuita e a organização prevê uma afluência na ordem dos mil jovens. Entretanto, lança um apelo a todas as estruturas da JCP para prepararem localmente a iniciativa, quer no que respeita à participação nos momentos desportivos e outros, quer quanto ao transporte para a Atalaia.

# Cidadãos à espera de reconhecimento

Os problemas dos reformados e pensionistas, que constituem cerca de 2 milhões e 300 mil pessoas em Portugal, estiveram recentemente em análise num encontro promovido pelo PCP no Seixal. A iniciativa, de âmbito nacional, reuniu perto de 730 participantes que fizeram um balanço da actividade do grupo parlamentar do PCP neste campo, criticaram a política pouco interventiva do Governo PSD e o aproveitamento que este faz das propostas dos comunistas na Assembleia da República.

Na mesa do encontro, que contou com representantes dos sindicatos, pessoas ligadas à segurança social e eleitos das autarquias, destacaram-se Domingos Abrantes, da Comissão Política do PCP, Américo Costa e Jaime Félix, ambos do CC, Apolónia Teixeira, deputada comunista à AR, Duarte Gomes, da Comissão Distrital de Setúbal de Reformados e do Conselho Nacional da Inter-Reformados, Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP, entre outros.

Os trabalhos decorreram em três secções temáticas

sobre «As novas condições de vida e os reformados no limiar do século XXI»; o «Sistema de protecção e integração sociais» e os «Reformados e intervenção social».

Na resolução aprovada no encontro, que teve como lema «Reformados - uma força viva, com o PCP no caminho da alternativa democrática», aponta-se como objectivo fundamental melhorar as condições de vida dos reformados e a sua plena integração e participação na sociedade. Recorde-se que a maioria dos reformados e pensionistas são forçados a viver com pensões de extrema pobreza, mesmo abaixo do limite de subsistência. Basta referir que 80 por cento auferem uma pensão mensal que se situa entre os 13 mil e os 20 mil escudos.

Como causa desta situação gravosa, o PCP considera injustos e insuficientes os «aumentos percentuais» que incidem sobre montantes de pensões baixíssimos, o aumento dos géneros e serviços essenciais, o aumento galopante do preço dos medica-

mentos, o corte e a não participação no seu custo, a falta de apoios sociais e sanitários, bem como o grave problema da habitação e do aumento das rendas.

O 1<sup>o</sup> Encontro do PCP sobre reformados preconizou um conjunto de medidas com vista a melhorar as condições de vida desta camada da população, onde se exige o estabelecimento de uma política social e sanitária, baseada na

correcta distribuição da riqueza e dos recursos naturais, que conduza à aplicação de um sistema de segurança social justo, digno e eficaz.

Os reformados manifestaram-se igualmente pelo pleno uso dos seus direitos de cidadania e, de acordo com as suas potencialidades, pela participação activa na vida da sociedade aos vários níveis e sem qualquer discriminação na ocupação dos cargos.

## Força social activa

Com este encontro, o PCP aprofundou o conhecimento e auscultou propostas e soluções para as diversas áreas da vida dos reformados.

Hoje ninguém nega que a realidade desta camada social está em profunda transformação, que o aumento da esperança de vida, as reformas antecipadas e as pré-reformas contribuem para seu crescimento numérico e obrigam-nos a prestar uma atenção qualificada aos novos reformados. Desta forma os afazeres e lazeres dos reformados adquirem uma nova dimensão, já com expressão em algumas actividades económicas.

O PCP, que desde sempre dedicou particular atenção às condições de vida dos reformados e tem desenvolvido uma persistente acção em defesa dos seus interesses, aprovou uma resolução que contempla as principais aspirações e reivindicações dos reformados, pensionistas e idosos,

nomeadamente em relação ao aumento das pensões e ajustamento da respectiva fórmula de cálculo, à melhoria das condições de vida, condenando a política anti-social do Governo que menospreza em absoluto os mais de dois milhões de pessoas que integram esta camada social.

O encontro abordou também o Partido de Solidariedade Nacional, que qualificou como um semeador de ilusões aos reformados e de divisões no eleitorado democrático. Como um partido com origem política de direita, pela natureza dos seus apoios e dos objectivos, certamente que não pretenderá servir aos reformados, pensionistas e idosos já que são precisamente estas forças de direita os grandes responsáveis pela difícil situação com que se depara este estrato da população.

Depoimento de Américo Costa a propósito do 1<sup>o</sup> Encontro sobre os Problemas dos Reformados, realizado recentemente no Seixal.

# Olhando os anos 90

CDU de Beja discute o futuro. Que começa sempre hoje.

O Encontro de Activistas da CDU do Distrito de Beja, realizado no passado dia 13 em Ferreira do Alentejo com a participação de 150 pessoas e a apresentação de 19 comunicações, considerou que esta coligação «tem sido e é a principal protagonista do trabalho e da luta por uma política de desenvolvimento e justiça social para o Distrito de Beja», acusando o PS de «praticamente só aparecer em períodos eleitorais» e o PSD de «impor uma política impeditiva do desenvolvimento».

Olhando os desafios que se colocam nos anos 90, para os quais a CDU «pode e deve potenciar o seu trabalho», o Encontro apontou diversas iniciativas já desencadeadas pela Coligação, nomeadamente na elaboração dos Planos Directores Municipais, com a conclusão do pré-modelo do Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito de Beja/PIDD Beja (que devia competir ao Governo), na candidatura de projectos com apoio comunitário, na conclusão de obras de saneamento, na intensificação do trabalho em áreas fundamentais, na criação de associações de municípios etc., etc., sem

esquecer a intervenção dos deputados do PCP eleitos, pelo Distrito, nas listas da CDU.

Criticando o Governo pelo atraso no processo de

ção, a não concretização de grandes projectos como o Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo ou as metalurgias do cobre e do estanho, enquanto «os salários dos

da e até antidemocrática a posição do PS em seguir a orientação do PSD no sentido de tentarem bipolarizar a intervenção político-partidária».

Afirmando a confiança na vitória da CDU nas próximas eleições legislativas «porque as populações conhecem e não esquecem a luta do PCP e dos seus aliados, designadamente na CDU», tal como compreendem que «a política do PSD não resolveu os problemas da Região» e que «o PS, sozinho no Governo ou aliado ao PSD ou ao CDS, faz uma política muito semelhante» à actual, o Encontro de Beja da CDU anunciou uma reunião, para breve, das forças que integram a Coligação, onde se constituirá uma Comissão Eleitoral do Distrito, se analisarão as questões centrais do Programa Eleitoral e se proporá a lista de candidatos para o círculo.

O Encontro exortou ainda «todos os democratas e todo o povo a participarem, em unidade e luta, nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e saudou o IV Congresso sobre o Alentejo, a realizar em Sines nos próximos dias 30 e 31 de Maio e 1 de Junho.



Castelo de Beja

Regionalização, o Encontro definiu a política do executivo como «um travão ao desenvolvimento e justiça social no Distrito», como se demonstra pelo acentuar das assimetrias regionais e desigualdades sociais, a persistência da desertifica-

trabalhadores e os rendimentos dos agricultores são dos mais baixos da CEE, os horários de trabalho dos mais longos e à juventude e às mulheres não são dadas perspectivas quanto a um futuro melhor», considerando-se, por isso, «erra-

## A festa da liberdade

O 25 de Abril de 1974, vai ser comemorado em todo o país de formas diversas, com destaque para o desfile de milhares de pessoas em Lisboa que, mais uma vez este ano, a partir das 15 horas desse dia, ligarão o Marquês de Pombal ao Rossio onde o capitão de Abril, Vasco Lourenço, em representação da Comissão Promotora, fará uma alocução.

Num comunicado entretanto distribuído, os organizadores da comemoração referem que esta «é uma data que os portugueses assinalam em comemorações oficiais e diversificadas comemorações populares que constituem festas de liberdade e da paz conquistadas, factores de

afirmação democrática e de um aprofundamento que desejam da democracia portuguesa».

Sendo «a grande festa da Liberdade» diz-se ainda neste apelo à participação que «o 25 de Abril é um marco que identifica o regime democrático com aspirações e ideais que, combatendo a ditadura de cinquenta anos e os bloqueios que ela criou na sociedade, se projectaram na construção de uma democracia política, económica, social e cultural. Consagrados na Constituição, estas aspirações e ideais projectam-se diariamente na sua afirmação e na recusa de políticas que contrariam direitos sociais, o progresso e o desenvolvimento».

Mais de trezentas e sessenta personalidades subscrevem este apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril em Lisboa.

No Porto foi já anunciado o programa das comemorações que incluem um espectáculo intitulado «Passagem de Ano da Liberdade» na noite de 24 de Abril na baixa portuense que inclui a presença de Manuel Freire e um momento de Jazz. À meia-noite haverá fogo de artifício seguido de um baile popular. No dia 25 far-se-á a Corrida da Liberdade de manhã enquanto nos Jardins do Palácio de Cristal decorrerá uma manhã infantil com a presença de animadores culturais para às 11 horas se fazer uma homenagem à

resistência antifascista no Largo Soares dos Reis junto à ex-PIDE.

À tarde será a vez da Grande Festa Popular com música popular, espectáculo de música rock e um cortejo (desfile alegórico).

Também aqui centenas de personalidades e de organizações locais subscrevem o apelo à participação nestas comemorações.

Em Espinho, chegou-nos o anúncio que as comemorações do 17.º aniversário da Revolução dos Cravos incluirão um almoço no Restaurante Baliza, na Rua 8 em frente à estação, para o qual estão abertas inscrições até ao dia 23 de Abril pelo telefone 721647.

## Municípios contra localização do mercado abastecedor de Lisboa

A instalação do futuro mercado abastecedor de Lisboa preocupa os municípios da área metropolitana, que esta semana anunciaram recusar a anunciada localização para os terrenos da Paia-Pontinha. A decisão foi tomada numa reunião em Loures dirigida pelo presidente da Câmara local, Demétrio Alves, e onde também estiveram os presidentes das Câmaras da Amadora, Mafra, Arru-

da dos Vinhos e vereadores de Oeiras, Lisboa e Vila Franca de Xira. Numa resolução então aprovada defende-se que o mercado seja construído na zona norte da capital no eixo Loures-Mafra.

Segundo estas sete autarquias a instalação do mercado abastecedor de Lisboa naquela zona dificultará a circulação na zona e os acessos a Lisboa e poderá obrigar

à desactivação da escola agrícola. Por outro lado seria igualmente preocupante a eventual ocupação de terrenos inundáveis, pertencentes à reserva agrícola nacional, e o desaparecimento de uma das maiores zonas verdes do concelho.

Os sete municípios, que nomeraram uma comissão para futuras conversações com o Governo, consideram

necessário e urgente dotar a área metropolitana de Lisboa com um mercado abastecedor devidamente instalado e equipado para servir um universo de três milhões de consumidores, que substitua as actuais instalações de Lisboa. Defendem também a realização de um estudo prévio de impacte ambiental, independentemente da localização do novo mercado abastecedor.

## Ex-colónias e Portugal reúnem deficientes de guerra

Associações de deficientes das forças armadas de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau estiveram reunidas até terça-feira em Lisboa para analisar perspectivas de cooperação multilateral.

O encontro foi organizado pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e seguiu-se à 14.ª reunião da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra que se realizou na capital portuguesa de 9 a 14 de Abril.

Trinta mil mutilados de guerra em Angola, três mil 515 na Guiné-Bissau, cerca de seis mil em Moçambique e perto de dez mil em Portugal foram alguns dos números avançados pelos participantes neste encontro, resultantes da guerra colonial e da guerra após a independência em Angola e Moçambique.

### MDM atribui distinção

A Distinção de Honra foi este ano atribuída pelo MDM-Movimento Democrático de Mulheres à Associação para o Planeamento da Família (APF), Instituição Particular de Solidariedade Social criada em 1967, pioneira na área do planeamento familiar e da educação sexual em Portugal e que, com afirmação do MDM, prossegue hoje «sem desfalecimento uma acção pedagógica e emancipadora digna de todo o relevo». A Distinção de Honra é atribuída anualmente pelo MDM desde 1981 a indivíduos ou colectividades que se destaquem na defesa dos direitos da mulher.

música em Portugal. O maestro Fernando Lopes-Graça descerrou a lápide que deu



nome ao arruamento e fez uma alocução sobre a personalidade da compositora.

### Régie-Sinfonia

Mil e 400 personalidades do Porto assinaram um documento entregue esta semana ao secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, alertando para a situação financeira da orquestra Régie-Sinfonia do Porto e onde se manifesta a sua perplexidade perante a progressiva redução da sua actividade.

### Inflação

Até Março último a inflação este ano atingiu 13,3 por cento contra 12,4 registados em igual período do ano passado, segundo dados divulgados esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística. As componentes do índice de preços no consumidor que sofreram maiores agravamentos na evolução dos preços foram as seguintes: «Vestuário e Calçado», «Conforto da Habitação» e «Saúde».

### Francine Benoit nome de rua

A Câmara Municipal de Lisboa homenageou na passada sexta-feira a personalidade de destaque da música que foi Francine Benoit, perseguida antes do 25 de Abril por ter colaborado com o Movimento de Unidade Democrática. Nasceu em França em 1889 e naturalizou-se portuguesa em 1929. Maria João Pires e Emmanuel Nunes contam-se entre os alunos desta que foi uma das maiores pedagogas da

### Leite derramado

Duas centenas de produtores de leite concentraram-se domingo passado em Coimbra junto ao edifício da direcção regional da agricultura e inutilizaram milhares de litros de leite no rio Mondego naquilo que disseram ser um «gesto simbólico» que protestava contra o aumento de preço ao consumidor enquanto foi imposta uma redução dos preços à produção.

### CNA na Assembleia

A Confederação Nacional da Agricultura, CNA, foi recebida pela direcção do Partido Renovador Democrático e pela Comissão Parlamentar da Agricultura da Assembleia da República em audiências e encontros solicitados por esta confederação que prosseguem os contactos anteriormente iniciados resultantes das preocupações manifestadas pelos agricultores no recente congresso desta organização.

### Água no Algarve

Sete câmaras assinaram em Tavira a constituição de uma associação cujo objectivo é de explorar e conservar o sistema de abastecimento de água no sotavento algarvio. Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, Olhão, Faro, São Bartolomeu de Alportel e Loulé foram as autarquias em causa que pretendem aproveitar os recursos das barragens de Odeleite e Beliche.

# União Política gera polémica no PE

Eurodeputados contra decisões da Conferência Intergovernamental

O debate sobre a União Política e as visitas do secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, e do Presidente do Chile, Patricio Aylwin, dominam a sessão plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana, em Estrasburgo.

Encarado por alguns sectores como o «discurso da despedida», a intervenção de Perez de Cuellar revestiu-se no entanto de natural interesse, inserindo-se no contexto resultante da crise do Golfo e da crescente exigência de um maior protagonismo por parte da ONU na cena política mundial.

Mas para além daqueles dois visitantes e da esperada presença de Boris Ieltsin,

Presidente da Federação Russa, a convite do grupo socialista, o debate sobre a União Política esteve no centro das atenções.

A Comissão dos Assuntos Institucionais abriu o debate com uma pergunta oral à Comissão Europeia, pedindo esclarecimentos sobre o desenrolar dos trabalhos da Conferência Intergovernamental, em particular no que respeita aos aspectos relativos ao reforço da legitimidade democrática, co-decisão legislativa (a exercer pelo PE e pelo Conselho), designação democrática da Comissão, votação por maioria qualificada no Conselho, direito de iniciativa legislativa do PE, alargamento do pare-

cer favorável e cidadania europeia.

Segundo informações da Lusa, a Comissão dos Assuntos Institucionais aprovou já um projecto de resolução a votar eventualmente no final do debate, segundo o qual os deputados consideram «absolutamente inaceitáveis» as orientações expressas no seio da Conferência, que em seu entender levariam ao reforço da cooperação intergovernamental e a um «espectacular agravamento do défice democrático, a nível nacional e comunitário».

O Presidente em exercício do Conselho de Ministros da CEE, Jacques Santer, e o Presidente da Comissão Europeia, Jacques

Delors, dirigiram-se também aos deputados para expor as conclusões da cimeira extraordinária do Luxemburgo, realizada na semana passada.

As divergências sobre a União Política não são de hoje, e parecem tender para o agravamento. Prevê-se mesmo que os eurodeputados lancem um apelo aos seus congéneres dos Parlamentos Nacionais para que, a exemplo do que já sucedeu em Itália (na Câmara dos Deputados), se recusem a autorizar a ratificação de um novo Tratado Comunitário enquanto os resultados das Conferências Intergovernamentais não merecerem a aprovação do Parlamento Europeu.

## BERD – Banco para o Leste

O Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) foi inaugurado em Londres, na passada segunda-feira, com a presença de chefes de Estado e de Governo dos 39 países membros.

O BERD é a primeira instituição internacional a englobar os países da Europa de Leste (com excepção da Albânia) e países ocidentais, e tem como objectivo auxiliar a reconstrução económica dos países do leste europeu na sua transição para a economia de mercado.

Criado em Maio de 1990, em Paris, por quarenta bancos e duas organizações internacionais - a CEE e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) - o BERD dispõe de um capital inicial de 10 mil milhões de Ecus. De acordo com os princípios que presidem à sua constituição, esta instituição vai ajudar, prioritariamente, o sector privado, que irá representar, no mínimo, 60 por cento dos projectos. Por outro lado, o BERD irá participar no financiamento das infra-estruturas das comuni-

cações, assistir aos processos de privatização, participar em alguns projectos e contribuir para a protecção do meio ambiente. De sublinhar ainda que a nova instituição não irá conceder

Segundo afirmou o presidente designado do BERD, o francês Jacques Attali, a instituição vai empenhar-se na transformação de «cinco séculos de economias centralizadas e

do BERD, 51 por cento será controlado pela CEE, enquanto a França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Itália participam com 8,58 por cento cada; os EUA, por seu turno, são, a nível de Estado, o principal accionista, com 10 por cento do capital.

Os países da Europa de Leste participam com 13,5 por cento do capital, dos quais 6 por cento são da União Soviética que aceitou participar apesar de não poder, a médio prazo, recorrer aos serviços do BERD. Portugal também participa na instituição, com uma quota simbólica de 0,42 por cento.

A inauguração do BERD foi entretanto aproveitada pelos ministros das Finanças do Grupo dos Sete países mais industrializados do mundo para uma reunião informal. Na agenda, para além dos temas a debater na cimeira económica mundial marcada para Julho, em Londres, estiveram também as conversações do «Uruguay Round» sobre a liberalização do comércio mundial.



empréstimos sob condições preferenciais, à semelhança de um banco de desenvolvimento tradicional, mas estimular o sector privado de forma idêntica à adoptada por um banco de negó-

de burocracia» na Europa de Leste, de forma a colocá-las no caminho das economias «democráticas» e de «mercado», o que será «um processo muito longo» e levará «mais de 20 anos». Recorda-se que, do capital

## Amianto e Saúde

Amianto ou saúde?

A questão parece estranha, sobretudo se se tiver em consideração que ela resulta do debate, no PE, de uma directiva do Conselho que fixa valores limite para as concentrações de fibras de amianto nos locais de trabalho, que o deputado comunista Barros Moura considerou «muito exigentes». É evidente que os comunistas apoiam as

medidas de protecção da saúde e vida dos trabalhadores face ao amianto. Mas também é evidente que não se abstraiem das consequências dessas medidas sobre o emprego e sobre a indústria.

Foi justamente para esse aspecto que Barros Moura chamou a atenção, ao lembrar no Parlamento Europeu que as indústrias portuguesas que

utilizam o amianto como matéria-prima empregam mais de 5000 trabalhadores, pelo que «não havendo fibras de substituição testadas, seguras e economicamente rentáveis» se torna evidente que «a interdição do amianto ou a imposição de limites muito baixos equivale à inviabilização da própria indústria com graves consequências sobre o emprego». Defendendo uma

evolução gradual para a reconversão de tais indústrias, o eurodeputado não deixou de se interrogar se os defensores da interdição imediata do amianto estão mesmo a pensar na saúde dos trabalhadores, ou se pelo contrário estão a pensar nos interesses de certas indústrias, como a alemã, mais avançadas do que as suas concorrentes na substituição do amianto.

## África do Sul

A CEE decidiu, na segunda-feira, levantar as sanções económicas contra a África do Sul, mantendo apenas as restrições da ONU sobre a venda de armamento e comércio de petróleo. A decisão, tomada na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, no Luxemburgo, foi explicada pelo facto de o Governo sul-africano ter já tomado as «medidas necessárias para pôr fim à discriminação racial no país», ao apresentar legislação que revoga as leis das zonas de habitação separada e da propriedade da terra. Curiosamente, os Doze não parecem preocupados com o facto de a legislação sul-africana continuar a não reconhecer à maioria negra o direito de voto. O Parlamento Europeu, que se tem manifestado contra o levantamento das sanções, não foi consultado.

## Eurogrupo/NATO

A reunião do Eurogrupo da NATO, realizada a semana passada em Bona, contou pela primeira vez com a participação de países exteriores à organização. Segundo declarou, à Lusa, Eugénio Ramos, secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa, na reunião estiveram representados a Áustria, a Checoslováquia, Polónia e Hungria, países que anteriormente integravam o extinto Pacto de Varsóvia. «Foi consensual que é desejável que a Europa continue a aprofundar o processo de integração e que coopere mais entre ela em termos de defesa», disse o secretário de Estado, que informou ter-se debatido na reunião «qual a possível evolução nos países de Leste, o que é a Europa e como garantir a sua segurança».

## Força rápida

O Comité militar da NATO propôs no sábado a criação de uma força multinacional de «reação rápida» capaz de fazer frente a eventuais ameaças à segurança da Europa. Segundo o respectivo presidente, general Vigleik Eide, «agora que a guerra fria terminou, a Aliança tem de rever a estrutura das suas forças». A proposta será apresentada aos ministros da Defesa da Aliança, que se reúnem em Bruxelas nos próximos dias 28 e 29 de Maio. Apesar de não terem sido dados pormenores sobre a constituição da referida força, há quem afirme que ela deve ser «formada por um corpo de 70 mil a 100 mil homens, de diferentes países europeus, com sede em território alemão e com comando britânico».

## Namíbia

Uma delegação de parlamentares europeus, constituída por três deputados, terminou na sexta-feira uma visita à Namíbia e declarou-se optimista quanto ao futuro do país. No final da visita, realizada a convite da Fundação da Liberdade Internacional (IFF), com sede em Washington, os deputados divulgaram um comunicado em que se afirma que a Namíbia pode seguir uma via radicalmente diferente da de outros países da região, que estabeleceram regimes de partido único e uma economia centralizada. Para tal, os deputados consideram fundamental a ajuda à Namíbia que, dizem, precisa de investimentos estrangeiros.

## Curdos

A Comissão Europeia anunciou no início da semana ter tomado um conjunto de medidas que permitirão alimentar cerca de metade dos refugiados curdos iraquianos, durante dois meses. A Comissão decidiu ainda estabelecer equipas médicas fixas e móveis para fornecimento de tratamentos imediatos, medicamentos, alimentação, cobertores e tendas a 400 mil refugiados no Irão e na Turquia. O custo total destas medidas ascende a 21 milhões de Ecus, cerca de um sétimo da ajuda total de 150 milhões de Ecus que a CEE decidiu atribuir aos refugiados curdos.

## GATT

No final deste mês deverá realizar-se nova reunião entre a CEE e os EUA para tentar desbloquear as negociações sobre o GATT, para a liberalização do mercado mundial. Recorda-se que as negociações entraram num impasse na reunião interministerial do passado mês de Dezembro, em Bruxelas, devido principalmente a desacordo sobre o dossier agrícola. A CEE recusou então abandonar a sua política de subsídios à agricultura, como pretendiam os EUA. O reinício das negociações, em 26 de Fevereiro último, não trouxe progressos significativos, continuando os ministros da Agricultura dos Doze a defender a abordagem distinta das duas questões em debate - Política Agrícola Comum (PAC) e o acordo do GATT.

## Curdos

# Milhares de refugiados Impõe-se solução política

Todos os dias morrem, junto da fronteira turca, 400 a mil refugiados iraquianos, em particular curdos. Esta uma estimativa dos socorristas internacionais na fronteira entre os dois países, que indicam que a maioria das mortes se deve a «doenças que poderiam ser evitadas», e que no fundamental têm a ver com as terríveis condições de vida e a permanente degradação do estado físico dos refugiados.

Entretanto, mais de 2 250 000 curdos iraquianos deixaram as suas terras em direcção às fronteiras com a

Turquia e o Irão, de acordo com os últimos números divulgados por organizações humanitárias em Genebra.

Equipamentos, víveres e medicamentos estão a ser canalizados para as fronteiras, nomeadamente pelo alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados, mas a situação continua a ser extremamente grave. O início da retirada das tropas americanas do Sul, que deverão ser substituídas por «capacetes azuis» que vão ocupar uma zona desmilitarizada na fronteira entre o Iraque e o Koweit, deu mesmo origem a mani-

festações de desespero de refugiados do movimento popular que se ergueu contra Saddam Hussein.

O movimento de resistência curdo, que participa no movimento de oposição a Hussein, tem vindo a denunciar indiferença da parte da comunidade internacional face à repressão das populações curdas, em contraste com a invocação da defesa dos direitos dos povos para lançar a guerra contra o Iraque.

«Hoje — afirma Mas-soud Barzani, presidente do Partido Democrático do Kurdistan — a comunidade

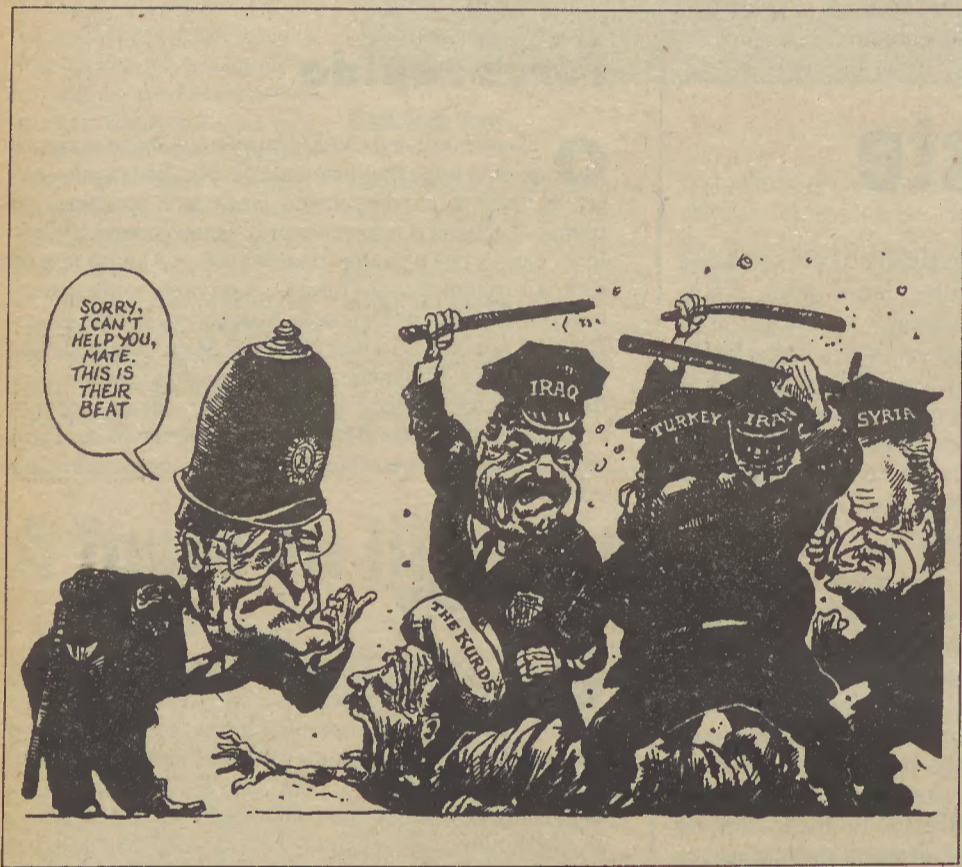
internacional deixa as mãos livres ao regime de Saddam Hussein para reprimir com selvejaría o levantamento popular e pacífico do povo do Iraque, em particular do Kurdistan do Iraque, e massacrar em massa a população civil.»

Relativamente à proposta do Conselho Europeu da CEE de criação de uma zona de segurança para os curdos no Norte do Iraque, as organizações curdas iraquianas manifestam algumas reservas.

Na opinião do director do Instituto curdo de Paris, Kendal, a zona de segurança seria «útil como medida de extrema urgência e como garantia de manter os curdos no seu país», mas não poderia passar de uma «solução transitória», estando fora de questão «que as tropas turcas ou ocidentais se instalem em território iraquiano».

Este é um aspecto fundamental da questão, e não por acaso o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, afirmou só apoiar a proposta de uma zona protegida para o povo curdo do Iraque (que aliás defronta problemas também bem graves noutras regiões, em particular na Turquia), se o Iraque der luz verde à proposta da comunidade europeia. Sem o que a sua concretização de transformaria em mais um factor de tensão e conflitos na zona.

Os curdos temem naturalmente o arrastamento indefinido de uma situação em que ficariam como refugiados no seu próprio país e sublinham que o que se impõe é uma solução política.



Caricatura publicada no «International Herald Tribune», em que se vê George Bush, assistindo ao massacre dos curdos. «Tenho muita pena, meu velho, diz o presidente americano, mas não posso fazer nada por ti. É a vez deles.»

## Solidariedade com o ANC Comunistas europeus reúnem em Paris

O levantamento das sanções económicas contra a África do Sul, por parte da CEE, é prematuro, porque ainda não foi instaurado o sistema de «um homem, um voto» — sublinhou em Paris o dirigente comunista sul-africano Joe Slovo, quando de uma reunião promovida por partidos comunistas dos países da CEE.

Nesta reunião, o Partido Comunista Português esteve representado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central do PCP.

Joe Slovo, que também é membro do Comité Executivo nacional do ANC, referiu que ainda há milhares de presos políticos na África do Sul e que muitos refugiados estão impedidos de regressar ao seu país.

Entrevistado pelo serviço português da «Radio France International», o dirigente comunista sul-africano afirmou estar absolutamente convencido de que, na África do Sul, «nenhum branco, incluindo os portugueses, tem qualquer

motivo para reear a regra da maioria. Na realidade, a sua única esperança de viverem em paz, de terem uma vida normal na África do Sul, como noutras partes de África, é criar um sistema no qual é dada a toda a gente a possibilidade de uma participação decente em todos os aspectos da vida social do país».

«Na ausência de tal factor — acrescentou — não haverá segurança nem para os portugueses nem para qualquer outra comunidade na África do Sul».

Os representantes dos Partidos Comunistas Europeus aprovaram as ideias defendidas por Slovo e solidarizaram-se com o Partido Comunista Sul-Africano e o Congresso Nacional Africano (ANC), nesta reunião motivada pelo anúncio do levantamento parcial das sanções por parte da CEE.

Domingos Lopes, representante do PCP, considerou, por seu lado, que o levantamento das sanções não é de molde a favorecer a via pacífica na África do Sul.

## ELEIÇÃO NA HUNGRIA

Pal Fillo, candidato socialista, antigo membro do Partido Comunista, venceu a segunda volta das eleições legislativas intercalares em Budapeste, com 38,19 por cento dos votos. Uma eleição que também reflecte o descontentamento generalizado face à política do governo centro-direita, e que tem conduzido a um aumento do desemprego e a uma inflação de mais de 30 por cento.

Fillo superou nesta eleição o candidato da Aliança dos Democratas Livres, oposição liberal, Rudolf Groo, que obteve 24,77 por cento dos votos, assim como o do Forum Democrático, no poder, Gyula Grosics (16,01) e da Federação dos Jovens Democratas (radicais ecologistas, oposição), com 15,68 por cento dos votos.

## GORBATCHOV NO JAPÃO

A realização de uma Conferência multilateral sobre segurança da região Ásia-Pacífico é uma das propostas apresentadas por Gorbatchov no seu discurso no Parlamento japonês.

O presidente soviético, que se deslocou ao Japão, na primeira visita de sempre de um chefe de Estado soviético a Tóquio, afirmou que a URSS reduzirá a sua presença militar na zona.

Mikhail Gorbatchov fez um apelo ao desarmamento dos Estados Unidos e do Japão, acrescentando que o processo se acelerará se as outras potências militares tomarem medidas correspondentes.

Gorbatchov propôs que o seu país, os Estados Unidos, a China, a Índia e o Japão realizem uma Conferência sobre cooperação na área do mar do Japão, a noroeste deste arquipélago. O dirigente soviético reiterou o convite para que se realize em 1993 uma Conferência de ministros de Negócios Estrangeiros da Ásia-Pacífico.

## NEGOCIAÇÕES EM VIENA

Representantes dos 16 países da NATO e dos seis até há pouco pertencentes ao Tratado de Varsóvia retomaram em Viena as negociações sobre redução de armas convencionais na Europa e o estabelecimento de medidas de segurança. Pretende-se agora superar o impasse resultante de uma diferença de interpretação entre a URSS e os Estados Unidos e seus aliados que bloqueou a ratificação do Tratado CFE sobre a redução de armas convencionais na Europa, assinado em Novembro.

Viena acolheu também a nova ronda negocial sobre medidas de confiança e segurança em que participam representantes de 34 Estados da NATO, Tratado de Varsóvia e dos países neutrais e não-alinhados. O presidente norte-americano afirmou-se disposto a encontrar-se com Gorbatchov em Moscovo antes de qualquer acordo sobre desarmamento nuclear.

## RDA

O número de desempregados na ex-RDA duplicará até ao final do ano, segundo uma análise do Conselho de peritos, conhecidos como os «cinco sábios». Os conselheiros económicos do governo de Bona prevêem pelo menos 1,7 milhões de desempregados até ao fim do ano e cerca de dois milhões de trabalhadores com a jornada laboral encurtada. Serão as mulheres as mais afectadas pelo desemprego.

## CONVERSACÕES DE PAZ

Decorreu em local secreto um encontro preparatório de conversações de paz na Guatemala.

Representantes da Comissão Nacional de Reconciliação, o observador das Nações Unidas e a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), discutem datas e detalhes para as conversações. A delegação governamental inclui militares de alta patente.

Ao longo de 30 anos de guerra, conduzida pelos militares e bandos de extrema-direita contra as populações, morreram mais de cem mil pessoas e outras quarenta mil foram dadas como desaparecidas.

## MANIFESTAÇÕES NA POLÓNIA

Camponeses de toda a Polónia manifestaram-se em Varsóvia pedindo ao governo que proteja os agricultores contra uma competição desleal do estrangeiro. Os manifestantes invadiram mesmo o gabinete do ministro da Agricultura, onde despejaram manteiga.

Os camponeses polacos pedem preços mínimos garantidos para o leite, crédito fácil e maiores taxas alfandegárias sobre produtos importados.

# Palestinianos

## Problemas agravados

Dois crianças e um jovem palestino foram mortos a tiro por soldados israelitas quando passavam ilegalmente a fronteira entre a Jordânia e a Palestina ocupada. Os mortos tinham onze, quinze e vinte anos e os seus assassinos foram elogiados pelo general Dani Atom, comandante das tropas de ocupação, que felicitou os soldados pela «sua reacção rápida e profissional» e por terem aplicado «as regras de segurança».

Isto passou-se nos últimos dias de Março, e é apenas um testemunho de uma realidade quotidiana de repressão sistemática do povo palestino.

Testemunho da urgência da criação de uma pátria independente para os palestinos.

Mais recentemente ainda, outro facto vem sublinhar a necessidade de solução dos graves problemas que se vivem nesta zona. A aviação israelita bombardeou uma base palestina no Sul do Líbano. No ano em curso, foi o sétimo ataque israelita contra posições palestinas no Líbano. O ataque

anterior tinha sido levado a cabo em 19 de Março.

A cada vez mais dramática situação dos palestinos foi nestes dias confirmada no relatório do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que sublinha que os palestinos viram os seus problemas quotidianos agravarem-se com a crise desencadeada pela guerra no Golfo.

Neste relatório, o secretário-geral da ONU considera que as preocupações tomadas por Israel em matéria de defesa civil dos palestinos foram inadequadas. O documento refere que a população palestina não dispôs imediatamente das máscaras de gás adequadas e em número suficiente, ao contrário do que aconteceu com a população israelita.

«De uma maneira geral, diz Perez de Cuellar, a manutenção do recolher obrigatório, as detenções administrativas e os castigos colectivos, encerramento de escolas e demolição de habitações, constituem uma violação da quarta convenção de Genebra, e são fonte de preocupação.»

Neste quadro, e face à

evidente necessidade de dar resposta aos gravíssimos problemas acumulados na zona, têm vindo a desenvolver-se esforços para evitar as questões de fundo com falsas ou meias soluções.

Assim, o primeiro-ministro israelita, Shamir, propôs aos palestinos dos territórios ocupados um estatuto de «governo autónomo com ministros», em entrevista publicada num jornal de Jerusalém.

Os ministros desse governo autónomo agiriam «paralelamente» aos ministros israelitas nos sectores da Educação, Finanças, Comércio, Justiça e Saúde. Os palestinos poderiam gerir autonomamente os seus assuntos, mas não no que se refere à Defesa e Diplomacia, entre outras questões essenciais.

Nas palavras do primeiro-ministro israelita, esse estatuto daria «um pouco mais que o regime de autonomia previsto pelos acordos (israelo-egípcios) de Camp David e um pouco menos que a soberania».

Entretanto, da viagem do secretário de Estado norte-americano James Baker por várias capitais do Mé-

dio Oriente ainda nada de definido resultou.

Longe da ideia de uma conferência internacional, que nomeadamente tem vindo ao longo de anos a ser defendida por governos árabes, os EUA apostariam numa mesa-redonda regional, com Egipto, Síria, Jordânia, Líbano e palestinos (mas muito possivelmente sem a OLP, como é exigência de Tel-Aviv).

Os governos egípcio e saudita consideraram que a proposta norte-americana «tem elementos positivos» e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Jordânia, Tahger Masri, disse que o seu país participaria numa conferência regional e admitiu mesmo a hipótese de ser constituída uma delegação jordano-palestina.

A Síria opôs reticências, insistindo na ideia de uma Conferência Internacional de Paz «onde as Nações Unidas e a OLP tenham um papel significativo».

Os palestinos, que se reuniram com Baker em Jerusalém, reafirmaram que a OLP é a única representante do povo palestino e deve representá-lo nas conversações de paz.

## TURQUIA

# Libertados milhares de presos

Até ao próximo domingo, deverão ser libertados, na Turquia, 5230 presos políticos e de delito comum. Cerca de 43 mil detidos — numa população prisional de 45 mil pessoas — deverão beneficiar do processo de amnistia e de revogação de vários artigos do Código Penal, agora em curso. Entre as primeiras libertações incluem-se pelo menos 112 presos políticos, um condenado à morte e 24 pessoas que cumpriam prisão perpétua.

Estas medidas vêm na sequência de um reexame de todo o sistema judicial e prisional da Turquia, em grande medida decalcado do de Mussolini.

De par da revogação dos artigos do Código Penal que reprimem o delito de opinião e da anulação das penas de milhares de presos, o Parlamento turco aprovou o levantamento da interdição da língua curda (interdição que data de 1983).

A Turquia deu «um passo importante rumo à democracia», declarou Haydar Kutlu, presidente do Partido Comunista Unificado da Turquia, em liberdade condicional, após dois anos de prisão, na sequência do seu regresso ao país.

Kutlu chamou entretanto a atenção para a continuação em vigor de «artigos inquietantes», nomeadamente os artigos 125 e 146, relativos a «acções subversivas» e «actos terroristas».

PCF

## Seis propostas para combater o desemprego

«O desemprego é a preocupação número um dos franceses» — afirmou, na Assembleia Nacional francesa, Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, quando da apresentação de seis propostas concretas dos comunistas franceses para combater o desemprego.

A primeira dessas propostas aponta para um controlo público dos fundos públicos distribuídos às empresas para estimular o emprego.

Nesse controlo participariam eleitos e sindicatos, o que permitiria garantir que tais subsídios se desti-

nassem de facto aos fins previstos.

Em segundo lugar, o PCF propõe uma tributação de diferentes operações financeiras, da bolsa aos movimentos de tesouraria dos grupos económicos, que seria aplicada à formação profissional e criação de postos de trabalho.

Terceira proposta — reduzir em quarenta mil milhões o orçamento militar e atribuir essa verba às escolas. Simultaneamente, triplicar a contribuição patronal para a formação inicial e contínua, e criar um serviço público descentralizado e democrático de inserção no trabalho e de for-

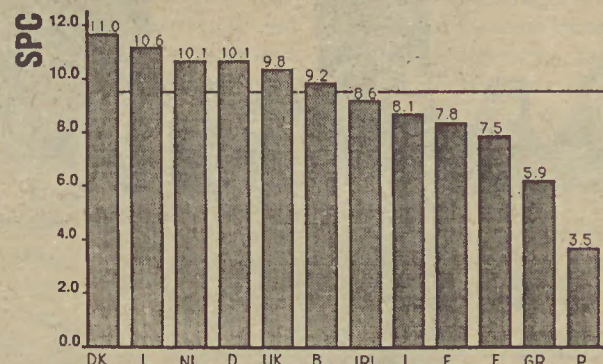
mação.

Quarta: aumentar o poder de compra dos trabalhadores, nomeadamente através de aumentos salariais.

Em quinto lugar, os comunistas franceses propõem a redução da semana de trabalho para 35h sem redução salarial, diminuição da idade do direito à reforma, consagração de 10% do tempo de trabalho para a formação. Medidas que só por si levariam à criação de centenas de milhares de postos de trabalho.

Por último, o PCF defende uma nova estratégia económica, que inclua medidas precisas para produzir francês.

## Os salários dos operários na CEE



Em Novembro passado, a revista da CEE «Eurostat» publicou um estudo sobre os ganhos horários dos operários nos doze países da Comunidade (Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Bélgica, Irlanda, Itália, Espanha, França, Grécia, Portugal). Para ter em conta o custo de vida em cada país e as diferenças em relação às taxas de câmbio, o estudo avalia os ganhos dos trabalhadores em termos de Standard de poder de compra (SPC). De notar que Portugal se encontra no último lugar da escala.

## Desemprego em crescimento

Há mais 427 080 desempregados, em países desenvolvidos, entre Janeiro e Fevereiro desta ano — este o balanço, parcial, elaborado pelo Departamento económico e social da Federação Sindical Mundial (FSM), com base em informações divulgadas nos principais títulos da imprensa económica internacional.

Por ordem decrescente, é esta a distribuição, por país do referido aumento de desemprego:

Estados Unidos — 107 754 (58,7% no comércio, 28,2% na metalurgia e 9,3% nos transportes).

Roménia — 60 000 a 65 000 (minas e metalurgia).

Alemanha — 59 300 na ex-RDA (96,1% na metalurgia).

Checoslováquia — 40 500.

URSS — 35 000 (metalurgia).

Grã-Bretanha — 32 255 (43,1% na banca, 28,3% na metalurgia e 18,6% nos transportes).

Brasil — 28 610 (62,9% na banca).

França — 20 261 (76,9% na metalurgia).

Suécia — 11 500 (76,9% na metalurgia).

Itália — 10 950 (49,8% no turismo).

Países Baixos — 7500 (60% nos transportes).

Austrália — 3600. Suíça — 2500. Bélgica — 2450.

Canadá — 2000. Noruega — 400.

A estes números convirá comar o desemprego parcial de 132 000 trabalhadores, dos quais 89% na indústria automóvel e metalúrgica e 11% nos transportes, em particular no transporte aéreo.

Se tivermos em conta que estes dados são parciais e limitados no plano geográfico, e que cada posto de trabalho suprimido ameaça dois ou três outros — poderemos ficar com uma ideia aproximada das dimensões da ameaça da recessão económica para o emprego, afectando directamente os direitos dos trabalhadores.

Neste quadro, a juventude está entre os sectores da

população mais atingidos. Segundo um relatório do Conselho económico e social, publicado em Julho de 1989 em Bruxelas, os jovens de menos de 25 anos representam 17% do número total dos desempregados na Alemanha, 22% na Dinamarca, 26% na Irlanda e no Luxemburgo, 27% na Bélgica, França e Grécia, 29% na Grã-Bretanha, 33% nos Países Baixos, 36% em Portugal e Espanha, quase 42% em Itália.

No último decénio, o acesso dos jovens ao trabalho tornou-se cada vez mais difícil, e a percentagem de desemprego é, entre os mais novos, duas vezes superior à percentagem global (17,4% para uma percentagem global da ordem dos 8,9%).

De sublinhar que o desemprego de longa duração, de par da falta de habitação e de protecção social e sanitária, é uma das causas essenciais do aumento da grande pobreza nos países da CEE.

Uma cidade de pessoas e para pessoas foi a principal preocupação que ressaltou dos debates que, na tarde do passado sábado, percorreram alguns espaços da Casa D. Hugo, na Sé, numa iniciativa da CDU que reuniu autarcas, representantes de associações e comissões de moradores, colectividades culturais, recreativas e desportivas, associações de estudantes e trabalhadores-estudantes, sindicatos, grupos ecológicos, associações juvenis e diversas personalidades.

# Quem faz o Porto são as pessoas

■ Maria Eduarda Castro

Os trabalhos, que abriram em sessão plenária dirigida por Raul Castro, deputado e autarca municipal eleito nas listas da coligação, prolongaram-se depois em três painéis («Porto, que cidade?», «Porto, que sociedade?», «Porto, que cultura?»), para acabarem, perto das 19.30 horas, de

«É o metro de superfície; o trem de grande velocidade (TGV) e os elevadores panorâmicos, são os novos hotéis e a frente urbana do Parque da Cidade; ruas asfaltadas e os parques de estacionamento informatizados; a privatização do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP)

paganda de que não há alternativa a estas soluções «milagrosas». A opor a isto, o autarca afirmou que «o desenvolvimento não é uma questão abstracta, sem alternativas, sem opções, prioridades ou custos», e colocou questões como: «qual o papel do Douro na Orla Marítima?»,

onde possamos ser felizes», foi a tônica da intervenção, ainda no período de abertura, de Maria João Gonçalves, do PEV.

Jovem, Maria João não abdica da vivência, como necessidade para compreender o Porto, lutar pelo seu desenvolvimento, perceber as suas gentes e ir ao encontro dos seus anseios. «Fazer parte do Porto, saber a ligação das pessoas aos lugares, é condição para a preservação desses lugares, para a conservação das memórias e raízes». «Quando respiramos o nevoeiro que sobe do rio, a maresia que sobre da Foz», disse a jovem ecologista, que citou de seguida Helder Pacheco, «esta cidade envolve-nos de feiticeiras, de sortilégios indecifráveis, feitos de lembranças, feitos de ternuras de infâncias e de momentos de viver nos lugares».

«Nós, Verdes, queremos o Porto da Ribeira, do Douro, da Sé, do Passio Alegre, do Bolhão, do Molhe, do Freixo, das Antas, uma cidade para quem nela vive e trabalha, para quem nela sofre e gosta dela. Por isso estamos aqui, por isso estamos na CDU, no confronto de ideias políticas junto dos que mais próximo de nós se batem pela solidariedade existencial».

vios poderão causar na tarefa muito complexa do desenvolvimento de uma cidade como o Porto», lê-se no documento-convite «Venha Conosco Olhar a Cidade na Viragem do Século», subscrito pela organização da cidade do PCP.

«As desigualdades sociais acentuam-se ou esvanecem-se?», «A pobreza aumenta ou não? E por quê?», «O controlo das energias na mão de interesses privados vai servir melhor as populações?», «O trânsito tem mesmo melhorado?», «Será mesmo impossível evitar a desertificação da cidade?», «E a política cultural da cidade, qual é?», «Está a ser mais seguro andar nas ruas do Porto?», são algumas das muitas interrogações que a organização dos comunistas da cidade do Porto coloca e que correspondem a preocupações e angústias, quantas vezes sentidas e não consciencializadas, dos portuenses.

## Cultura

Relator do painel «Porto, que cultura?», o maestro José Luís Borges Coelho, mais do que de conclusões, sempre difíceis de tirar num debate deste tipo, referiu que os participantes centraram a sua atenção na cultura-arte e colocaram interrogações e críticas.

Sobre o pelouro da Cultura da Câmara do Porto que, disse, «significativamente, passou a chamar-se da Animação Cultural», referiu a ausência do diálogo.

A perda de hábitos culturais, como as páginas literárias dos jornais dos anos 50/60, a falência do ensino, a falta de interesse generalizado pelas manifestações culturais, a falta de espaços de exposição, a extinção da orquestra do Porto e o panorama débil da cultura, mesmo ao nível da fruição, foram alguns dos aspectos negativos criticados no painel.

## Roupage de luxo, interior roto

«Não podemos ter uma roupage de luxo e, por baixo, o interior estar roto», disse Vieira Mendes, dirigente sindical e deputado municipal da CDU, relator do painel «Porto, que sociedade?», para dizer, como conclusão do debate, que «para além dos grandes projectos, a vida é feita de pequenos nadas que, para grande parte da população do Porto, são muito e, às vezes, tudo».

Aumento da formação de base, maior investimento na habitação social e mais apoio às cooperativas, total cobertura da cidade pela rede de saneamento, erradicação das manchas de pobreza através de medidas eficientes e participadas pelos moradores, mais apoio social às crianças e à terceira idade, gratuidade dos serviços de saúde essenciais e de urgência, o STCP como serviço público essencial, a cultura dirigida, também e sobretudo, aos mais «necessitados», melhoria da protecção do ambiente e inversão da tendência para a fuga da cidade das actividades industriais não poluentes, foram as conclusões enunciadas.

«Mudanças houve sempre, e reacções às mudanças também», salientou o camarada, que referiu o derrube, no séc. XIX, da muralha fernandina, para dizer que «o banditismo actual é mais agressivo, tem mais dinheiro, mais meios, mais pólvora».

A principal preocupação manifestada por Helder Pacheco é que «hoje a transformação, além de quantitativa, é qualitativa». Apesar das transformações que a cidade sempre sofreu não nos apercebemos, hoje, de que há 4 ou 5 séculos de construção na cidade, porque os materiais empregues foram sempre os mesmos.

Helder Pacheco:

## «Lançar a subversão»

«A minha posição relativamente ao Porto, é a posição relativamente à vida — quem faz a cidade são as pessoas», disse Helder Pacheco, especialista em património cultural, com vários livros publicados, um dos quais sobre o Porto. Ali, onde estavam os técnicos, quis «lançar a subversão».

«Lutar contra a tecnocracia, defender o ambiente e a natureza, defender a qualidade de vida material a que temos direito» foram os vectores que, disse, sempre nortearam a sua intervenção.

Ao referir o Porto, «cidade carregada de cultura e tradições», e o seu desenvolvimento, disse: «Se fosse Dallas, Las Vegas ou Vilamoura, artificialmente criadas a partir do petróleo, do jogo ou do mar, bastaria criar-se bons supermercados, boas vias, etc.» Mas o Porto e os portuenses não estão habituados a ser números...

## Vive-se melhor

Helder Pacheco, defensor do progresso, quis deixar clara a sua convicção de que se vive hoje, no Porto, melhor do que no passado. «A balbúrdia actual, apesar de tudo, comparativamente ao séc. XIX — em que a classe operária, que fez o progresso da cidade, andava de pé descalço, tinha os filhos de dez anos a trabalhar, horários de trabalho brutais, falta de hospitais, de água, era analfabeta —, é melhor».

«Mudanças houve sempre, e reacções às mudanças também», salientou o camarada, que referiu o derrube, no séc. XIX, da muralha fernandina, para dizer que «o banditismo actual é mais agressivo, tem mais dinheiro, mais meios, mais pólvora».

A principal preocupação manifestada por Helder Pacheco é que «hoje a transformação, além de quantitativa, é qualitativa». Apesar das transformações que a cidade sempre sofreu não nos apercebemos, hoje, de que há 4 ou 5 séculos de construção na cidade, porque os materiais empregues foram sempre os mesmos.

«Mas hoje há novos materiais de construção, massificados, iguais em todas as cidades», destacou Helder Pacheco, para afirmar que, na sua opinião, «o Porto perdeu o séc. XX».

## A velhice

«A velhice do Porto está exausta, degradada, na agonia... e o Porto moderno não tem imagem», referiu, para considerar «um milagre ainda se disser "pom", em vez de pão, embora já se diga vulgarmente "cão", como despedida, mesmo ali, na Sé, no coração do Porto».

«Grandes buracos na escuridão, onde dantes havia uma cascata de luzes», foi como Helder Pacheco visionou o Forte ao anoitecer, do lado de Gaia, o que corresponde à real desertificação do tecido urbano.

«É possível fazer desta cidade uma cidade à nossa imagem, onde valha a pena viver». «Defender e reabilitar intransigentemente a cidade antiga, dar-lhe qualidade e defender uma cidade moderna de grande qualidade» são as duas direcções que considerou fundamentais para fazer do Porto «uma cidade à nossa imagem, onde valha a pena viver».

Helder Pacheco manifestou ainda preocupação quanto à possibilidade de se transformar o Centro Histórico numa espécie de «vitrina para turista ver», ao mesmo tempo que se deixaria ao abandono a Foz Velha, Aldoar, Azevedo; referiu que, se Berlim tem 1/3 de superfície ocupado por espaço verde, no Porto há, para cada habitante, menos de três metros quadrados de espaço verde.

Acompanhar o processo, assumindo a sua história e tradições, seria a conclusão da intervenção do especialista em património cultural que, a terminar, afirmou, polemicamente, que «o Porto como cidade já não existe, existe só nos nossos corações, no séc. XXI, há que rebrantar definitivamente com a Circunvalação. A nova cidade vai da Póvoa até Espinho — é o Grande Porto».

novo em plenário, e após a leitura das conclusões dos três painéis.

## Que desenvolvimento interessa?

«Que desenvolvimento interessa ao Porto?», foi a questão introduzida pelo eng.º Rui Sá, deputado municipal do PCP no Porto, que, no plenário de abertura, referiu as ideias e projectos agitados pela autarquia e até pelo Governo através da comunicação social.

e à doação dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade (SMGE); os novos centros comerciais e o fim da semana inglesa; o gás privado e as novas tarifas da energia; os novos arranjos-céus e a demolição de barracas», citou, entre várias outras alterações faladas ou perspectivadas para o Porto, Rui Sá, para denunciar a situação de que «tudo isto não é resultado de debates».

«As ideias não se debatem, servem-se ou vendem-se prontas a consumir, amplificadas pelos media e com a embalagem de pro-

«E o Parque da Cidade?», «Como queremos a recuperação do Centro Histórico?», para afirmar que «a cidade se constrói de olhares diferentes, leituras diversas e encontros dos que nela inscrevem as suas actividades».

«Temos a certeza de que muito do que o Porto será ou não, está, também, nas nossas mãos», afirmou o camarada Rui Sá, ciente de que este é um passo de uma caminhada que temos de continuar.

«Queremos o Porto da harmonia, do equilíbrio, do desenvolvimento, do verde,

pontões para não serem obrigados a percorrer oito e dez quilómetros, foi manifestada a preocupação quanto aos custos do impacto ambiental.

## Transformações «notáveis»

«Notáveis», mesmo em termos de volumetria, foi como Teresa Ponce Leão definiu as transformações em curso. Partindo da necessidade objectiva de ser do Porto o centro dinamizador do desenvolvimento da Região Norte, em termos económicos, culturais, de saúde e lazer, a camarada defendeu uma rede viária moderna e diversificada e referiu que «grande parte do que está previsto para a região, ainda está por construir».

«Novas e difíceis questões são colocadas pela intensificação do relacionamento com as áreas limítrofes».

Em matéria de transportes, problema sentido por uma



## QUE CIDADE?

Só o tempo foi escasso para um debate intenso e profundo de informações, ideias, perspectivas. Um debate com ideias novas, polémicas, que há que continuar, para que dele saia a necessária e urgente intervenção da população e das suas organizações na edificação do desenvolvimento que queremos.

«Porto, que cidade», painel em cuja mesa se encontravam Oliveira Dias, vereador da Câmara do Porto, Helena Medina, do CC e da DORP do PCP (que subscreveu pela Comissão da CDU do Porto o convite para esta iniciativa), a engenheira Teresa Ponce Leão e a arquitecta Annie Gunther, relatora do painel.

«São reais as transformações que se diz estarem a processar-se na cidade», afirmou Annie Gunther, numa intervenção acompanhada de slides exemplificadores das afirmações proferidas.

As vias, os grandes empreendimentos imobiliários e as alterações no património foram os aspectos focados pela arquitecta, que referiu a navegabilidade do Douro e os investimentos que estão a ser feitos em função dela.

Vinte e quatro empreendimentos acima de um milhão

de contos (investidores estrangeiros, impulsionadores dos preços), altas taxas de rentabilidade em comparação com outros mercados; modernização do tecido urbano; grande qualidade da habitação (milhares de fogos acima dos 30 mil contos, comprados por investidores e não por consumidores) com localizações em frente do Parque da Cidade, junto ao Garcia da Orta, ao Bom Sucesso e à Avenida da França, junto à Via de Cintura Interna, na Praça da Galiza, na Via Norte, na Rua da Alegria, no Campo 24 de Agosto, na sede do FCP e no Freixo.

Três mil fogos de habitação social, 200 fogos para realojar moradores das Antas, foi parte do levantamento enunciado de projectos para o Porto.

Os slides permitiram visionar a cidade dos finais do séc. XVIII (Largo de Paranhos) — a cidade rural; o centro do séc. XIX (Rua de St. Catarina), com grandes troços de rua abandonados; e até as miniculturas que se desenvolvem nos terrenos envolventes do Hospital de S. João.

Quanto às vias, que diariamente irrompem pelo tecido urbano causando situações como a de moradores de dois lados de uma rua que, para a atravessarem exigem agora



população que, genericamente, chega ao emprego já cansada e pensa, com angústia, no percurso de regresso a casa, Teresa Ponce Leão explicou o funcionamento do Metro Leigeiro de Superfície, com capacidade para cerca de 150 passageiros, percursos diferenciados dos outros transportes e prioridade, nos cruzamentos, sobre eles.

Com implantação de elevados custos, o MLS pode, depois de implantado, ser mais económico. «Ideia interessante, mas de difícil concretização».

## Grande respeito pelas pessoas

A necessidade de um desenvolvimento «inovador, profundo, ousado, num grande respeito pelas pessoas, pela cultura, pelos usos e tradições» foi defendida pelo vereador Oliveira Dias, que se interrogou sobre se «o que está a ser feito é o melhor que poderia ser feito».

Oliveira Dias afirmou que a CDU, como muitos técnicos do Gabinete do Planeamento Urbanístico, lutou contra esta Via de Cintura Interna, que vai permitir, nalguns casos, velocidades de circulação de 120 km/hora, junto de janelas de casas de habitação.

O vereador da CDU referiu-se particularmente ao abastecimento e, quanto aos viveres, na actual mundialização do mercado de «perecíveis» e com consequente desaparecimento das estações, disse: «importamos os piores lotes, o que não se traduz directamente nos de preços mais acessíveis».

As grandes superfícies (hipermercados), «a feira de hoje», com o espectáculo de 30 mil a 40 mil produtos expostos; significam fortíssimas transformações no comércio, sem planificação e legislação adequada.

«Não é verdade que só haja um caminho», salientou Oliveira Dias que, disse, «numa cidade como o Porto, de grandes tradições comerciais, há que jogar na linha certa», para defender que, «com a CDU estão os grandes interesses das populações e não os grandes interesses ilegítimos».



## Os bancos às cores

O que deu aos bancos para desatarem a pintar as suas fachadas — isto é, as suas faces — com cores berrantes? De repente, aí os temos, uns de azul forte, outros de verde, um deles de várias cores nos cartazes e até outro com faixas vermelhas! Por que razão abandonaram o ar austero com que bancos e banqueiros sempre gostaram de revestir-se e de vestir-se, fugindo a sete pés das cores gritantes, não indo além do cinza no fraque com que era de bom tom apresentarem-se nas corridas de cavalos? Houve tempos — mas onde isso já vai? — que as mulheres de má nota se pintavam com exagero, muito vermelho nas maçãs do rosto e os lábios, a contrastar com o branco do pó-de-arroz que lhes cobria a face e o negro com que acentuavam as sobranceiras. E até assinalavam a residência com uma luz vermelha, que ainda hoje se vê nas novelas brasileiras da televisão. Compreendia-se esse exagero. Elas tinham de dar nas vistas, de atrair o cliente, de mostrarem à distância que eram mulheres fáceis ou que ali moravam, dando assim aos homens uma prévia garantia de que se podiam atirar-lhes ou entrar sem cuidados. Mas, nestes tempos da sida, até elas mudaram de «política», tornaram-se discretas, entenderam que não deviam alarmar o cliente, que era necessário tranquilizá-lo, apresentando-lhe um exterior que dê confiança, garanta sanidade vaginal. Muito embora ninguém se atreva a comparar os bancos com as mulheres perdidas, a lembrança do que se passava com estas salta naturalmente à memória diante do exagero na pintura do frontespício a que aqueles agora se entregaram. Um ligeiro tom amarelado ou esverdeado ainda seria

admissível em homenagem à cara do cliente quando lê a nota dos juros que lhe debitaram em conta. Agora adornar a frontaria de um prédio, onde se alberga a entidade mais representativa do capitalismo, com faixas vermelhas, é que não lembraria ao próprio diabo que, como se sabe, gosta muito de atazanar quantos sofrem dificuldades financeiras. É que, se há cor que tenha política, é precisamente o vermelho. Desde o tempo das primeiras manifestações contra o capital, o proletariado adoptou-a para sua bandeira e não há quem pense em estrafergar o capitalismo que não se afirme pelo menos com uma gravata vermelha. Esta sabeiça autoriza a desconfiar das intenções dos bancos quando se permitem agora os exageros de que vimos falando. Será que, através de tanto colorido, incluindo o próprio vermelho, se está a querer colaborar na difusão da ideia do «capitalismo popular», com que se anda por aí a acenar aos incautos? De facto, depois de já ter havido quem prometeu uma casa a cada um dos portugueses, não admira haver quem, porventura, tenha a pouca vergonha de sugerir que cada um dos milhões de lusíadas, vivendo abaixo do nível de pobreza, possa vir a possuir uma molhada de ações dos bancos que vão sendo privatizados. Enfim... esta moda dos bancos às cores, em princípio dá que pensar porque os banqueiros são tradicionalmente discretos para o exterior do seu círculo fechado. Mesmo quando exibem os seus milhões, dão o espectáculo entre si, de portas adentro do seu mundo. Por que diabo lhes deu agora para pintarem as bochechas de carmim?

Os bancos são uma das mais geniais invenções do capitalismo. Eles arrecadam o dinheiro que neles vamos depoistar e, depois, fazem-se pagar de uma quantia, a título de juros, quando temos precisão dele e o vamos lá buscar. Singelamente, é isto que se passa, é esta a sua técnica fundamental, que depois burilam de várias maneiras, inventando «contas», propagandeando «operações bancárias» e «negócios financeiros», que a «praça» lhes agradece, de chapéu na mão. Mas para que possam fazer essas «operações» e esses «negócios» é necessário que, primeiramente, lhes entremos pela casa dentro a depositar «a guita», a «nossa guita». Sem isso... nada feito.

Ora, estamos em época de «caça à guita». Bancos e banqueiros são aos montes, em cada esquina há um «balcão». É o mercado livre, é a concorrência. Estamos próximos de ver, à porta de cada banco, um empregado a puxar-nos pelo braço, implorando: «deposite aqui». Antes de chegarmos a isto, os homens da banca concluíram que era preciso atrair o depositante com a garridice das suas frontarias, dar nas vistas, mostrar de longe ao cliente que «é ali». Toca a pintar a fronteira. Mas ficaremos por aqui? Sabe-se lá. Ainda havemos de ouvir música nos bancos, ser servidos por arrojadas mini-saias, que nos fazem festinhas nas mãos enquanto assinamos as notas de depósito. E não me admiraria se acabarmos por ver nos seus átrios, agora tão solenes, máquinas automáticas de preservativos, para oferta aos depositantes.

■ Lino Lima

## Concepções e concepções de Cultura

(...) Há concepções e concepções de Cultura e formas de entender o papel da Cultura na democracia, tal como ela existe hoje e aqui, ou como cada um a pode projectar. E daí decorrem, naturalmente, diferentes políticas para a Cultura.

Para nós, comunistas, a ideia da democracia cultural é um dos nós centrais, uma das orientações estratégicas do projecto de alternativa política que propomos para Portugal.

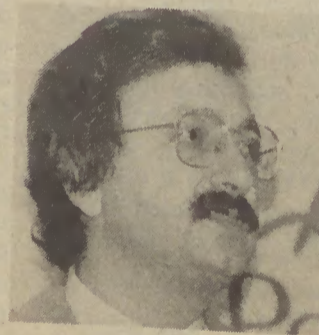
O papel crescente da Cultura na vida das sociedades tem levado à sua invocação frequente, à sua utilização como elemento do marketing político, alienando a criação de uma compreensão colectiva do seu papel e da necessidade da realização de um projecto cultural para o nosso país. Assim se privilegia - como salientámos nas eleições presidenciais - um função ornamental, entendendo-a (e passo a citar) como «algo que se acrescenta à trivialidade cinzenta da vida quotidiana» e em que, correspondentemente, a acção cultural se torna «uma espécie de secção de relações públicas ou da formação da imagem do poder».

E continuando a citar, «por outro lado, sob o aparente culto de uma neutralidade da cultura, ela é encarada como a imposição real de valores que exprimem o desejo de manutenção de uma situação de exploração e de desigualdade, de fatal distinção entre o privilégio distintivo e a indiferenciação massificadora, designadamente daqueles que são despossuídos do acesso aos meios de criação cultural.

Tratam-se de duas atitudes que sobrevivem a um longo passado. Mas, hoje em dia, para além delas e coexistindo com elas, abre caminho uma nova concepção que vê a cultura como mais um negócio, ou que, de forma mais elegante, a reduz a ser uma parte da economia».

Nós não partilhamos dessas concepções que enformam a política de direita para a Cultura e sustentam uma limitação da democracia. Contrapomos-lhe: a protecção e promoção dos direitos especificamente culturais, a afirmação de diferenças que se desejem e que implicam capacidade de escolha e não decorrem de imposições ou exclusões, o entendimento da

Cultura como factor de transformação da vida, o reconhecimento de que a existência de uma economia da Cultura e dos efeitos positivos desta na economia não a reduz à compra e venda de bens de mercado. Preconizamos uma democracia cultural em que o exercício dos direitos culturais e das necessidades, aptidões e aspirações culturais, seja generalizado e elevado, em que se realize uma política integrada de educação e ensino, de ciência e tecnologia e de ampliação de condições para a criação e fruição culturais -



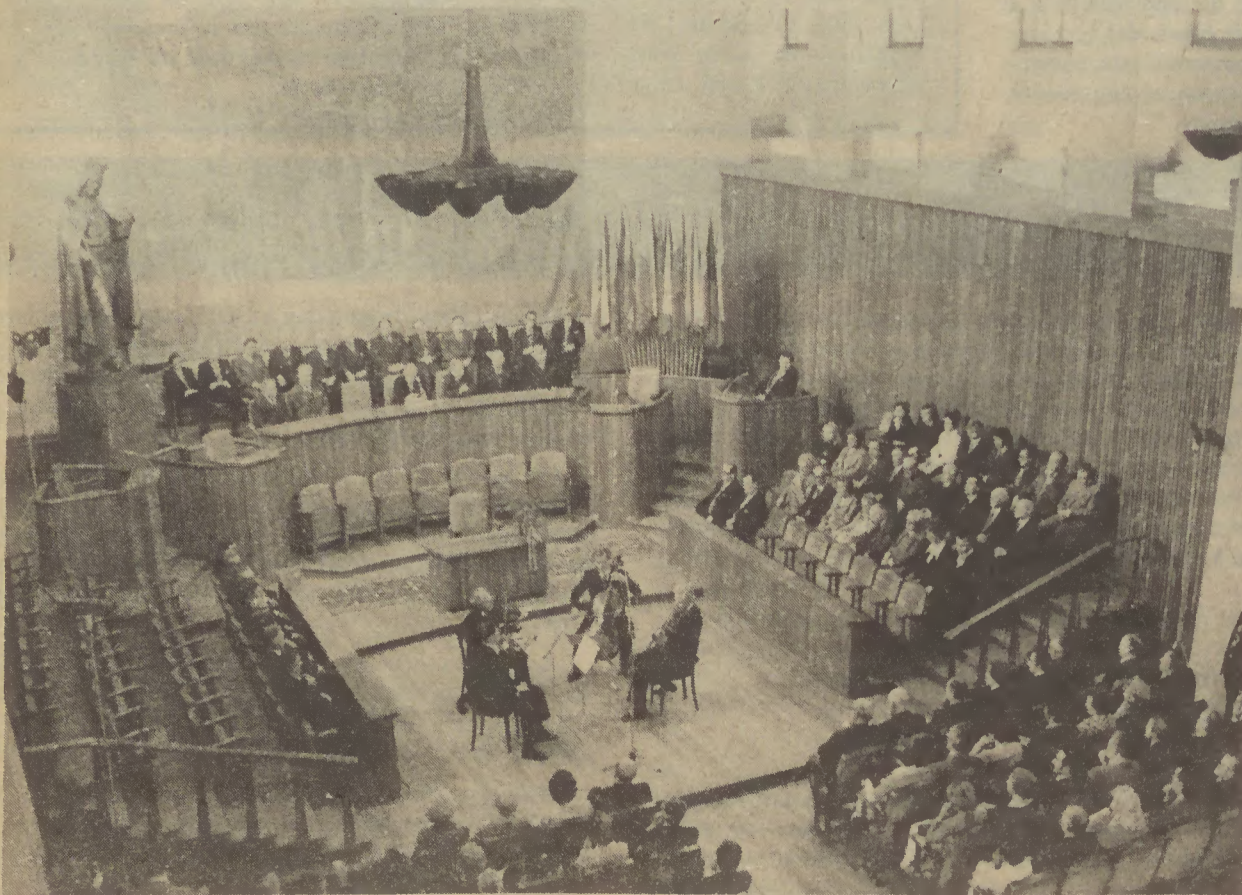
ANTÓNIO ABREU,  
membro do CC

A ideia da democracia cultural é um dos nós centrais, uma das orientações estratégicas do projecto de alternativa política que propomos para Portugal

política cuja definição seja amplamente participada por instituições culturais e profissionais da Cultura, política em que Portugal, apropriando-se dos valores da cultura mundial, afirme a entidade cultural nacional, heterogénea e aberta, e promova internacionalmente a língua e cultura dos portugueses.

Resumindo, contrapomos a esta política cultural elitista, ornamental, casuístico-eleitoralista, de fachada e dirigista, uma política (e também uma dimensão cultural da acção política), que generalizem e criem formas de vida mais livres, mais justas e mais fraternas. Propomos um corte radical com as ideias dum Luís Barbosa e a politiquice dum Santana Lopes e fazemos um apelo a instituições e a profissionais da Cultura para assumirem, na sequência das lutas que se têm travado, uma firme disposição de intervir, de serem consideradas as suas contribuições para a política cultural.

Extracto da intervenção de António Abreu, no debate promovido pelo Sector de Artes e Letras e pela célula dos músicos da ORL sobre «Problemas Actuais da Cultura Musical em Portugal».



# ANÍBAL E O PELOTÃO

Com aquele ar compungido e compenetrado que lhe disseram ser essencial para criar a imagem pública de um verdadeiro escravo do dever, com aquela maneira de dizer, menos arrogante e mais macia, que lhe aconselharam depois das derrotas eleitorais de 1989, o Primeiro-Ministro introduziu no passado fim-de-semana no seu discurso uma novidade de tomo que não deve passar despercebida já que encerra um relevante significado ético e político.

Já lá vamos, logo depois de pedirmos a compreensão dos leitores para o facto de não estarmos em condições de referir, concreta e exactamente, em que localidade, cerimónia ou acto público produziu o Primeiro-Ministro essas inovadoras afirmações que bem mereciam ganhar foros de verdadeiro «facto político». Acontece que da zelosa e detalhada reportagem transmitida pela RTP no sábado só fixámos que foi no decurso da visita do Primeiro-Ministro ao distrito de Coimbra e no «DN» e no «Público» de domingo, que transcrevem essa novidade, também não conseguimos colher esses pormenores.

É que a devoção do Primeiro-Ministro ao interesse público, traduzida em infundáveis viagens e incontáveis discursatas, umas e outras como se sabe politicamente inocentes e partidariamente desinteressadas, atinge tais cumes e então aos fins-de-semana flui em tão intensos e vertiginosos programas, que é praticamente impossível uma pessoa lembrar-se com rigor se foi aqui ou ali que Cavaco Silva fez pela oitava vez televisiva a invariável rábula sobre o 14º mês para os reformados, se foi na inauguração do Quartel dos Bombeiros ou da sede da Junta de Freguesia que advertiu que não podemos «mudar de Governo como quem muda de camisa»; se foi na sessão solene na Câmara Municipal ou na inauguração da filial da Caixa de Crédito Agrícola que endeusou a «estabilidade política»; se foi quando inaugurou uma estrada ou quando prometiá outras que falou de um «distrito de sucesso» que é falado em toda a Europa; se foi quando entregou um cheque ou prometeu dar no futuro mais uns milhões (de escudos ou de contos, em qualquer caso o que é preciso é que todos fixem que são milhões) que enunciou as horripilantes desgraças, prejuízos e infelicidades com que Portugal alegadamente seria castigado caso em Outubro não lhe satisfizesse a sua modestíssima ambição de uma nova maioria absoluta.

O que importa reter é que, possivelmente por considerar que o feio espectro do caos sem a maioria absoluta do PSD não seria ainda assim suficientemente mobilizador, fazendo portanto falta juntar-lhe a radiosa promessa do iminente paraíso com a repetição da maioria absoluta do PSD, o Primeiro-Ministro veio agora afirmar, nem mais nem menos, que com «mais alguns anos de estabilidade governativa» será possível «agarrar o pelotão da frente» dos países mais avançados da Comunidade Europeia.

Uma vez transcrita a afirmação de Cavaco Silva, ficamos naturalmente proibidos as antecedentes ironias, pela simples razão de que esta afirmação é grave e o facto de ter sido feita pelo Primeiro-Ministro é ainda irremediavelmente mais grave.

Repare-se bem: falando, através da televisão, para todo o País (nunca se esqueça que a Televisão não está lá porque

há inauguração, há inauguração porque há Televisão), o Primeiro-Ministro acena aos cidadãos, melhor dizendo aos eleitores, com a promessa vestida de certeza e de garantia de que com «mais alguns anos» de Governo do PSD (é disso que se trata e é isso que se procura insinuar quando Cavaco Silva, o Governo e o PSD falam de «estabilidade política» ou «governativa») Portugal poderá agarrar «o pelotão da frente» dos países mais desenvolvidos da CEE.

Acontece porém que não pode sofrer qualquer discussão ou controvérsia (e resulta até da mais distraída ou ligeira ponderação que se faça dos dados, indicadores ou cálculos pertinentes) a evidência, já muitas vezes salientada por numerosos economistas e políticos, de que, considerando o principal indicador da convergência real das economias que é o Produto Interno Bruto *per capita* em termos de paridades de poder de compra, a manter-se a evolução verificada nos últimos cinco anos, Portugal precisaria de vinte anos para atingir o nível actual da Irlanda e da Espanha e de cerca de quarenta anos para atingir o nível médio actual dos países da CEE, sendo de elementar bom senso presumir que muitos mais anos seria preciso juntar àquelas décadas se se tratasse, como assegurou Cavaco Silva, de agarrar o «pelotão da frente» da CEE.

A grave, relevante e inquietante questão que esta promessa de Cavaco Silva levanta fica completamente iluminada se lhe acrescentarmos aquilo que, sendo do domínio do óbvio, é entretanto fundamental e decisivo: é que Cavaco Silva, sendo Primeiro-Ministro, com tudo o que isso implica de acesso a informação e a dossiers, sendo ainda por cima um Primeiro-Ministro que é economista e ostenta mesmo o título de Prof., não pode deixar de ser o primeiro a saber e a ter perfeita consciência de que a sua promessa de, na sequência dos alegados «éxitos» da governação do PSD desde 1985, «agarrar o pelotão da frente» da CEE em «mais alguns anos» não só não tem o mais pequeno fundamento como não passa de uma fantasiosa construção de delirante demagogia eleitoralista.

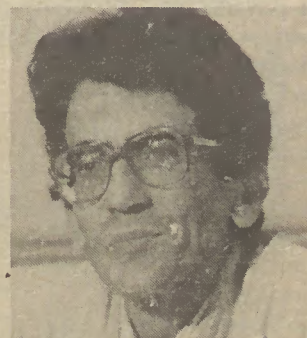
Neste caso, não se trata daquelas muitas situações em que Governo e Oposição divergem nas apreciações, na identificação da realidade e nos balanços das políticas seguidas na decorrência de valores, objectivos ou critérios distintos ou diferenciados.

Neste caso, não se trata também sequer daquelas situações em que partidos da oposição podem justamente considerar que os membros do Governo e os dirigentes do PSD faltam à verdade mas em que não se pode dar como excluído que eventualmente possam estar sinceramente convencidos ou da bondade da sua política, ou da eficácia das suas acções ou da verosimilhança, fundamento e viabilidade das suas promessas.

Não. Neste caso estamos perante uma situação e um comportamento que, não tendo nem desculpa nem atenuantes, dispensam eufemismos e justificam e autorizam que se escreva com todas as letras e com toda a frontalidade que Aníbal Cavaco Silva, Primeiro-Ministro do Governo (de base parlamentar absolutamente majoritária) do PSD, mente, mente recorrendo a uma mentira destas proporções e desta natureza, mente querendo mentir, mente sabendo que mente, mente de forma fria, calculada e premeditada.

Provavelmente, esta mentira de Cavaco Silva, apesar de ser do tamanho de uma catedral, não se converterá no grande «facto político» que realmente é.

Provavelmente, esta mentira da Cavaco Silva, filha de um profundo desprezo e desrespeito pelos cidadãos, não se tornará nem objecto de controvérsia ou debate nem objecto de esclarecimentos por parte do PSD, do Governo e do Primeiro-Ministro (que aliás, «et pour cause», tem horror a debates).



VÍTOR DIAS  
Membro da Comissão Política

Provavelmente, esta mentira de Cavaco Silva que, de forma brutal, exprime e desvenda a vontade de mistificar, iludir e enganar como forma estruturante da sua conduta política, até continuará a ser repetida enquanto, até princípio de Outubro, houver corropio inaugurativo para cumprir e peregrinação eleitoralista para completar.

Provavelmente, esta monumental mentira de Cavaco Silva vai mesmo ter a honra de emparceirar com aquela outra enormíssima mentira que tem lugar cativo na propaganda do Governo e do PSD e que consiste na sistemática comparação de indicadores socioeconómicos do período 1980-1985 com os de 1986-1990, com o Primeiro-Ministro, os ministros, os dirigentes e deputados do PSD, sempre a fazerem-se esquecidos de que o PSD está no Governo há onze-anos-onze; sempre «esquecidos» que estiveram no «bloco central» com o PS de 1983 a 1985; sempre «esquecidos» de que, nessa época, o Ministro do Trabalho (pense-se em salários baixos e em atraso, desemprego, contratos a prazo) se chamava Amândio de Azevedo e a Secretária de Estado da Segurança Social (pense-se nas prestações sociais degradadas e na insensibilidade face aos reformados) se dava pelo nome de Leonor Beleza e o Ministro da Agricultura pelo de Álvaro Barreto; sempre «esquecidos» de que o actual Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, Fernando Nogueira, era então Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional; o actual Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ferreira do Amaral, era então Ministro do Comércio e Turismo; que o actual Ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, era então Secretário de Estado-adjunto do Vice-Primeiro-Ministro; que o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, era então Ministro da Educação; sempre «esquecidos», finalmente, de que, nessa época, a «oposição» de Cavaco Silva à política económica e social do Governo PS-PSD era tão violenta e radical que, em Novembro de 1984, até declarava que «Mário Soares tem ainda todas as condições políticas para a possibilidade de criar riquezas e proporcionar bem-estar aos portugueses» (Cf. «DN» de 6.11.84).

Sim, é provável que, fruto exactamente da arrogância e relativa impunidade que a maioria absoluta de 1987 possibilitaram ao PSD, e também com a ajuda dos seguidismos, cumplicidades, abdições e temores reverenciais que se instalaram, o que devia constituir grosso escândalo e um caso político muito sério não venha a ser nem uma nem outra coisa.

O que, entretanto, não pode alterar nem amordaçar a conclusão fundamental de que esta clamorosa mentira de Cavaco Silva diz muito sobre o perfil ético do líder do PSD e do Primeiro-Ministro e sobre a credibilidade que merece como governante, diz imenso sobre as suas concepções sobre o que deva ser o exercício de altas funções de Estado e diz ainda mais sobre os métodos condenáveis e repugnantes de que se serve uma política que é imperioso combater todos os dias e claramente condenar nas urnas em Outubro.

Porque, com «mais alguns anos» de Governo do PSD, o país não só não agarra nenhum «pelotão da frente» em matéria de desenvolvimento e nível de vida como estará condenado a atrasos, diferenças e distâncias cada vez maiores.

No «pelotão da frente» os únicos que sem precisar de esperar «mais alguns anos» já têm lugar assegurado são o próprio Cavaco Silva, o seu partido e o seu Governo. Mas é na Volta a Portugal em Demagogia ou no Grande Prémio da Mentira.

«Esta clamorosa  
mentira  
de Cavaco Silva  
diz muito  
sobre o perfil ético  
do líder do PSD»

Para poder agarrar «pelotão da frente» da CEE

## Cavaco Silva pede em Coimbra mais uns anos de estabilidade

O PRIMEIRO-MINISTRO pediu ontem em Coimbra mais uns anos de estabilidade política para o País, considerando que tal objectivo é indispensável para que Portugal possa agarrar «o pelotão da frente» dos países da Comunidade Europeia. Na ocasião, aproveitou também para recordar os resultados negativos que, em sua opinião, marcaram o tempo em que o País mudava de Executivo «como quem muda de camisa».

Cavaco Silva, que ontem visitou sete municípios do distrito de Coimbra, entre os quais Montemor-o-Velho, prometeu também empenhar-se para que a região al-



tivas, advertindo sempre ter sultado «esperado».

Em Miranda onde o primeiro ciou a sua desl. Silva procedeu do novo merc: cujo custo asce contos, parte ( participado po nientes do FE

Antes de de com destino a l assistiu ainda mento de um confere o nome meiro-minist: PSD, Mota Pir daquela locali nia a que tamb sente a vivê

# PRIVATIZAÇÕES: os chavões e a realidade

A Comissão Política do PCP pronunciou-se na semana passada sobre a anunciada retoma do processo de privatizações e necessária defesa e reestruturação do sector empresarial do Estado

«O Governo não aproveitou o período de suspensão das privatizações, que lhe foi imposto por razões objectivas, para ponderar os resultados das privatizações já efectuadas e daí tirar as lições necessárias» - acusa a Comissão Política do CC do PCP, num documento que foi apresentado por Octávio Teixeira, Vidal Pinto e Jerónimo de Sousa. «Pelo contrário, no afã de reconstituir grandes grupos económicos e o capitalismo monopolista, o Governo prefere enterrar a cabeça na areia para não ver as consequências nefastas para a economia nacional decorrentes das privatizações, e repete obsessivamente argumentos e pseudo-ventajas que não resistem a uma análise séria e objectiva da realidade» - acusa a Comissão Política.

Ao argumento da **obtenção de receitas** para reduzir a dívida pública contrapõe-se que tais receitas serão sempre inferiores ao valor actualizado dos fluxos de receitas anuais que o Estado deixa de obter no futuro (pois só assim as empresas se tornam económica e financeiramente apetecíveis para o capital privado) e que a liquidação do património do Estado conduz ao seu empobrecimento.

A **eficácia superior** da gestão privada das empresas - afirma o PCP - «não resiste ao confronto com os resultados de gestão de algumas empresas públicas portuguesas ou à realidade da eficácia económico-empresarial de empresas públicas noutros países capitalistas, como a Alemanha, a Itália, a França, a Espanha ou o Japão».

A criação de condições de **concorrência** no mercado «não passa de uma falácia»: tais condições não têm a ver com a natureza pública ou privada das empresas, mas com a regulamentação dos mercados, e, com a integração na CEE e a criação do Mercado Único, tal questão quase se não coloca. No documento distribuído aos jornalistas refere-se o processo de privatização das empresas cervejeiras, «que conduziu a uma situação de produção monopolista no sector a nível nacional», a qual não existiu enquanto a Unicer e

a Centralcer se mantiveram no sector empresarial do Estado.

A tese da privatização como instrumento de **reforço dos grupos económicos privados nacionais** é, para além do mais, desmentida pelos resultados práticos das privatizações já efectuadas. «O que se tem verificado é que as privatizações têm dado lugar a efectivas desnacionalizações, com a transferência das empresas nacionais para a dominação de grupos estrangeiros, e que alguns capitalistas nacionais têm servido de intermediários nessa estratégia.»

O processo de privatizações tem mostrado ainda, sublinha a Comissão Política do PCP, que não é esse o caminho capaz de promover a **modernização** da economia portuguesa e a sua **internacionalização**. Pelo contrário: o processo de privatizações em curso e o crescente domínio pelo capital estrangeiro de empresas estratégicas em centros nevrálgicos do desenvolvimento económico do País são hoje o principal obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de alteração do perfil de especialização produtiva e da inserção activa na divisão internacional do trabalho de acordo com os interesses nacionais.

Dadas as limitações do capital português, advertiu há muito o PCP, a linha por que optou o executivo de Cavaco e do PSD seria o **caminho aberto ao capital estrangeiro** para que este se apossasse de sectores básicos da economia portuguesa. As privatizações já concretizadas confirmam cabalmente esta advertência, com o capital estrangeiro a tomar posições determinantes nas empresas privatizadas: os finlandeses da Neste OY na EPSI e CNP; os espanhóis do Banesto no BTA; os franceses da UAP na Aliança Seguradora, do Crédit Lyonnais na Tranquilidade e da Saint-Gobain na Covina; os colombianos da Bavaria na Unicer e na Centralcer.

Simultaneamente, alguns direitos individuais e colectivos dos trabalhadores começam a ser postos em causa na vida das empresas, mesmo das que ainda se encontram no SEE.

A **alternativa** para impedir estes resultados, afirma o PCP, **não é certamente a concessão de condições especiais ao grande capital português**, como vem sendo advogado por capitalistas portugueses e por figuras destacadas do PSD. Aliás, o próprio PS, depois de ter aberto as portas constitucionais à privatização do SEE, vem mantendo uma posição de ausência de qualquer condenação ao processo de privatizações em curso e manifesta-se publicamente disposto a favorecer e privilegiar o regresso dos ex-monopolistas às suas antigas empresas.

Não há qualquer garantia de que, a breve prazo, depois de se apropriarem das empresas, esses capitalistas portugueses não viriam a associar-se, em posição de subalternidade, ao grande capital estrangeiro. Pelo contrário, alerta a Comissão Política, «há boas razões para prever que esse

PCP  
privatizações  
defesa do S.E.E.



Vidal Pinto, suplente do Secretariado do CC, Octávio Teixeira, da Comissão Política e deputado, e Jerónimo de Sousa, da Comissão Executiva Nacional do CC e deputado, no acto público realizado a 10 de Abril na Casa da Imprensa, em Lisboa

seria, de um modo geral - e como já se passou, em parte, na privatização do BTA - o resultado inevitável de tal processo». O desmantelamento do SEE e a distribuição das suas parcelas pelos grupos económicos privados portugueses não os transformaria em grupos com dimensão suficiente para resistirem em pé de igualdade aos grupos estrangeiros. Por outro lado, tal associação render-lhes-ia elevadíssimas mais-valias financeiras. Em terceiro lugar, alguns dos maiores grupos privados nacionais pronunciam-se abertamente pelas «vantagens» dessas associações, escarnecendo mesmo das pretensões de preservação de qualquer soberania nacional na economia portuguesa.

A **única alternativa** capaz de garantir que se não concretiza uma completa desnacionalização (directa ou através de intermediários) de centros nevrálgicos da economia e da decisão económica nacional, como o PCP tem insistido, é **terminar com o escuro e desastroso processo de privatizações**. Só assim, só com a manutenção de um forte SEE, será possível impulsionar e garantir uma base estratégica nacional capaz de sustentar um projecto de desenvolvimento económico e social consistente e conforme com os interesses nacionais no quadro do mercado único comunitário e da união económica e monetária.

?

Como na CEE...

«Inversamente ao que o Governo do PSD e outros defensores da privatização do SEE pretendem fazer crer, as empresas públicas não são uma inovação portuguesa ou uma aberração no contexto dos países comunitários» - afirma a Comissão Política do PCP, lembrando que no conjunto dos países da CEE, as empresas públicas ou com participação pública, mesmo depois das fúrias privatizadoras de Thatcher em Inglaterra e de Chirac em França, empregam mais de 7.4 milhões de trabalhadores (cerca de 11% dos trabalhadores empregados na actividade económica não agrícola) e são responsáveis por 18% da formação bruta de capital fixo e por 12% do valor acrescentado bruto do conjunto dos países comunitários. Essas empresas públicas distribuem-se por variadíssimos sectores de actividade e têm importantes posições em áreas como a energia (60%) e os transportes, comunicações e telecomunicações (53%), ou os bancos e seguros (25%). As empresas públicas noutros países comunitários têm sido instrumentos importantes para o desenvolvimento de estratégias industriais a longo prazo (caso dos projectos Airbus, Ariane, TGV, Eureka e a energia nuclear) e para o desenvolvimento regional. Essas empresas públicas têm mostrado que é possível conciliar a satisfação de interesses públicos que lhes são cometidos pelo poder político com critérios de produtividade, de rentabilidade, de transparência e de responsabilização. Inversamente ao que o Governo de Cavaco Silva pretende fazer em Portugal, no conjunto dos países da CEE, e como recentemente ficou expresso no XII Congresso do Centro Europeu da Empresa Pública, prevê-se para o futuro próximo «uma consolidação, ou mesmo um aumento do peso relativo do sector público na economia europeia».



## Defender e reestruturar o sector e as empresas

«A defesa e a análise da imprescindibilidade do SEE, não significam, para o PCP, a intocabilidade e imutabilidade de cada uma das empresas que o integram. Bem pelo contrário. O PCP continua a advogar a necessidade de uma reestruturação do SEE, assente nas empresas que o integram e nos sectores de actividade em que está implantado, e que tenha como objectivos essenciais: dinamizar e desenvolver as suas actividades; aliar a unidade de orientação estratégica à autonomia de gestão empresarial; promover a participação efectiva e interessada dos trabalhadores na orientação e gestão das empresas; garantir a racionalidade e eficácia económicas das diversas (e diversificadas) unidades empresariais do SEE; contribuir activamente para o desenvolvimento económico, social e tecnológico e para a mutação e valorização da estrutura e especialização produtivas do País, e assegurar a soberania nacional em centros fulcrais da economia portuguesa.»

«O PCP defende uma clara distinção entre empresas que prosseguem *objectivos sociais* e as que prosseguem *objectivos económicos*. Às primeiras exige-se-lhes a melhor prestação, quantitativa e qualitativa, de serviços, com elevada eficácia de custos - eficácia essa contratual e claramente assumida perante o poder político com as correspondentes contrapartidas financeiras e objectivamente avaliável. Quanto às empresas que prosseguem objectivos económicos, e para além da eficácia em termos de produtividade, de gestão e de resultados económico-financeiros, exige-se-lhes uma intervenção na economia de acordo com as orientações estratégicas de política económica definidas para o País, a contribuição activa para a garantia de uma economia nacional independente no quadro das interdependências crescentes, a promoção da reprodução dos seus capitais e a maior contribuição para o desenvolvimento económico, social e tecnológico do País. Em todo o SEE deve ser prosseguida a concretização constitucional de uma crescente participação dos trabalhadores na orientação e gestão das empresas e a prossecução de uma crescente e exemplar melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus trabalhadores.»

«O PCP rejeita, tanto a definição *a priori* de um modelo de organização único aplicável a todo o SEE, como a simples e automática transposição das formas de organização mais comuns nos grupos privados. Importa, isso sim, conseguir as formas de organização mais adequadas à prossecução dos objectivos prosseguidos pelas empresas e que lhes possam garantir a maior eficácia» (...).

«O PCP considera necessário, por um lado, garantir a coordenação da orientação estratégica de todo o SEE e, por outro lado, impedir que os «ciclos políticos» governamentais (de curto prazo) se sobreponham aos «ciclos económicos» das empresas (de longo prazo). Isto é, fora do quadro da orientação e direcção estratégica do SEE, às empresas e grupos de empresas públicas deve ser garantido um elevado grau de independência de gestão face às tutelas político-administrativas, assegurando-se-lhes um quadro de gestores competentes cuja autonomia efectiva no exercício das suas funções tenha como contraponto uma responsabilização clara pelos resultados da gestão.»

«Importa que sejam salvaguardados os direitos e regalias dos trabalhadores, fixados na contratação colectiva e em normas internas, e que os comandos constitucionais e legais se efectivem e sejam respeitados pelos órgãos de gestão das empresas, nomeadamente no acesso à informação, no exercício do controlo de gestão e na participação nos órgãos sociais e de gestão.»

«O PCP entende que a dinamização do SEE deve assentar nas empresas que actualmente o integram, e que o seu desenvolvimento deve privilegiar, isoladamente ou em cooperação com os sectores privado e social nacionais, as actividades de interesse estratégico para o desenvolvimento do País e a soberania nacional (por exemplo, sector financeiro, telecomunicações e actividades conexas, actividades ligadas às celuloses, ao aproveitamento de recursos minerais e às agro-alimentares, sectores energético e cimenteiro, áreas de bens de equipamento em articulação com a modernização da estrutura produtiva, áreas de infra-estruturas viradas para as necessidades sociais e para o desenvolvimento económico...).»

(Do documento da Comissão Política apresentado no dia 10 de Abril)



A viabilização das futuras TV's privadas passa pelo enfraquecimento financeiro da RTP.

## Apoios da TV privada

Os candidatos aos dois canais privados de televisão iniciaram desde já um processo de *queixas* ao Governo por alegados apoios à RTP que a beneficiariam em prejuízo dos seus futuros rivais. A atribuição de seis milhões de contos como compensação dos prejuízos causados pelo fim da cobrança das taxas e pela emissão para os Açores e Madeira foi o pretexto para uma aparente *manobra de pressão* a clamar pela definição de novas regras de apoios estatais ao canal público de TV que escamoteiam um facto: os futuros canais privados vão existir à custa da RTP.

Resultante da cisão da até agora única estação de televisão nacional, foi oficialmente criada na passada semana, com um decreto publicado no Diário da República, a Teledifusora de Portugal, SA. Trata-se de uma sociedade que ficará com a titularidade, a gestão e a exploração dos sistemas de transporte e difusão do sinal de televisão no nosso país, isto é: os futuros dois canais privados e os actuais dois canais da RTP vão chegar a casa dos telespectadores através, basicamente, do património constituído ao longo de três dezenas de anos pela televisão pública que inclusivamente terá de participar com investimentos superiores aos dos seus novos parceiros em todos os trabalhos que venham a revelar-se necessários para assegurar aos emissores privados a cobertura do território nacional.

Outro património inestimável sai da RTP para esta Teledifusora: cerca de 200 trabalhadores que a empresa formou e cuja grande parte constitui a única mão-de-obra tecnicamente qualificada em Portugal para desempenhar algumas das tarefas que a colocação do sinal televisivo *no ar* implica.

Esta empresa terá capitais mistos, mas para já tem um capital inicial, totalmente do Estado, de cinco milhões e 400 mil contos, substancialmente resultantes de uma avaliação feita à rede de emissores e retransmissores da RTP. Afirmções anteriores de diversos responsáveis da televisão pública avaliavam a rede de emissão em qualquer coisa como dezoito milhões de contos...

Ainda não se sabe quais os sócios que esta nova empresa terá, estando abertas hipóteses para uma abertura parcial a capitais estrangeiros (foram já noticiados contactos feitos nesse sentido com empresas similares de França e Inglaterra) e a participação de empresas nacionais como a Marconi e os CTT para além dos futuros utilizadores: estações privadas e RTP.

Quando isso suceder a participação directa do Estado reduzir-se-á, em princípio, a 20 por cento, implicando que os critérios de utilização da rede de transmissão de TV fiquem unicamente sujeitos a estratégias empresariais.

Parece ser intenção governamental limitar a um máximo de 40 por cento a participação da RTP de forma a que venha a ter uma posição «não dominante» na Teledifusora.

Para as estações privadas, estão reservadas *fatias* muito menores.

Segundo o regulamento do concurso para a atribuição de novos canais televisivos, as estações que vão emitir

através desta rede terão de pagar uma taxa anual cujo montante será fixado pelo Governo mas que não ultrapassará os 750 mil contos, a preços de 1990, referentes à cobertura de 65 por cento do território continental mais 30 contos por cada hora de emissão, o que dará cerca de 60 mil contos se forem cumpridas as cerca de duas mil horas de emissão por ano exigidas pela Lei da Televisão. Os futuros proprietários dos 3º e 4º canais têm de pagar, à partida, uma taxa de licenciamento de 25 mil contos.

De qualquer modo os projectos de estações privadas ficam livres de algo que por si só inviabilizaria todo e qualquer projecto de TV privada a nível nacional: a construção de raiz de uma rede de transporte e difusão de sinal.

Comparemos agora com as despesas da RTP: por ter dois canais ela terá de pagar dois alugueres - um milhão e cem mil contos para o Canal 1 (referente à cobertura de 98 por cento do território nacional) e um milhão de contos para o Canal 2 (85 por cento do território nacional). Além disso a RTP perde cinco milhões de contos por ano relativos à abolição da taxa de TV sobre os receptores.

Mais despesas da RTP: manutenção obrigatória de uma rede de correspondentes nas zonas do interior do País, garantia de emissões regulares para os Açores e Madeira (cerca de dois milhões e meio de contos, por ano) e responsabilização da cooperação televisiva com os países lusófonos para além da cedência de espaços de programação para tempos de antena, confissões religiosas ou minorias.

Terá também de enfrentar a concorrência no mercado publicitário, avaliado neste momento em 25 milhões de contos/ano, valor demasiado curto para *sustentar* quatro canais televisivos de carácter nacional.

Importa saber que para que a rede de transporte e difusão de sinal venha a cobrir 85 por cento do território continental nos quatro canais serão precisos cerca de 20 milhões de contos.

Ora se a participação da RTP na Teledifusora chegar aos anunciados 40 por cento, certamente será ela a dar o maior contributo para a realização desse investimento.

Depois de atribuídos os alvarás, as futuras duas cadeias privadas terão 12 meses para iniciar as suas emissões, devendo 15 meses depois cobrir pelo menos sessenta e cinco por cento do território continental para após 30 meses cobrirem 85 por cento, sendo estabelecido para cada um dos canais um prazo para essa cobertura chegar aos 95 por cento. Isto se a Lei for cumprida, claro.

Ou seja, bem feitas as contas (e certamente que os concorrentes à posse de canais de TV as fizeram), a RTP terá encargos a longo prazo muito superiores aos das restantes estações.

As exigências agora reclamadas pelos grupos que se perfilam atrás das novas televisões parecem demonstrar que as suas estratégias empresariais passam necessariamente pelo enfraquecimento financeiro da RTP (com consequente enfraquecimento da qualidade do produto televisivo) como forma de chegar à sua própria viabilização.

## Resolução do Comité Central

# Sobre o momento político nacional e as tarefas do PCP na actual conjuntura

**1.** O actual momento da situação política portuguesa assume particular importância pelas modificações que se estão a verificar quotidianamente na realidade económica, social, cultural e política do país, pela profunda repercussão que a evolução nos próximos meses terá para o futuro e ainda pela realização no ano corrente de eleições legislativas de cujos resultados decorrerá a nova composição da Assembleia da República e a formação de um novo Governo.

As eleições legislativas constituirão o acontecimento de que dependerão em larga medida aspectos essenciais da situação portuguesa nos anos mais próximos. Mas seria um grave erro das forças democráticas subavaliar o significado e alcance das decisões e medidas que o Governo PSD de Cavaco Silva está multiplicando e daquelas que se prepara para tomar no período da vida nacional que decorrerá até às eleições.

Daqui se conclui a necessidade de assumir inteiramente, desde já e com a perspectiva dos próximos meses, a oposição firme ao Governo e à sua actuação diária e a preparação para as eleições legislativas nas quais as forças democráticas têm como grande tarefa derrotar a direita e concretizar uma alternativa que signifique efectivamente uma nova política para o país.

**2.** A particularidade da situação actual resulta do facto de faltarem apenas escassos meses para o termo do mandato dos deputados da Assembleia da República eleita em 1987, portanto também da grande oportunidade de pôr termo à maioria absoluta do PSD na Assembleia e como consequência pôr termo ao Governo do PSD.

Nesta situação, tudo indica que o Governo desenvolverá a sua acção em duas direcções fundamentais:

— a primeira, acelerar (tanto antes como depois do encerramento dos trabalhos da Assembleia da República) o processo de reestruturação e restauração do capitalismo monopolista e dos latifúndios e de liquidação de conquistas democráticas do povo português, processo de que são elementos e instrumentos: as privatizações com a efectiva entrega ao capital privado português e a interesses estrangeiros de sectores e empresas-chave da economia portuguesa; a destruição completa da reforma agrária com a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários na agricultura do sul; a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores («pacote laboral»); novas deformações e perversões do sistema político (governamentalização ainda mais profunda das instituições, novos golpes no poder local democrático, absolutização do controlo pela direita e pelo grande capital da televisão e dos principais órgãos de comunicação social); uma política de degradação e instrumentalização propagandística na área da cultura; e novos sacrifícios de interesses nacionais através de cedências a interesses dos países mais desenvolvidos da CEE com destaque para o propósito recentemente declarado de integração militar de Portugal em forças multinacionais de intervenção;

— a segunda, utilizar os meios, fundos e outros recursos do Estado para intensificar ainda mais a acção eleitoralista de carácter demagógico com vista a iludir e ganhar o eleitorado e tentar alcançar uma nova vitória da direita nas próximas eleições para a Assembleia da República.

É necessário que os democratas e o povo português tenham uma ideia exacta da gravidade desta situação. Receando a sua derrota nas próximas eleições, o Governo procura precipitar situações de facto, cobertas por uma aparente legalidade e dificilmente reversíveis. Se conseguisse realizar os seus planos, Portugal chegaria às eleições legislativas com profundas alterações na organização económica do país, nas instituições democráticas, nos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, na afirmação da sua soberania e independência nacionais, ou seja com o re-

gime democrático desfigurado em muitos dos seus elementos fundamentais.

Importa também que todos tenham uma ideia exacta de que a vitória democrática nas próximas eleições exige, não só que seja vigorosamente desmascarada e combatida a campanha eleitoralista que o Governo está já intensamente conduzindo, mas também que seja intensificada, desde já, com profundidade e vigor, a resistência a cada uma das decisões e medidas do Governo com os objectivos referidos.

**3.** Assim, para fazer frente aos reais perigos da situação actual coloca-se às forças democráticas, designadamente ao PCP, aos trabalhadores, às massas populares, a necessidade de uma resposta adequada, desenvolvendo a sua actuação também em duas direcções fundamentais:

— a primeira: a oposição firme, coordenada e geral a todas as decisões e medidas do Governo que visem a reestruturação e restauração do capitalismo monopolista e a liquidação de conquistas democráticas do povo português — com plena consciência de que cada passo do Governo na realização dos seus planos degrada o regime democrático, agrava os laços de dependência do país, consolida as posições da direita e coloca sérios obstáculos ao avanço da acção política das forças que desejam uma alternativa democrática ao Governo do PSD;

— a segunda: o desenvolvimento desde já da acção com vista às próximas eleições para a Assembleia da República, levando ao eleitorado propostas para a solução dos problemas nacionais e definindo com clareza objectivos políticos e soluções credíveis para a constituição de uma maioria democrática e a possibilidade da formação de um Governo com base nessa maioria —, com plena consciência de que, não estando nenhum partido democrático em condições de alcançar sozinho maioria absoluta, mas estando os partidos democráticos (nomeadamente o PS e o PCP) em condições de alcançar em conjunto tal maioria, é essencial que tal perspectiva apareça clara ao eleitorado uma vez que é a única que pode dar credibilidade a uma alternativa à direita e a uma viragem democrática na política nacional.

O Comité Central do PCP faz um apelo a todos os democratas para o aprofundamento da reflexão sobre estes aspectos fulcrais da situação portuguesa e das perspectivas da sua evolução.

Não pode deixar de referir-se que, por parte do PS, certas convivências com importantes aspectos da política do Governo, a insistência no objectivo completamente fora das realidades de alcançar sozinho a maioria absoluta nas eleições legislativas, a omissão de uma posição inequívoca de recusa de alian-

ças não só com o PSD, mas também com o CDS após as eleições, a insistência em não abrir ao eleitorado a perspectiva da convergência das forças democráticas para a constituição de uma nova maioria na Assembleia da República e o apoio ou viabilização institucional de um Governo democrático — suscitam legítimas dúvidas acerca dos propósitos do PS, não servem a luta pela vitória das forças democráticas e pela construção de uma alternativa.

Pela sua parte, o PCP conduzirá firmemente a luta contra o Governo e a política de direita, empenhará os seus esforços para cortar ou dificultar o passo às ofensivas antidemocráticas em curso, apresenta ao povo propostas claras e concretas para a solução dos problemas nacionais, e confirma-se assim, não só como uma real força da alternativa, mas também como uma força que, com o apoio dos trabalhadores e do povo, pode ter uma intervenção determinante para que a convergência dos democratas e a alternativa democrática venham a concretizar-se com o resultado das próximas eleições legislativas.

É uma realidade objectiva da situação político-partidária portuguesa, diariamente comprovada pelos acontecimentos, que a possibilidade da convergência das forças democráticas e da alternativa democrática será tanto maior quanto mais forte for o PCP e mais amplo e empenhado for o apoio social, político e eleitoral ao PCP.

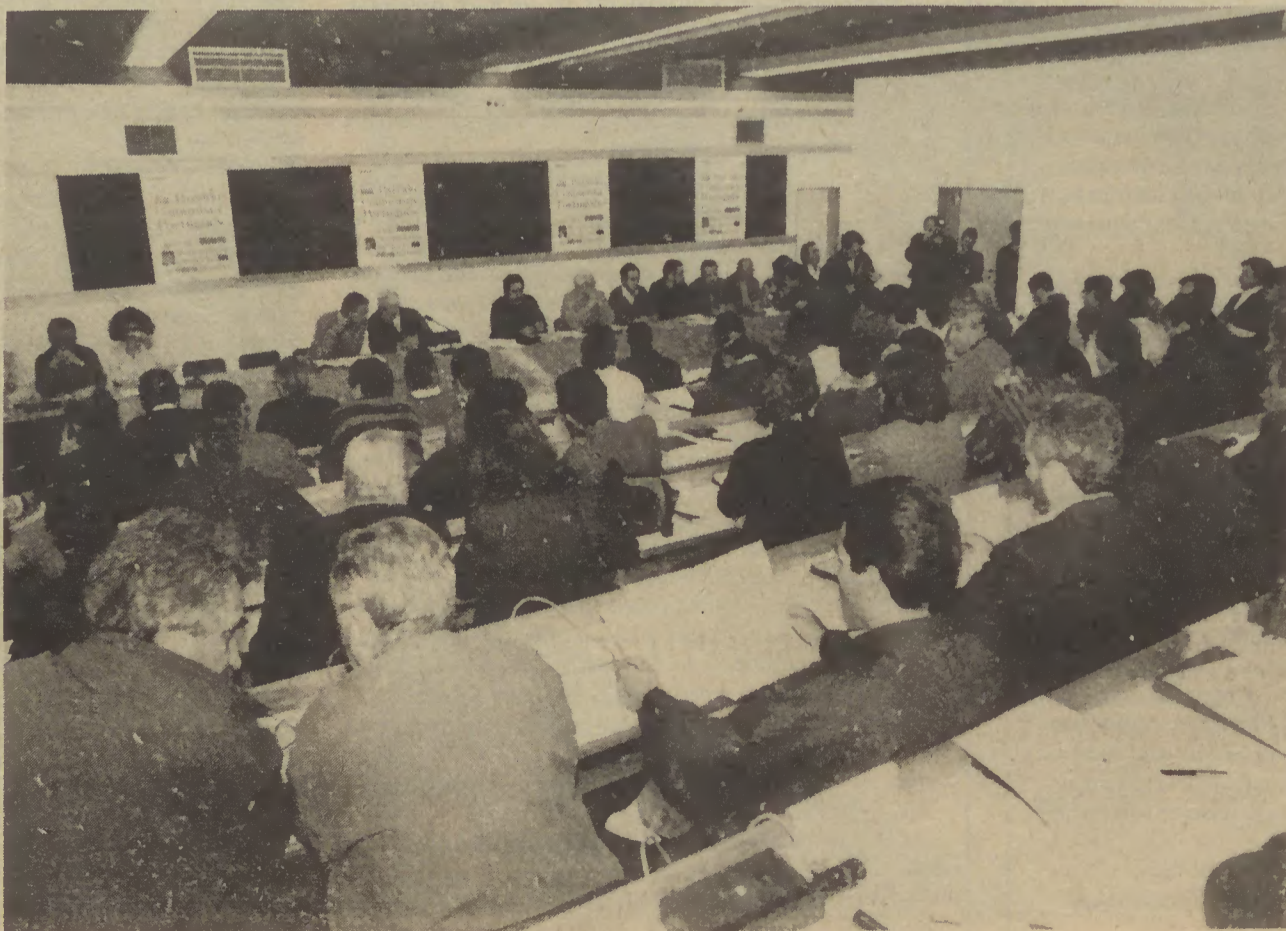
**4.** Uma oposição eficaz à política do Governo nos meses próximos e uma vitória nas eleições para a Assembleia da República, exigem que a acção, as iniciativas, as lutas se desenvolvam simultaneamente em várias frentes, utilizando possibilidades, meios e formas igualmente diferenciadas, designadamente:

— as lutas dos trabalhadores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, das populações em defesa dos seus interesses específicos atingidos e feridos pela política do Governo de direita, lutas para cuja organização, dinamização e desenvolvimento, as organizações e movimentos unitários representam papel fundamental. Neste quadro, a luta contra o pacote laboral assume particular relevância. Depois do acórdão do Tribunal Constitucional o processo vai recomeçar, agora com o debate público que abre campo a uma vasta acção de protesto que não só será clarificadora das posições das diferentes forças políticas, como tem reais perspectivas de sucesso;

— a luta das forças democráticas nas mais variadas formas e iniciativas e sempre que possível por acção comum ou convergente dos partidos democráticos contra os aspectos mais gravosos da política do Governo do PSD;

— a acção dos democratas nas instituições, — designadamente na Assembleia da República, até termo da legislatura (iniciativas legislativas e fiscalização da acção governativa), na Assembleia Legislativa Regional dos Açores (visando a democraticidade do processo autonómico), nas autarquias locais (justa e intensiva actuação dos eleitos para a solução dos problemas das populações em estreita ligação com estas), no Parlamento Europeu (defesa firme dos interesses nacionais);

— a preparação desde já para as eleições legislativas utilizando todos os meios institucionais, jurídicos, políticos e sociais para desmascarar e combater a política do Governo, levando ao eleitorado propostas que correspondam aos seus mais profundos interesses e que constituam soluções para os mais graves problemas nacionais, preparando as candidaturas e as campanhas de forma a poder contrariar com êxito a influência que o governo procura e procurará alcançar utilizando os meios que lhe dá o poder, a governamentaliza-



ção do Estado e a partidização da televisão e de outros importantes órgãos de comunicação social.

A simultaneidade e a articulação da acção nestas variadas frentes não significam uma distribuição indiferenciada de empenhamento e recursos, antes exigem que em cada momento se faça uma distribuição criteriosa de forças e meios, se definam prioridades e formas de conjugação e se valorize a influência positiva e recíproca dos progressos e êxitos alcançados.

**5.** Consciente das suas responsabilidades e do papel determinante para a derrota da direita e uma alternativa democrática que objectivamente é chamado a representar na situação actual, o PCP desenvolve a sua actividade em todas as direcções indicadas e prepara activamente a sua intervenção eleitoral.

Por acordo do PCP com o Partido Ecologista Os Verdes, a Intervenção Democrática e numerosos e destacados democratas independentes, foi constituída a **Coligação Democrática Unitária (CDU)** para concorrer às próximas eleições para a Assembleia da República. Os primeiros passos da CDU, as participações alcançadas e os apoios já recebidos são claro indício de um amplo e diversificado quadro democrático e das potencialidades do seu alargamento.

A CDU é um espaço unitário aberto à participação, seja de democratas sem qualquer filiação partidária, seja de democratas de outros partidos, que se identifiquem com a intervenção, mensagem e objectivos da CDU.

Está em curso a **elaboração das listas** para os distritos e regiões autónomas. Na elaboração das listas (além da representação das forças coligadas) há da parte do PCP particular cuidado em responder a múltiplas e complementares exigências entre as quais: a composição do Grupo Parlamentar de forma a dispor de deputados preparados e competentes nas áreas e problemáticas fundamentais da vida nacional; a articulação a um alto nível de responsabilidade do trabalho parlamentar com a Direcção Central do Partido; e a representação regional na Assembleia da República assegurando uma ligação estreita dos deputados com os eleitores de forma a que os eleitos levem à Assembleia a voz do eleitorado que os elegeu.

Dentro em breve serão divulgadas notícias sobre a **composição das listas**, designadamente daqueles que as encabeçam em cada distrito.

O PCP começou também os trabalhos preparatórios do **Programa Eleitoral do PCP** para a elaboração do qual se está procedendo e se continuará a proceder à realização de encontros, seminários, debates, entrevistas e consultas não só de militantes, mas de outros democratas que queiram participar neste trabalho. As linhas fundamentais do Programa serão submetidas à aprovação da **Conferência Nacional do Partido** a realizar no dia 26 de Maio e o Programa será difundido em data a fixar ulteriormente.

**6.** O reforço do PCP (da direcção, da organização, da propaganda, da militância, da ligação com as massas) representa um papel determinante não apenas para o desenvolvimento da luta popular e democrática contra o Governo do PSD de Cavaco Silva, como também para assegurar a derrota da direita e a vitória democrática nas próximas eleições legislativas e a consequente alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

Fazendo um balanço ao desenvolvimento da vida e actividade do Partido, o Comité Central concluiu que a realização do XIII Congresso (Extraordinário) em Maio de 1990 e as suas conclusões e orientações imprimiram uma orientação segura e uma nova dinâmica à actividade partidária e deram uma contribuição decisiva para o reforço da unidade do Partido, a participação mais empenhada e confiante dos militantes e a intensificação da actividade em todas as frentes.

Na sequência do trabalho realizado, o **êxito político e eleitoral da campanha do PCP para a Presidência da República** constituiu uma confirmação da grande vitalidade, segurança política e sólida base de apoio do Partido e deu novo e importante impulso à actuação das organizações e militantes.

O plano de desenvolvimento da actividade está a ser cumprido com êxito.

A **Direcção Política** a nível central e regional dá resposta mais pronta aos acontecimentos e às novas situações. De salientar, as notas e outras tomadas de posição relativas aos mais importantes problemas e sectores da vida nacional e internacional.

**Assembleias das organizações regionais, concelhias e de freguesia** procedem a análises actualizadas da situação na área da actividade respectiva, traçam orientações, definem tarefas, dinamizam as organizações e elegem e renovam órgãos de direcção. Registam-se significativas inscrições no Partido e o empenhamento de camaradas que há muito não tinham uma actividade regular.

**Encontros nacionais e regionais, seminários, colóquios, reuniões de quadros, debates, entrevistas,** examinam grandes problemas nacionais e apontam soluções e linhas de actuação.

As **comemorações do 70º aniversário do Partido** desenvolvem-se em todo o país com larga, entusiástica e confiante participação como expressão da unidade do Partido e da elevação da consciência política dos militantes, como testemunho da história impar do PCP antes e depois do 25 de Abril em defesa dos interesses do povo, do país, da democracia e da indepen-



dência nacional, como afirmação da sua identidade e testemunho do seu papel indispensável e insubstituível na sociedade portuguesa.

No âmbito da **informação e da propaganda**, a remodelação em curso e as medidas para o alargamento da difusão do «Avante!» e de «O Militante», os trabalhos do Departamento de Propaganda e um mais empenhado aproveitamento de possibilidades da expressão nos mais variados órgãos de comunicação social, trazem valiosos elementos novos que importa aprofundar.

Nos **grandes movimentos e organizações de massas**, no quadro do seu carácter unitário e de democracia interna, reforça-se e intensifica-se a intervenção dinamizadora dos comunistas.

Na **Assembleia da República**, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou com êxito uma interpelação ao Governo sobre crescimento e desenvolvimento económico e social do país e avança, antes do encerramento dos trabalhos da Assembleia, novos projectos de lei sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais, de lei quadro de apoio ao associativismo e de combate à poluição dos rios, prossegue a luta pela aprovação de uma lei quadro da regionalização democrática e descentralizadora e propõe aos outros partidos da oposição medidas para assegurar a fiscalização do Governo no período que antecede as eleições.

Desmentindo os prognósticos avançados nas campanhas anticomunistas, o **Partido** (sem menosprezar antes defrontando com realismo dificuldades e problemas existentes) vive um momento de intensificação da actividade, reforço do prestígio, alargamento da influência e intervenção viva, criativa e confiante na vida nacional.

O Comité Central apela aos militantes para que, compreendendo tanto a gravidade do momento político que se atravessa como a perspectiva de viragem democrática para a qual a contribuição do Partido pode ser determinante, actuem com determinação e confiança no reforço da direcção, organização, informação, propaganda e ligação do Partido com as massas, e

na diversas direcções e formas de actividade e de luta que a actual situação exige se desenvolvam simultaneamente.

**7.** O Comité Central apela a todos os militantes para que se empenhem directamente e mobilizem esforços e energias para o sucesso das iniciativas e lutas dos tempos mais próximos:

— para que o **25 de Abril** (com destaque para a grande manifestação de Lisboa e outras cidades) seja uma grande jornada unitária de defesa das liberdades, do regime democrático, das conquistas de Abril, da vontade e determinação de pôr fim à política de direita e alcançar uma alternativa democrática;

— para que o **1º de Maio** seja uma vez mais uma poderosa expressão de força, unidade e vontade dos trabalhadores em defesa das suas liberdades e direitos;

— para que **acções de protesto e luta** dos trabalhadores, dos agricultores, dos professores e outros sectores intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos reformados, dos deficientes, das populações se ampliem, com organização adequada e sólida unidade, com determinação e confiança de forma a alcançarem os seus objectivos concretos imediatos;

— para que as **iniciativas do Partido** já calendarizadas (Conferência Nacional, Assembleias de organização, Encontros e Seminários de reflexão e aprofundamento de grandes problemas nacionais, sessões e confraternizações comemorativas do 70º aniversário, encontros de quadros, festas e confraternizações assim como as iniciativas da JCP, nomeadamente o grande convívio Juvenil na Atalaia, a 11 e 12 de Maio) sejam activamente preparadas e realizadas com êxito;

— para que se **reforcem as organizações e o seu funcionamento**, se alargue e aprofunde a militância, prossigam activamente os recrutamentos;

— para que prossiga a **recolha de fundos** indispensáveis para o cumprimento das grandes tarefas do ano corrente, sendo de destacar o êxito da campanha para pagamento da Atalaia que já alcançou 185 mil contos;

— para que se **avancem desde já e nos prazos previstos os trabalhos para a realização da Festa do «Avante!»,** com a resposta de todas as organizações às solicitações feitas;

— para que se **avance na preparação e planificação das acções e iniciativas de carácter pré-eleitoral e eleitoral** audaciosamente voltadas para o esclarecimento e o contacto com as populações, numa intervenção caracterizada pelo conhecimento dos problemas do povo e do país, pela seriedade, rigor e sentido da responsabilidade, pela ligação profunda às preocupações e aspirações dos cidadãos, pelo espírito construtivo e inovador, pela sólida apresentação de propostas para a solução dos problemas nacionais e pela defesa de um grande projecto de liberdade, bem-estar, modernização e progresso social para Portugal democrático.

\*  
\*\*

Apontando o agravamento de muitos dos mais

sérios problemas nacionais resultante da política do Governo do PSD e os perigos que para o futuro de Portugal representa a actual situação, o Comité Central sublinha ao mesmo tempo a amplitude da luta, o vigor da intervenção política e as potencialidades de desenvolvimento das forças democráticas, do movimento operário e popular.

Está ao alcance do povo português impedir o prosseguimento e avanço da política antidemocrática da direita. Está ao alcance do povo português uma viragem democrática na política nacional.

Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, o PCP empenha e empenhará as suas energias para que tal resultado seja alcançado.

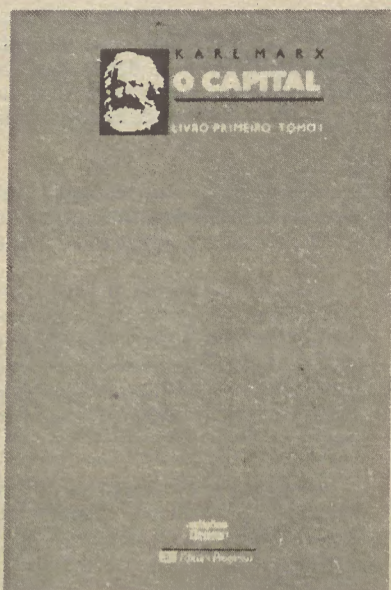
Lisboa, 15 de Abril de 1991



**O Comité Central do Partido Comunista Português**

KARL MARX  
O CAPITAL

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo.



ISBN 972-550-223-X 363 pp. 2200\$00

Edição dirigida por: José Barata-Moura e Francisco Melo

Colectivo de tradução composto por: José Barata-Moura, João Pedro Gomes, Pedro de Freitas Leal, Manuel Loureiro e Ana Portela

edições  
Avante!

Desejo receber O CAPITAL (Livro Primeiro Tomo I)  
à cobrança acrescido de despesas de porte e embalagem.

NOME \_\_\_\_\_  
MORADA \_\_\_\_\_  
CÓD. POSTAL \_\_\_\_\_ TELEF. \_\_\_\_\_

Recorte e envie para: R. de S. Bernardo, 14 2º — 1200 Lisboa



## Cartas dos leitores

## ■ Lutar por Abril

Em breve iremos, de novo e mais uma vez, recordar Abril, comemorando o 17.º aniversário daquela bela madrugada onde despontava o «sol para todos nós» pela primeira vez, desabrochando cravos de esperança.

Comemorar, hoje, Abril, é isso. Olhar para trás e invocar a epopeia da instauração da Liberdade e Democracia. Conscientes de que o caminho não foi fácil (não o é, nem será) porque lutar é sempre difícil. Mas lutando-se Abril floriu... e por isso valeu a pena lutar.

Mas... comemorar Abril, não pode ser só recordar a efeméride, mas valorizar o seu significado e conteúdo, rever criticamente o presente com a convicção de que é possível chegar mais longe no amanhã ainda melhor... continuando a lutar.

Lutou-se para que Abril florisse cravos de esperança, luta-se para afastar os escolhos do caminho para que a esperança renascida não seja vã, e nesta luta diária há sempre momentos de insegurança e desencanto. Mas um rápido olhar à nossa volta, no constatar presente de que nem em todas «as esquinas há um amigo» nem em todos «rostos igualdade», nos traz a força moral que nos impõe continuar a luta inacabada.

Vamos comemorar o 17.º aniversário do 25 de Abril e vale a pena reflectir em diversas situações, do nosso quotidiano cidadão albi-castrense, cantinho do interior do nosso Portugal Democrático, acérrimo defensor das democracias ocidentais e seguidor dos tão apre-goados direitos humanos e que vemos nós... incrédulos perante tão crua realidade?

Assistimos à contradição hipócrita de afirmações feitas, esvaziadas do verdadeiro conteúdo dos ideais libertadores do 25 de Abril, do Portugal Democrático. Cadê os direitos humanos?

Como é possível, 17 anos depois, dirigentes sindicais serem impedidos de entrar na Yophil ou os trabalhadores da Cablesa não terem o crédito de horas por lei para reunirem em Plenário?

Mas se estes 2 pequenos exemplos de 2 empresas diferentes não chegam para ilustrar tais situações de desrespeito pela legalidade democrática legalmente constituída, vale a pena recorrer ainda a vários exemplos numa única empresa — a Camila:

— onde se obriga trabalhadoras a compensar fora do horário normal de trabalho faltas de abastecimento de energia à empresa;

— despedindo sem justa causa e sendo por isso obrigadas pela Inspeção-Geral de Trabalho a reintegrar uma trabalhadora, colocam-na isolada numa sala, sendo proibida de abrir a porta, ter de tocar a campainha primeiro para ir à casa de banho, e com os intervalos a horas diferentes das suas colegas;

— obriga-se trabalhadoras a trabalharem um sábado, levando os filhos com elas, mettendo 18 crianças (uma com 8 meses) numa sala sem quaisquer condições, à guarda de duas senhoras, que apesar da boa vontade não as conseguiram calar, chegando as criancinhas a estarem completamente roucas de frio e tanto choro.

Não vale a pena citar mais exemplos, desta bela cidade, onde apesar de estarmos no limiar do século XXI, se fala muito de desenvolvimento, esquecendo completamente que o desenvolvimento é também progresso social e bem-estar. Mas passados 17 anos após Abril vale a pena pensar porque é que Abril ainda não floriu para todos.

Vamos comemorar Abril hoje, o Abril que desejamos amanhã, não apenas a data, a efeméride, vamos comemorar Abril pelo que significa, pelos seus valores democráticos, exigindo que no Portugal de Abril sejam cumpridos.

Por isso, vamos comemorar Abril, lutando por Abril todos os dias.

Jorge Amorim  
Castelo Branco

## ■ Economia sem operários

Embora os cientistas da Natureza estejam convencidos da impossibilidade de o Homem criar algum dia um movimento contínuo, que se alimente, indefinidamente, a si próprio; portanto — ao que parece só o próprio Universo, ou Deus, possuem esse requisito — o mesmo já não acontece, ao que parece também, com as ciências sociais. Segundo se diz, viria aí uma economia sem operários (e sem camponeses também?). A economia capitalista ultradesenvolvida vai mostrar como é...

Mas, subitamente, os acontecimentos que se desenvolvem na Europa socialista acabam por chamar a atenção dos próprios observadores burgueses para uma realidade mais plausível — a formação de um novo tipo de operários. Só que... é na Europa de Leste que esses observadores os localizam!

Todos pudemos ouvir, há bem pouco tempo, um meio de comunicação social informar que, segundo um analista estrangeiro, a convergência das duas Europas é ótima, uma vez que proporciona o encontro entre a tecnologia desenvolvida dos europeus ocidentais com os operários, mais bem qualificados, do Leste. O que parece, aliás, confirmar a afirmação do responsável pelos investimentos estrangeiros na Polónia, transcrita num conhecido órgão da imprensa burguesa do nosso país: — «Mais de um terço dos operários polacos situa-se na faixa do ensino médio e superior.»

Do ponto de vista capitalista, tal constatação levaria talvez a preconizar um muro de Berlim em novos moldes, atrás do qual se desenvolveriam as forças de produção humanas, num clima social socialista, vindo depois para o Ocidente trabalhar com as tecnologias mais avançadas dos instrumentos de produção propriamente ditos.

Mas, do ponto de vista dos comunistas, e da sua propaganda pedagógica, talvez interesse bastante estudar e divulgar esta clivagem entre as duas Europas apontada pelos próprios publicistas burgueses. Pois será talvez um pouco difícil surpreender as formas políticas que o movimento comunista e operário toma, e tomará no Leste. Sendo porventura mais seguro ainda, procurar apreender as realidades sociais subjacentes ao Socialismo, e que permanecem, evidentemente, na Europa Oriental, como critério de distinção entre duas sociedades realmente diferentes.

Há camaradas que conhecem bem o Leste, e que serão capazes de contrapor, nas páginas do «Avante!», essas realidades à afirmação do antigo principal ideólogo da RDA, Otto Reinhold, transcrita no «Público», que vem agora «descobrir» que o comunismo morreu e «o socialismo jamais se reconstituirá em países industrializados».

Embora, segundo as últimas notícias, não seja propriamente o socialismo aquilo que custa a se reconstituir entre os alemães democráticos.

José Augusto Camacho  
Laranjeiro, Almada

Atalaia · Amora · Seixal 6, 7 e 8 Setembro 91

EP  
ENTRADA PERMANENTE

JÁ  
ESTÁ  
À  
VENDA

Nas Sedes  
do PCP  
em todo  
o País

Medalha  
comemorativa  
do 70 Aniversário  
do PCP

O Partido Comunista Português editou uma medalha, em bronze, comemorativa dos seus 70 Anos.

Os interessados podem adquiri-la nos Centros de Trabalho ou fazer a sua encomenda através do DEP do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699 Lisboa Codex, telefone 783 62 72.

...o de 1921 o Pa...  
comemora 70 anos sobre a...  
...Setenta...  
...comunistas portugueses orgulham-se...  
...do e da sua inelutável contribuição para o...  
...simulão popular e nacional de avanços civi...  
...líticos, direitos e realizações esperadas. O...  
...antes de progresso e caminhos de esperança. O...  
...dizem-se do seu amor à liberdade, de sua fidel...  
...de aos interesses...  
...es, do p...  
...ano



No dia 12 de Abril de 1961, às 9h 7m, hora de Moscovo, foi lançada no espaço a primeira nave tripulada. A bordo seguia Iuri Gagarine que levou a bom termo a missão de realizar uma volta completa em torno da Terra. Demorou 108 minutos a aventura que muitos consideram a maior da história da humanidade.

O voo espacial do cosmonauta soviético na Vostok I culminava uma série de experiências efectuadas ao longo de aproximadamente dez meses com naves habitadas por animais. Tinham sido realizados cinco voos-teste: o primeiro falhara; o seguinte, com as cadelas Belka e Strelka, fora coroado de êxito com a recuperação dos animais em bom estado físico; a terceira nave, com os cães Ptchotka e Muchka, desintegrara-se na descida. Os dois últimos, portadores, respectivamente, das cadelas Tchernuchka e Zvedotchka, decorreram exactamente de acordo com os programas.

Durante a circunvolução, Iuri Gagarine esteve em permanente contacto com o cosmódromo de Baikonur. Treze minutos depois da descolagem, separada a nave do foguete portador, informava ter entrado no estado de imponderabilidade constante. «... Nada de sensações negativas... Sinto-me bem... É curioso. Tudo flutua. Que lindo!...»

Do modo como o primeiro viajante espacial reagisse à ausência da gravidade dependia o prosseguimento da conquista do cosmos. Mais tarde Gagarine descreveria em pormenor essa fantástica experiência:

«... Desprendi-me do assento e foi como se ficasse dependurado entre o tecto e o chão da cabina, sentindo uma estranha leveza nos membros... os braços, as pernas e todo o corpo parecia não me pertencerem... Todos os objectos que não estavam fixos flutuavam e eu observava-os como se fosse um sonho... gotas de líquido que escorriam da mangueira tomavam a forma de pequenas esferas, deslocavam-se livremente no espaço e, quando as tocava, aderiam às paredes, como o orvalho numa flor... a impoderabilidade não influi sobre a capacidade de trabalho... estava atento ao equipamento da nave, observava através das vigias, fazia anotações no diário de bordo. Escrevia com facilidade...»

## Há

## 30 anos

# O primeiro homem no Espaço



Gagarine confessaria depois que durante o voo se sentira invadido por um certo incómodo provocado pelo que ele chamou «golpes das emoções» mas que considerou mais importante transmitir para a Terra a sensação do belo de que estava igualmente possuído. Valorizar a beleza, sublinhou, significava que tudo estava bem, o homem não sentia medo diante do desconhecido e era capaz de trabalhar no espaço cósmico.

Aproximadamente uma hora e meia depois do lançamento, começou a operação de regresso à Terra. Às 10h 25m estabeleceu-se a ligação automática ao sistema de freios e a Vostok I foi reduzindo a velocidade e deu entrada nas camadas densas da atmosfera. Uma «terrível irrupção de chamas» apareceu em torno da nave. A imponderabilidade desapareceu e uma sobrecarga crescente pressionava contra o assento o cosmonauta. A descida durou aproximadamente meia hora. Às 10h 55m o cosmonauta poisou os pés em terra firme. Yuri Gagarine tinha aberto as portas do espaço cósmico aos terrestres.

Em 1962 John Glenn ficaria na história como o primeiro americano a ir ao espaço. Em 1963 os soviéticos lançaram a primeira mulher cosmonauta: Valentina Terechkova. Em 1965 outro soviético, Alexis Leonov, foi o primeiro homem a deixar uma nave para, preso a um cabo, passear no cosmos. Em 1969 os soviéticos fazem a primeira acoplagem de duas naves no espaço e os americanos Armstrong e Aldrin marcharam sobre a Lua. Em 1971 a URSS coloca em órbita a primeira estação orbital, abrindo caminho às experiências científicas realizadas no espaço.

Viajar no cosmos deixou de constituir um acontecimento invulgar. Mais de duas centenas de cosmonautas de diversas nacionalidades foram já enviados em missões espaciais.



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Lógica

Lá vai adiante e gastante  
Centro de Belém, a oito.  
Não é centro — é elefante  
com uma tromba de respeito...

O que mais justo parece  
por esta lógica dentro:  
o Governo é que merece  
um bom pontapé... no centro...

## Actualidade

Há uma justiça do avesso  
que trouxe forte clamor:  
Governo baixou o preço  
do leite, no produtor.

Mais justiça do avesso  
ao mesmo tempo se viu:  
na venda ao público, o preço  
em vez de descer, subiu...

O Cavaco dá barraca  
na política de aranha:  
em vez de ordenhar a vaca  
ordena ao que a vaca ordenha...

## Raios e coriscos

A CIP com a AIP  
assinou um protocolo.  
Para quê? Ora para quê,  
para dividir o bolo...

Outra AIP — Portuense —  
ficou zangada depois  
pois a tal não se convence  
da boa-fé dos tais dois...

Já as duas AIPs  
pensaram em se ajuntar.  
Passou a hora talvez  
— o Ferraz sabe jogar...

E o que fazer da CEN?  
E o que fazer da CAER?  
A CNEP, quem a tem?  
Lá viremos a saber...

Colisões, contradições,  
uniões, desuniões,  
bolos, bolinhos, bolões,  
raios, coriscos, trovões...

... e o ideólogo irreal a insistir  
que a luta de classes deixou de existir...

## Lição

Quem embarcou na Centralcer  
anda aí basto zangado;  
que entre o dizer e o ser  
houve diferença a valer  
e o Governo é o culpado...

Dizem alguns: foi intriga!  
Dizem outros: é fadário!  
E, no azar que o fustiga,  
há já mesmo até quem diga:  
foi o conto do vigário...

Nas eleições, brevemente,  
pobre daquele que esquece  
uma lição transparente:  
quem confia em certa gente  
já sabe o que lhe acontece...

## Incrível!



## Visitante indesejado

Ao que consta, Boris Ieltsin, Presidente da Federação Russa, foi esta semana ao Parlamento Europeu a convite do grupo socialista. Dizemos «ao que consta» porque de um momento para o outro parece ninguém estar a gostar da ilustre visita. Um destacado membro do grupo socialista fez questão de dizer a Ieltsin que os europeus o consideram uma «personalidade demagógica e irresponsável», acusando-o de representar a oposição a Gorbachov e de apoiar os movimentos independentistas. Como o visado não gostou, o líder socialista não hesitou em lhe dizer: «Se não quer ouvir coisas desagradáveis não venha a um parlamento democrático. A porta é ali». O episódio teria ficado por aqui se o próprio presidente do PE, Enrique Baron, não tivesse feito questão de afirmar, em entrevista à emissora parisiense «Europe 1» não ter qualquer responsabilidade no convite feito a Ieltsin, limitando-se a aceitar conceder-lhe uma audiência. E para que não restassem dúvidas, sublinhou: «reconheço que Ieltsin é bastante corajoso, mas as simpatias do

Parlamento Europeu inclinam-se mais para a linha de Gorbachov».

## Os filhos... da mãe

Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? Como vivemos? Estas e outras as perguntas que o censo a decorrer em todo o país anda a fazer aos portugueses, sob o lema «Contamos todos». Acontece porém que nem tudo o que consta do censo faz lá muito senso, como a comissão de informação do MDM não deixou de reparar. A perguntas tantas, o espaço é dado só as mulheres: trata-se de saber o número e datas do(s) casamento(s) e o número dos filhos. Então e os homens? Não casam e descasam? Não têm filhos? Como conciliar - pergunta o MDM - os discursos oficiais, que apregoam ser a mudança de mentalidades aspecto fundamental para a emancipação das mulheres, com uma tão primária discriminação sexista? E os pais - poucos que sejam - que vivem com os filhos e sem as mulheres? Não contam? Percebe-se que ninguém melhor do que as mulheres pode dizer, de ciência certa,

quantos filhos tem. Mas já agora valia a pena perguntar também aos homens. Quanto mais não fosse, para ver se eles também se acusam.

## Complicações azuis

Macário Correia, o secretário de Estado paladino dos consumidores, veio a terreiro reconhecer que o propalado «Correio Azul» criou «algumas complicações» na linha normal, o que provoca naturais protestos dos utentes dos CTT. Macário também reconheceu que «apesar da vontade de todos os organismos do Estado envolvidos para resolver o problema, é um facto que ele existe». Coitados. Só agora é que perceberam que deslocar os serviços para a linha rápida ia fazer atrasar o resto do serviço. E que tal se metessem mais carteiros? A menos, claro, que tudo isto não passe de um artifício para forçar os utentes a aderir ao «correio azul», pagando mais uns trocados para fazer chegar a sua correspondência a tempo e horas ao destino. Assim a modos de quem quer correio paga-o. Hipótese que está a deixar os consumidores azuis, mas de raiva.

## frases da Semana

“O PSD revelou ser, sob a sua actual direcção, um partido que só é solidário com aqueles que ganham, e que nega a sua solidariedade àqueles que perdem”

✦ Freitas do Amaral, ao anunciar o pagamento das dívidas da campanha presidencial

“Controleiros são os senhores, que estabelecem multas, marcam faltas aos colegas, têm no vosso partido pessoas mentirosas e hipócritas como o senhor secretário de Estado da Cultura”

✦ Edite Estrela, na AR, em resposta a Silva Marques

“Assistimos à manipulação da língua portuguesa por interesses político-económicos inconfessados e pouco transparentes”

✦ Vitorino Magalhães Godinho, a propósito do Acordo Ortográfico

“O senhor é visto como uma personalidade simpática mas também demagógica e irresponsável”

✦ J. Pierre Cot, líder socialista no Parlamento Europeu, a Boris Ieltsin

“Vim de coração aberto. Chega de moral, não foi para isso que vim aqui”

✦ Boris Ieltsin, no PE a convite dos socialistas

“Se não quer ouvir coisas desagradáveis não venha a um parlamento democrático. A porta é ali”

✦ Jean Pierre Cot, a Boris Ieltsin

“Neste momento, estão já cumpridas praticamente todas as promessas que formulámos durante a campanha eleitoral de 1987”

✦ Cavaco Silva, in «Notícias da Moita»



## Álvaro Cunhal nos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu

No próximo fim-de-semana o camarada Álvaro Cunhal estará em diversas localidades dos três distritos, participando nas seguintes iniciativas:

### VILA REAL Sexta-feira

- Encontro-debate com a Juventude no Centro Cultural Regional de Vila Real às 16.30
  - Jantar com jovens
  - Sessão pública em Chaves, às 21.30
- Sábado**
- Encontro com organizações da lavoura e agricultores no salão da Junta de Freguesia de Vila Pouca de Aguiar a partir das 9.30
  - Almoço de confraternização em Vila Real

### BRAGANÇA Sábado

- Encontro com a população de Carvalhais (Mirandela), na Casa do Povo às 16.00
- Encontro com a Junta de Freguesia e popu-

lação de Vilas Boas (Vila Flor), na sede da Junta de Freguesia às 17.30

- Festa-convívio na Escola Secundária de Mirandela, às 18.30
- Jantar de confraternização no mesmo local, a partir das 20.00

### UISEU Domingo

- Visita à Junta de Freguesia de Armamar, às 9.00
- Visita à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Figueiró, às 11.00
- Almoço com camaradas de Viseu, em Viseu
- Debate público em Viseu, às 15.00, no salão da Assembleia Municipal «Solar dos Peixotos», seguindo-se encontro com a Comunicação Social



# 25 ABRIL

PCP 2

Mais Democracia  
Mais Justiça Social  
para  
um Portugal  
Melhor

## 25 DE ABRIL HOJE NO VITÓRIA

Um grupo de células do sector público da ORL - AGA, CTT, EDP, EPAL, Marconi, Petrogal, Petroquímica, TLP - dá hoje início no Centro de Trabalho Vitória às comemorações do 25 de Abril, organizando um convívio que ali decorrerá a partir das 19.30.

Como convidado estará presente os camaradas Dias Lourenço e Maria Guinot, que traz as suas canções.

## TRANSPORTES DE LISBOA COM ÁLVARO CUNHAL

O Sector de Transportes de Lisboa está a organizar para o próximo dia 27 de Abril um almoço-convívio na Quinta da Atalaia em que estará presente o camarada Álvaro Cunhal. Tem início marcado para as 13 horas, consta de ensopado de borrego, vinho (bom, sublinham os camaradas) e fruta e custa mil escudos, a pagar no acto de inscrição.

Antes - a partir das 10 e 30 - haverá uma visita guiada ao terreno da «Festa do Avante!».

São vários os centros de inscrição: nas empresas junto dos camaradas das respectivas células e na livraria do CT Vitória, e ainda pelo telefone do CT António Serpa - 769139.

### Quinta, 18

#### ● AMADORA

Plenário da célula da freguesia de Alfragide - às 21.30, no Centro de Trabalho de Alfragide.

#### ● ALVERCA

Plenário da célula das OGMA, para discussão da situação política e questões da organização - às 18.00, no Centro de Trabalho.

### Sexta, 19

#### ● SANTARÉM

Reunião com democratas do distrito, promovida pela DORSA, para debate das próximas eleições legislativas na perspectiva da alternativa democrática. No Fórum do Centro Cultural Regional de Santarém, com participação do camarada Agostinho Lopes. Às 21.30.

#### ● ALPIARÇA

Reunião de Quadros para informação e debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada Albano Nunes. No Centro de Trabalho, a partir das 15.00.

#### ● ÁGUEDA

Indústria Têxtil - Que Futuro? é o tema do debate, promovido pela D.O.R. de Aveiro, a realizar hoje às 21.30 no salão da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga com a participação da camarada Ilda Figueiredo.

#### ● ESPINHO

Plenário de Militantes para discussão da situação política e iniciativas do Partido - às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Ramiro Silva.

#### ● CACÉM

Debate sobre Comunicação Social e sobre a imprensa partidária com o camarada Ruben de Carvalho. No Centro de Trabalho, às 21.30.

#### ● CARNAXIDE

Plenário de militantes do Comité Local de Carnaxide. Às 21.00.

#### ● SINTRA

Plenário de militantes de Mira-Sintra para discussão da situação política e social e de problemas da organização. Às 21.30, na sala da Comissão de Moradores de Mira-Sintra.

#### ● QUELUZ

Reunião de camaradas reformados: às 15.30 no Centro de Trabalho.

#### ● VILA FRANCA DE XIRA

Plenário da organização de V.Franca de Xira - às 21.30 no Centro de Trabalho.

#### ● AMADORA

Plenário da célula do Bairro da Venda

Nova - às 21.30, no salão da Delegação da Junta de Freguesia da Venda Nova.

Plenário da célula da CM da Amadora - no Centro de Trabalho, às 21.00.

### Sábado, 20

#### ● LISBOA

A igualdade de oportunidades para as mulheres - debate promovido pela DORL, a partir das 10.00, no Hotel Embaixador (Av. Duque de Loulé, 73). Com a participação do camarada José Casanova.

Plenário da organização da freguesia de Marvila - às 16.00 no CT de Marvila.

#### ● AMADORA

Plenário da organização da freguesia da Buraca - às 15.30, no salão da Junta de Freguesia.

#### ● QUELUZ

Convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Manuel Pedro. A partir das 16.00.

#### ● SESIMBRA

Plenários de Militantes para preparação da próxima 6ª Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra: da organização de freguesia de Santiago, às 21.00, no CT de Sesimbra; da organização de Quinta do Conde, às 21.30, no CT local.

#### ● SETÚBAL

Tendo como tema A História do Partido, realiza-se no Clube de Campismo de Setúbal uma reunião de quadros em que participa também o camarada Aurélio Santos. Às 15.00.

#### ● GANDOMAR

Tem hoje início uma visita de dois dias de deputados do PCP pelo círculo do Porto ao concelho de Gondomar, que inclui encontros de trabalho com entidades, instituições e associações de diversas localidades e visitas nomeadamente, em S. Pedro da Cova, aos Bairros Mineiros de Vila Verde e do Pásal.

#### ● GAIA

Os 17 anos de Poder Local De-

mocrático e a Regionalização na perspectiva do PCP são temas do debate promovido pela CDU na Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia, tendo como convidado Luís Sá. Às 15.00.

#### ● MATOSINHOS

«A situação política - O PCP e as eleições legislativas»: debate no salão da Junta de Freguesia, às 21.30, com a participação do camarada Luís Sá.

#### ● ÉVORA

2ª Jornadas de Desenvolvimento Regional sobre o o Distrito de Évora, com a participação de quadros do PCP - entre os quais os camaradas José Soeiro e Raimundo Cabral - e de Independentes convidados pela DOREV, que promove a iniciativa. A partir das 10.00 no Palácio D. Manuel.

#### ● BEJA

Encontro-convívio da JCP no Parque das Merendas: Futebol de 11 às 10.00, almoço-convívio às 13, torneios de Malha, Damas e Cartas a partir das 15.00.

#### ● OEIRAS

Plenário de activistas da CDU da freguesia de Oeiras - às 15.00, no Centro de Trabalho de Sto. Amaro.

Plenário de militantes do Comité Local de Queijas/Linda-a-Pastora: às 15.30, no CT de Queijas.

### Domingo, 21

#### ● PONTE DE LIMA

Encontro com agricultores do distrito de Viana do Castelo: iniciativa

da DORVIC com a participação dos camaradas Rogério de Brito e Agostinho Lopes e, como convidado, do Eng. Téc. Agrário Cerqueira Rodrigues, Director de Serviços da Associação Regional de Agricultores.

### Segunda, 22

#### ● SESIMBRA

Plenário da célula da Câmara Municipal de Sesimbra, preparatório da próxima Assembleia da Organização Concelhia: às 17.30, no Centro de Trabalho.

#### ● AMADORA

Plenário da célula da Heska - às 18.00, no Clube Sorefame.

### Terça, 23

#### ● LISBOA

Reunião com Independentes das freguesias de Sta. Engrácia, Graça, Sto. Estevão, S. Miguel, S. Vicente de Fora e Sé para debate, no quadro da CDU, da situação política e social e das próximas eleições legislativas: às 21.30 no CT da Graça.

#### ● AMADORA

Plenário da célula da Sorefame - às 18.00, no Edifício Social da Sorefame.

#### ● PORTO

Do ciclo «PCP - História e actualidade» agora programado pela DORP, colóquio sob o tema As comemorações do 1º de Maio no Porto durante o fascismo - elementos para a sua história, com a participação de Eloi Rodrigues, Silvestre Lacerda e Vitor Ranita. Às 21.00, no CT da Boavista.

em debate

## A igualdade de oportunidades para as mulheres

Dia 20 de Abril, das 10 às 18 h. no Hotel Embaixador, Lisboa

Com a participação de José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP

- Funcionamento em dois painéis:
  - 1 - A igualdade de oportunidades - uma necessidade para o desenvolvimento do distrito de Lisboa;
  - 2 - Uma política de igualdade exige uma política alternativa.
- Iniciativa promovida pela DORL do PCP



## HOMENAGEM A CATARINA

As organizações de Alfama e Colina da Graça do PCP lembram Catarina Eufémia, assassinada pelo fascismo nos campos do Alentejo, organizando uma excursão que rumará a Baleizão no dia 19, para a homenagem que ali lhe vai ser prestada com a presença do camarada Alvaro Cunhal.

A partida será às 8 horas do Largo do Chafariz de Dentro. Inscrições para participar podem ser feitas junto dos organizadores.



### Teatro no Canal 2

No próxima segunda-feira à noite a RTP-2 transmite sob a designação de «Encontros» a adaptação para televisão de dois textos dramáticos de Alain Knapp, autor e encenador suíço, actual director do Conservatório de Estrasburgo.

Com realização de Cecília Neto, o primeiro texto chama-se «Victor?» e tem como intérpretes Fernanda Lapa e Maria Amélia Mata (na foto); o segundo - «Clemence Elise» - é interpretado pelos actores Rogério Samora e Paulo Matos.

## Tempo

Sábado, céu muito nublado com aberturas. Aguaceiros durante a tarde e no interior, com possibilidades de ocorrência de trovoadas. No domingo, céu geralmente pouco nublado e vento de Norte.





Samuel Fuller

## Televisão

### Quinta, 18

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Mar Cercado  
14.00 Sem Legendas  
14.50 Ponto Por Ponto  
15.45 Com Todo o Meu Coração  
(ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Tieta  
21.20 Eternos Novatos  
21.50 Twin Peaks  
22.40 Crónicas do Sobrenatural  
23.10 24 Horas  
23.45 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 A Força Astral  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 Jerry Lewis  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora Escolha!  
15.50 Aventura  
16.20 O Homem da Carabina  
16.40 Recreio do 2  
17.20 Tudo Menos Isso  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Ruas de S. Francisco  
20.50 O Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Basquetebol  
22.50 Reportagem de Choque  
(ver «Filmes na TV»)

### Sexta, 19

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Festivais do Mundo  
14.00 Sem Legendas  
14.50 Ponto Por Ponto  
15.45 Com Jeito Vai...na Pândega  
(ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.20 Tieta  
21.20 A Rua do Adeus  
(ver «Filmes na TV»)  
23.10 Querido John  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate  
00.40 Chapadão de Bugre

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 Universo Juvenil  
12.30 Curso de Inglês  
12.45 O Caminho das Estrelas II  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora Escolha!  
15.50 Médico Amigo  
16.20 É já Amanhã  
16.50 Recreio do 2  
17.30 Charlot  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.50 O Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 A Tenda dos Milagres  
22.15 Rotações  
23.15 Os Mistérios de Dorothy  
00.05 Ele Há Coisas!

### Sábado, 20

#### Canal 1

09.00 À Mão de Semear  
09.25 Canal Jovem

13.00 Encontro à Uma  
13.55 Quem Manda Sou Eu  
14.20 Billy Idol  
15.25 Desenhos Animados  
16.10 Os Homens de Amanhã  
(ver «Filmes na TV»)  
17.50 T & T  
18.00 Clive James  
18.50 A Ilha do Sol  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.30 Claxon  
22.00 Casa Cheia  
22.45 Os Noivos  
23.50 Nas Portas do Inferno  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
10.15 Circo  
10.50 Regresso da Morte  
11.55 Forum Musical  
13.10 Agarra o 2  
14.25 A Flecha Sagrada  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.00 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.15 Estádio  
23.30 O Amigo Giono  
00.20 Paolo Conte em Concerto (II)

### Domingo, 21

#### Canal 1

09.00 Canal Jovem  
11.30 Missa  
12.25 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Dick Turpin  
13.40 O Mundo Animal  
14.30 Mapa Cor de Rock  
15.25 O Esquadrão Branco  
(ver «Filmes na TV»)  
17.15 Mãe à Força  
17.45 Regresso ao Passado  
18.55 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
21.00 Kananga do Japão  
22.25 Domingo Desportivo  
23.55 Controvérsias

#### Canal 2

09.00 Maratona de Londres  
11.30 Agarra o 2  
12.30 Competir  
13.00 Troféu  
18.00 Vida Nova  
19.00 Nós 2  
20.00 Ana Karenina  
20.50 Palavra Puxa Palavra  
21.40 Artes e Letras  
22.25 O Sargento da Força Um  
(ver «Filmes na TV»)

### Segunda, 22

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Vida Selvagem  
14.00 Sem Legendas  
14.50 Ponto Por Ponto  
15.50 Louca Perseguição  
(ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Canções para a Eurovisão 1991  
20.20 Desenhos Animados  
20.40 Tieta  
21.40 O Preço Certo  
20.05 Vagas Revoltas  
00.05 24 Horas  
00.40 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.05 Benny e Cecil  
12.30 Curso de Inglês  
13.00 Músicas de África  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.50 A Natureza das Coisas  
16.40 Recreio do 2  
17.10 O Livro dos Recordes

18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.40 Via Rápida  
19.45 Circo  
19.55 Pelé  
20.50 Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Acerto de Contas  
22.30 Teatro Português  
(ver «destaque»)

### Terça, 23

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Sem Legendas  
14.30 Ponto Por Ponto  
15.20 Paraíso Infernal  
(Ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Canções para a Eurovisão 1991  
20.20 Desenhos Animados  
20.40 Tieta  
21.40 As Causas da Justiça  
22.30 Primeira Página  
23.30 A Mansão dos Marblehead  
23.55 24 Horas  
00.30 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.10 Os Novos Caça-Fantasmagoras  
12.25 Curso de Alemão  
12.45 Variedades no Apollo  
13.35 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.50 O Lar do Orangotango  
16.20 A Minha Avó Yaya  
16.40 Recreio do 2  
17.10 Tribunal de Juri  
18.00 Eterno Feminino  
19.00 Direito de Amar  
19.30 Via Rápida  
19.40 Circo  
20.00 Ruas de S. Francisco  
20.50 Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Cinemagazine  
22.00 Gestos e Fragmentos  
(Ver «Filmes na TV»)  
23.30 Universidade Aberta

### Quarta, 24

#### Canal 1

09.00 Bom Dia  
11.45 A Caça ao Tesouro  
12.00 Culinária  
12.10 Top Model  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Medicamentos  
14.00 Sem Legendas  
14.55 Ponto Por Ponto  
15.30 O Recado  
(Ver «Filmes na TV»)  
17.20 Brinca Brincando  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Canções para a Eurovisão 1991  
20.20 Desenhos Animados  
20.40 Tieta  
21.40 Vamos Jogar no Totobola  
21.55 O Jardim Onde Vivemos  
(Ver «Filmes na TV»)  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate

#### Canal 2

12.00 Notícias  
12.10 Os Centuriões  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 O Herói de Lian Xan Po  
13.30 Filhos e Filhas  
14.00 Primeiro Jornal  
14.30 Agora, Escolha!  
15.50 Açores - Gente Nossa  
16.40 Recreio do 2  
17.10 O Jardim Inglês  
18.00 Eterno Feminino  
19.05 Direito de Amar  
19.35 Via Rápida  
19.45 Circo  
20.00 Ruas de S. Francisco  
20.50 O Que é Feito de Si?  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 Joaquim Letria  
23.00 Pop-Off  
23.35 Universidade Aberta

No ciclo Samuel Fuller a RTP programou esta semana três dos actualmente mais amados filmes de autor.

Em relação a «Reportagem de Choque» é sublinhada quer a realização quer o argumento. A história de um jornalista que se faz passar por louco fim de ser admitido numa instituição mental onde se deu um homicídio de forma a descobrir o assassino e a escrever uma grande reportagem é o pretexto de que Fuller se serve para, por um lado, falar da loucura que avassala a sociedade americana e, por outro, reflectir acerca da frágil fronteira que separa a lucidez da loucura.

«A Flecha Sagrada», um western hoje considerado clássico embora na altura transgredisse claramente os padrões do género, é a história de um homem branco (o grande actor Rod Steiger), soldado na Guerra Civil e desiludido pelo seu resultado, que escolhe viver com os índios. Não fazendo aquilo a que se chamaria um filme pró-índio, Fuller consegue dar aos índios um tratamento igual ao dos brancos, sem paternalismos, e reflecte lucidamente acerca do choque das duas culturas.

«O Sargento da Força Um» é um dos filmes mais recentes de Fuller, por alguns considerado uma síntese do seu cinema de guerra e mesmo de todo o seu cinema, e também um dos que permitiu a reavaliação da sua obra, geralmente menosprezada até há poucos anos. O filme (para o qual Fuller se inspirou nas suas próprias memórias de combatente) decorre entre os finais da 1ª Guerra Mundial e o fim da 2ª, e tinha na montagem original quatro horas e meia.

## Filmes na TV



### Reportagem de Choque

«Shock Corridor» (EUA/1963). Realização de Samuel Fuller, interpretação de Peter Breck, Constance Towers, Gene Evans, James Best. Cor e P/B, 97 minutos.

Quinta, 22.55 Canal 2



### A Flecha Sagrada

«Run of the Arrow» (EUA/1956). Realização de Samuel Fuller, interpretação de Rod Steiger, Sarita Montiel, Brian Keith, Ralph Meeker, Charles Bronson. Cor, 83 minutos.

Sábado, 14.25, Canal 2



### O Sargento da Força Um

«The Big Red One» (EUA/1980). Realização e argumento de Samuel Fuller, interpretação de Lee Marvin, Mark Hamill, Robert Carradine, 109 minutos. Cor,

Domingo, 22.25, Canal 2

### Com Todo o Meu Coração

«I'll Be Seeing You» (EUA/1944). Realização de William Dieterle, interpretação de Ginger Rogers, Joseph Cotten, Shirley Temple. P/B, 77 minutos.

Dieterle foi um dos muitos alemães do teatro e do cinema que nos fins dos anos 20, perseguidos ou ameaçados pelo nacional-socialismo, procuraram refúgio nos Estados Unidos. Discípulo e colaborador de Max Reinhardt, também ele imigrado, assinou ainda nos anos 30 alguns filmes fortemente marcados pela herança alemã, mas tornar-se-ia um verdadeiro director de Hollywood sobretudo quando começou a trabalhar para Selznick, para quem realizou «O Retrato de Jennie», transmitido pela RTP há poucos dias e aqui referido na passada semana. E também este «Com Todo o Meu Coração», um melodrama romântico-história de amor entre um soldado psicologicamente perturbado pela guerra e uma mulher em liberdade condicional, cumprindo pena por homicídio - contado com talento. Entre os intérpretes volta a evidenciar-se Joseph Cotten.

Quinta, 15.45, Canal 1

### Com Jeito Vai... na Pândega

«Carry on Abroad» (GBR/1972). Realização de Gerald Thomas, interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Joan Simms. Cor, 85 minutos.

Mais um episódio de uma série britânica lamentável, que desfiou gags e piadas de mau gosto ao longo de cerca de duas décadas. A evitar.

Sexta, 15.45, Canal 1

### A Rua do Adeus

«84 Charing Cross Road» (EUA/1986). Realização de David Jones, interpretação de Anne Bancroft, Anthony Hopkins, Judi Dench. Cor, 96 minutos.

«A Rua do Adeus» traz-nos a história da relação «epistolar» de amizade e solidariedade que se desenvolve ao longo de 20 anos entre uma jovem escritora de Nova Iorque e uma livraria de livros em segunda mão de Londres e os seus funcionários. Assinala-se a justeza da realização e o trabalho dos actores Anne Bancroft e Anthony Hopkins.

Sexta, 21.20, Canal 1

**Cinema**

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	—
<b>B</b> Danças com Lobos	—	★★★	★★★	—
<b>C</b> Não Te Mexas, Morre e Ressuscita	—	★★★	—	★★★
<b>D</b> O Padrinho III	—	★★★	★★★★★	★★★★★

**Classificação de ★ a ★★★★★**

- A — Real. David Lynch — *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Las Vegas/2* (15.30, 18.45, 21.45), *Londres* (14.00, 16.30, 21.30), *Quarteto/3* (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Kevin Costner — *Alfa/1* (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), *Amoreiras* (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), *Fonte Nova/3* (14.30, 17.45, 21.00), *Quarteto/4* (15.00, 18.30, 22.00), *São Jorge/1* (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- C — Real. Vitali Kanevski — *King Triplex/3* (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Francis Ford Coppola — *Alfa/3* (15.00, 18.00, 21.30, 00.30), *Amoreiras/6* (15.00, 18.00, 21.15, 00.15), *Fonte Nova/2* (14.15, 18.45, 21.15), *Império* (15.30, 18.30, 21.30), *Mundial/1* (15.00, 18.00, 21.30), *São Jorge/2* (14.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.

**Os Homens de Amanhã**  
«Bless the Beasts and the Children» (EUA/1971). Realização de Stanley Kramer, interpretação de Bill Mummy, Barry Robins, Miles Chapin, Darel Claser, Bob Kramer, Marc Vahanian. Cor, 101 minutos.

Bem-intencionado como é seu costume, Kramer conta neste filme a história de seis garotos que decidem evitar que uma manada de búfalos seja morta. Para além da aventura, por vezes espectacular, Kramer pretende dar, através das personalidades dos jovens protagonistas, um quadro de alguns dos desvios de formação mais comuns na sociedade americana.

Sábado, 15.45, Canal 1

**Nas Portas do Inferno**  
«Angel Heart» (EUA/1987). Realização de Alan Parker, interpretação de Mickey Rourke, Robert de Niro, Lisa Bonet, Charlotte Rampling. Cor, 110 minutos.

Sendo embora considerado um filme híbrido e desequilibrado, «Nas Portas do Inferno» nem por isso deixa de ser um dos mais macabros e inquietantes thrillers dos últimos anos. Nesta história de um detective nova-iorquino (Rourke) à procura de um homem que desapareceu depois de ter feito um pacto com o Diabo sem ter cumprido o acordo estão pelo menos reunidos comprovados talentos, dos quais é sempre de salientar Robert de Niro, aqui no papel de «Lucifer».

Sábado, 23.50, Canal 1

**O Esquadrão Branco**  
«The Miracle of the White Stallions» (EUA/1962). Realização de Arthur Hiller, produção de Walt Disney Productions, interpretação de Robert Taylor, Lilli Palmer, Curt Jurgens, Eddie Albert. Cor, 114 minutos.

Com algumas das marcas comuns da Disney (aventura e humor em doses moderadas e uma boa «moral da história»), conta-se aqui um



episódio, dito verídico, ocorrido na Áustria em finais da 2ª Guerra Mundial quando o exército americano se empenhou em salvar da destruição os cavalos da célebre escola espanhola de equitação de Viena.

Domingo, 15.25, Canal 1

**«Louca Perseguição**  
«Birds of Prey» (EUA/1973). Realização de William Graham, interpretação de David Janssen, Ralph Meeker, Elaine Heilveil. Cor, 81 minutos.

Produzido inicialmente para a televisão, «Louca Perseguição» é mais um thriller policial que foi notado, quando da sua estreia em sala, pela encenação de um espectacular duelo de helicópteros. O principal intérprete, David Janssen, é o conhecido «Fugitivo» da série televisiva do mesmo nome.

Segunda, 15.30, Canal 1

**Paraíso Infernal**  
«Only Angels Have Wings» (EUA/1939). Realização de Howard Hawks, interpretação de Cary Grant, Jean Arthur, Rita Hayworth. P/B, 116 minutos.



Frequentemente considerado obra-prima, certo é que Howard Hawks tem aqui um dos seus mais elogiados trabalhos. Filme de aviação (que foi, a par do western e do filme policial, tema favorito do cinema de Hawks, ele próprio ex-aviador), é mais uma história de fraternidade e heroísmo quotidiano «sem ostentações nem clarins», nas palavras do autor, e da harmoniosa relação homem-máquina-

espaço que ele tão bem soube transmitir. Entre os intérpretes assinala-se Cary Grant, que foi aliás um dos actores preferidos de Hawks, e Rita Hayworth, definitivamente lançada com este filme.

Terça, 15.20, Canal 1

**Gestos e Fragmentos**  
Realização Alberto Seixas Santos (Portugal/1982). Cor, 87 minutos.

Baseado em textos de Otelo Saraiva de Carvalho, Eduardo Lourenço, Roberto Kramer, Nuno Júdice e do próprio Seixas Santos, este filme pretende ilustrar («por fragmentos») as relações entre os militares e o Poder em Portugal neste século, com especial incidência no 25 de Abril, que Otelo Saraiva de Carvalho «conta» e Eduardo Lourenço «explica».

Terça, 22.00, Canal 2

**O Recado**  
Realização e argumento de José Fonseca e Costa (Portugal/1970). Interpretação de Maria Cabral, Paco Nieto, José Viana. Cor, 106 minutos.

Filme de estreia de José Fonseca e Costa, rodado em pleno marcelismo, obrigado pela censura a meias-verdades e contagiado pelo desencanto que enforma a história de amor (impossível) que conta, «O Recado» tem o grande mérito de ser um filme desse tempo e sobre esse tempo, que prolongava o fascismo salazarista sob a aparência da renovação.

Quarta, 15.30, Canal 1

**O Jardim Onde Vivemos**  
«Il Giardino dei Finzi-Contini» (It-RFA/1970). Realização de Vittorio De Sica, interpretação de Dominique Sanda, Lino Capolicchio, Helmut Berger. Cor, 91 minutos.

Este é o último filme de De Sica, figura cimeira do cinema europeu e um dos patronos do neo-realismo. Desse tempo glorioso de cinema traz De Sica para este filme um dos seus habituais panos de fundos: a repressão fascista na Itália de Mussolini. A vítima, neste filme, é uma família de judeus italianos, cujo drama é contado com grande sensibilidade e mestria. De Sica revela-se aqui mais uma vez um grande director de actores: com excepção de cinco actores profissionais, todos os restantes são amadores, com os bons resultados que todos recordamos de «Ladões de Bicicleta» ou «O Milagre de Milão».

Quarta, 21.30, Canal 1

**Teatro**

**ESTREIA**

**TEATRO DA CORNUCÓPIA**  
Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **COMÉDIA DE RUBENNA**, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia.

**CASA DA COMÉDIA**  
Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.30. **O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS**, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

**CINEARTE**  
Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LIBERDADE EMBREMEN**, de R. W. Fassbinder. Encenação de Helder Costa, música de A. Vitorino de Almeida, interpretação de Maria do Céu Guerra e Rui Pisco, entre outros.

**COMUNA**  
Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **TERRA**, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). **A GRANDE ÁREA**, de Raymond Duthèrque. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16). **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carneiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

**RITZ CLUBE**  
Rua da Glória, 57. Tel. 325140. Bilhetes: 1000\$00. De 3ª a sáb. às 22. **O REGRESSO DOS POLÍCIAS**, de Slawomir Mrozek. Encenação de Helder Costa, interpretação do Grupo de Teatro Os Corvos.

**TEATRO ABERTO**  
Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **O SUICIDÁRIO**, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Mário Viegas e Irene Cruz, entre outros.

**TEATRO CAPITÓLIO**  
Parque Mayer. Tel. 3466745. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e às 21.30. **AICAVAQUINHO**. Encenação de Camilo de Oliveira, interpretação de Camilo de Oliveira, Vera Mónica e Fernanda Baptista, entre outros.

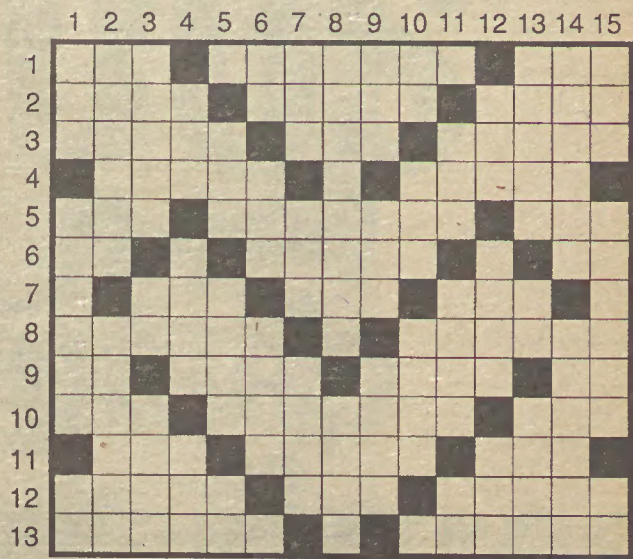
**TEATRO MARIA MATOS**  
Avenida Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 897017. Bilhetes: de 1000\$00 a 1500\$00. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17. **AMIGOS**, de Alain Ayckbourn. Encenação de John David, interpretação de Graça Lobo, Armando Cortez e Henrique Viana, entre outros.

**TEATRO MARIA VITÓRIA**  
Parque Mayer. Tel. 3475454. Bilhetes: de 500\$00 a 1500\$00. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **A GRANDE FESTA**. Encenação de Francisco Nicholson, interpretação de Florbela Queirós e Henrique Santos, entre outros.

**TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA**  
Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **AS SUPPLICANTES**, de Fonseca Lobo. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

**TEATRO VILLARET**  
Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 538586. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **OS BANCÁRIOS TAMBÉM TÊM ALMA**. Adaptação de Raul Solnado e Armando Cortez, interpretação de Raul Solnado, Io Apolloni e Manuela Maria.

**PALAVRAS CRUZADAS**



**HORIZONTALIS:** 1 — grande porção de água salgada; indolente; parte; 2 — rezem; sedimento; fêmea do touro; 3 — bandejas de metal (ant.); produz som; localidades de importância média; 4 — vigiemo; freg. de Lisboa; 5 — cont. de prep. e art.; concertos; óxido de cálcio; 6 — art.; higiénica; troça; 7 — prep.; triture; mãe de Nossa Senhora; 8 — célebre pintor grego no conto de Alexandre Magno; ligaria; 9 — ministra; aversão; enguias; bromo (simb.); 10 — acolá; esqueletos; deusa; (ant.); 11 — furor; tostas; senhor inglês; 12 — publica; gritos; severidade; 13 — pequena rosa; célebre.

**VERTICAIS:** 1 — pedras de amolar; notáveis; érbio (simb.); 2 — lavradas; descorado; 3 — tomas a ler; cério (simb.); mensageira dos deuses metamorfoseada por Juno em arco-íris; 4 — moléstia; regação; prep.; 5 — pertences; temor; átomo; (abrev.); 6 — chumbo (simb.); divisão de tempo; imposto de transmissão; 7 — cont. de prep. e art.; casal; serra alentejana; 8 — antigo poeta lírico; um dos continentes; 9 — partirá; braço de rio; saídas; 10 — cálcio (simb.); espécie de serpente; larvas das feridas dos animais; 11 — observas; aniversários; batráquio; 12 — miserável; erva doce; afirmação; 13 — espaços entre duas montanhas; brisa; exprimo; 14 — ir à cama; antigos povoadores de Espanha; 15 — partias; unira; rádio (simb.).

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTALIS:** 1 — Isabel; Leonor; 2 — mim; Menelau; ara; 3 — anão; rogar; luar; 4 — na; im; ser; tu; ó; 5 — oram; pelo; 6 — duo; Ítaca; ara; 7 — rir; aló; aga; Gil; 8 — azar; oporá; rasa; 9 — seu; ora; pio; 10 — ga; ara; não; só; 11 — aval; cravo; suar; 12 — dor; atirava; tia; 13 — os; acamarada; ar.

**VERTICAIS:** 1 — imane; rasgado; 2 — sina; diz; avós; 3 — ama; ouras; ar; 4 — oiro; real; 5 — em; má; Ur; ac.; 6 — ler; Milo; acta; 7 — nós; topo; rim; 8 — regera; ornara; 9 — lar; cara; var; 10 — lar; paga; nova; 11 — eu; te; pá; ad.; 12 — lula; rios; 13 — nau; órgão; ut; 14 — orão; ais; 15 — raros; laborar.

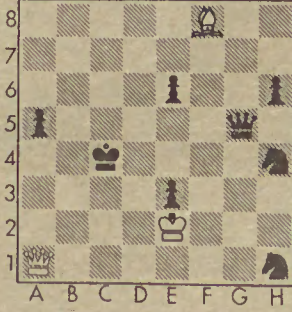
**XADREZ**

**CCXCIX - 18 de Abril de 1991**  
Proposição nº 299/A  
Por: Erich Zepler  
1º Prémio: Chess Review, 1937  
Pr.: [3]: Ph2-B68-Rh1  
Br.: [3]: Ca2-Bb5-Rf1



Mate em 5 lances  
\*\*\*

**Proposição nº 299/B**  
Por: V. & M. Platov  
Endspielstudien, 1914  
Pr.: [7]: Ps. a5, e3, e6, h6-Ch4-Dg5-  
Rc4  
Br.: [3]: Bf8-Da1-R62

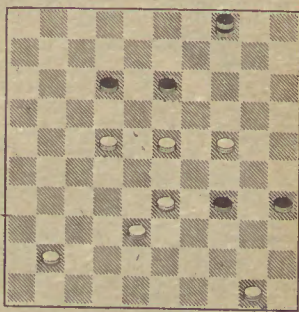


Branças jogam e ganham  
\*\*\*

**Solução do nº CCXCIV**  
Nº 299/A (E.Z.): 1. Bd3!, Bg6; 2. Cc3, B:d3+; 3. Rf2, B joga;  
4. Cc2 ou e4 conforme o posicionamento do B, B joga; 5. Cg3+  
Nº 299/B (V. & M.P.): 1. Da4+, Rd5; 2. Db5+, R64; 3. Dd3+, R65!; 4. Bg7+, Rf4; 5. B: h6 e g.  
1. .... Rç3; 2. Bg7+, e5; 3. B: e5+ e ganha.  
A. de M. M.

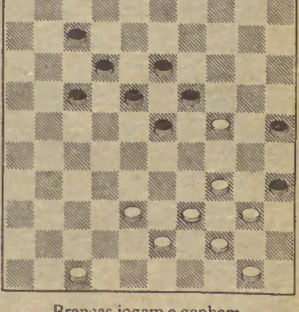
**DAMAS**

**CCXCIX - 18 de Abril de 1991**  
Proposição nº 299  
Por: A. de Graag  
- 1930  
Pr.: [5]: (4)-12-13-34-35  
Br.: [7]: 22-23-24-33-38-41-50



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

**Golpe nº 299**  
Por: P. Leygues  
- 1920  
Pr.: [9]: 7-12-13-17-18-19-23-25-35  
Br.: [9]: 24-34-38-39-40-43-44-47-50



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

**Soluções do nº CCXCIX**  
Nº 299 (A. de G.): 1. 24-19, (13x24); 2. 23-18, (12x23);  
3. 33-29, (4x33); 4. 29x40, (35x44); 5. 50x30+  
Golpe Nº 299 (P. L.): 1. 47-42, (19x30); 2. 39-33, (30x37);  
3. 44-39, (35x44); 4. 38-32, (37x28);  
5. 33x2=D, (44x33); 6. 2x44+  
A. de M. M.



Execução de rebeldes curdos. Desta vez foi no Irão. Em Agosto de 1979.

Soldado iraniano indicando o caminho a alguns milhares de refugiados curdos do Iraque atravessando a fronteira Iraque-Irão em Hadji Omnan (TELEFOTO LUSA)



Distribuição de géneros a refugiados curdos famintos na fronteira turco-iraquiana (TELEFOTO LUSA)

Na fronteira turca-iraquiana, uma mulher iraquiana pede a um soldado turco que a deixe atravessar a fronteira para que o seu filho doente possa ser visto por um médico (TELEFOTO LUSA)



# CURDOS

## um século de massacres

**A**

tragédia do povo curdo nasce daquilo que poderia ser exactamente um instrumento da sua felicidade e do seu progresso: as terras onde vive há séculos são ricas de dois bens preciosos no Médio Oriente: a água e o petróleo.

Descendentes dos Medos da Antiguidade, os curdos pertencem à mesma família étnica que os afgãos e os iranianos e vivem na zona montanhosa do monte Ararat onde se refugiaram no século XII fugindo aos invasores mongóis. Hoje, essa zona montanhosa de fronteiras mal definidas e a que se chama Curdistão estende-se por quatro países: a Turquia, onde vivem 12 a 15 milhões de curdos, o Iraque com 4 milhões, 6 a 8 milhões no Irão e 1 milhão na Síria. Uma minoria curda de cerca de 300 mil pessoas vive na URSS.

Muçulmanos sunitas, os curdos foram parte - como toda a região - do império otomano a partir do século XVI. No princípio do século XIX iniciava-se uma tragédia que não terminou ainda.

Apoiados pela Rússia czarista, desejava de minar o

império turco, os curdos revoltaram-se contra o domínio otomano, mas o levantamento foi sufocado. Com a guerra de 14-18, a derrota turca e a crescente influência inglesa na área, o tratado de Sévres, em 1920, entre os aliados e a Turquia, previa a criação de um estado curdo, o Curdistão. Mas o sonho durou, sem qualquer concretização, apenas três anos: em 1923, as potências ocidentais, desejosas de reforçarem de novo a Turquia contra a recém-criada URSS, aceitam as imposições de Ankara e, em Lausanne, revêm o acordo de Sévres: o território curdo continua integrado na Turquia, quedando-se o restante no Iraque e no Irão, dominados pelos ingleses, e na Síria, de influência colonial francesa.

A revolta curda mantém-se latente, profundamente ligada ao movimento de libertação nacional e recebendo apoio da URSS. Na década de 60, o Iraque conhece um período agitado, com sucessivos golpes animados pelo Partido Baas, mas que conduzem, em 1970, ao reconhecimento

pelo regime de Bagdad da autonomia curda. Em 1972 é celebrado o acordo de amizade soviético-iraquiano, o que desencadeia uma ofensiva por parte dos americanos e do xá da Pérsia contra Bagdad tendo como ponto central o domínio do estratégico estreito de Chat-el-Arab. O facto de os conflitos com os curdos não estarem ainda resolvidos leva a que Teerão consiga explorar o descontentamento curdo e sirva de placa rolante para um gigantesco apoio económico e militar da CIA a nova revolta curda: mais de 16 milhões de dólares serão dedicados a essa operação que desencadeia uma das maiores polémicas políticas da presidência de Richard Nixon.

Mas, em 1975, em Argel, o xá da Pérsia e o então vice-presidente iraquiano Sadam Hussein assinam um tratado que põe fim ao conflito iraquiano-iraniano - e o apoio à revolta curda desaparece! Pelo caminho haviam ficado 45 000 mortos e mais de 200 000 refugiados.

Na década de 80, com a deposição do xá e a vitória de Khomeini em Teerão o conflito reacende-se e alastra à Turquia onde, além da comunidade curda, se amontoam milhares de refugiados. O exército turco intervém na zona curda do Iraque e o exército iraquiano desencadeia sucessivas ofensivas contra as forças curdas, de novo apoiadas pelo Irão do ayatollah Komeini, envolvido entretanto numa sangrenta guerra com o Iraque. O governo iraquiano reconhecerá mais tarde haver usado armas químicas contra os curdos e provocado assim milhares de mortos.

Pensando que a derrota na guerra do Golfo poderia ter enfraquecido a resposta de Bagdad, a revolta curda reacendeu-se. Mas as tropas aliadas estão no Médio Oriente para proteger o petróleo e uma estabilidade na região favorável aos Estados Unidos. A autonomia curda não faz parte desse cenário.

E a tragédia repete-se.

# a talhe de FOICE

## Navegando

*O ministro da Defesa andou esta semana a navegar pelo Tejo com um grupo de jovens deficientes. A televisão, claro, registou o facto para a posteridade.*

*Foi bonito de se ver.*

*O ministro todo sorridente, a fazer de conta que puxava uma corda. A dizer aquelas palavras de circunstância sobre o futuro promissor destes jovens, que com a ajuda, empenho e dedicação da equipa governativa não-de ultrapassar, se não mesmo esquecer, as suas dificuldades.*

*O ministro nem sequer se esqueceu de cometer a infracção de fumar, o que logo deu azo ao pagamento de uma multa em géneros - no caso vertente cerveja - para toda a tripulação.*

*Lindo.*

*Só faltou mesmo ver o ministro de fatinho de marujo ou de capitão iglo a presidir ao rancho dos improvisados marinheiros.*

*Depois daquelas imagens, o país suspirou naturalmente de alívio. Está resolvido o problema dos deficientes em Portugal.*

*A partir de agora, sempre que um daqueles jovens tiver de enfrentar os obstáculos no acesso ao ensino, ou ao mercado de trabalho, mais não tem que fazer do que olhar as fotos de tão auspicioso dia para a vida lhe parecer logo cor-de-rosa. E os outros, que ainda não tiveram a dita de andar a navegar Tejo abaixo Tejo acima com o ministro da Defesa, só precisam de lhe escrever uma cartinha que o caso resolve-se.*

*É claro que de preferência há que escolher um período eleitoral. A política não se compadece com as urgências dos comuns mortais, nem a televisão tem disponibilidades avulsas para desbaratar. Imagine-se só o que seria se todos os sectores desprotegidos da população desatassem para aí a exigir que lhes dessem tempo de antena, dedicassem reportagens, agendassem entrevistas! Não havia mãos a medir e até acabava por parecer mal, como se o Governo não tratasse decentemente dos problemas nacionais. Assim, é um descanso.*

*Os ministros encarregam-se de preencher a agenda e sempre vão aproveitando para dizer ao zé povinho como tem sorte em ser governado por tais iluminados. De quando em vez até sai na rifa um passeiozinho de barco, uma almoçarada, que a mais não se é obrigado. Como quem diz, e acredita, que com papas e bolos...*

*É claro que os jovens mal fariam em não aproveitar a oportunidade. Assim como assim, se mais não têm, então que aproveitem os passeios à conta do orçamento.*

*O busilis da questão é outro. Ainda a semana passada o ministro da Juventude, Couto dos Santos, foi a Santarém dizer que é «vergonhoso» e «inadmissível» o tratamento que a Caixa Geral de Depósitos dá aos jovens que pedem crédito para a compra de habitação, informando-os mal e obrigando-os muitas vezes a desistir dos empréstimos que pediram por os encargos serem incomportáveis. Sendo a CGD um banco do Estado, houve logo quem ingenuamente pensasse que o ministro estava a criticar o executivo e a sua política para a aquisição de casa própria. Pura ilusão. O que o ministro acabou por defender foi a passagem de responsabilidades para as autarquias - que acusou de fazer especulação de terrenos -, o fim do conceito de habitação social e a abolição dos créditos bonificados, pois no seu entender estes geraram a especulação e aquele marginalizou as pessoas. Numa palavra, o Governo quer lavar as mãos deste como de muitos outros problemas, e cada um que se desembrulhe.*

*Ou seja, o que os ministros deste Governo andam a fazer é a tratar muito de negócios de Estado, com o dinheiro de todos nós, e a reduzir o Estado a um entreposto comercial com a iniciativa privada onde os cidadãos não têm lugar.*

*A navegar deste modo, ainda acabam por ficar à deriva.*

AF

## ÚLTIMAS

### PRIVATIZAÇÕES

# PS também tem responsabilidades

«O PCP também considera extremamente negativa a política de privatizações do Governo, quer para a definição de uma estratégia do desenvolvimento nacional, quer para a defesa da soberania nacional, e, por diversas vezes, tem alertado para a falta de transparência do que considera um verdadeiro leilão de riquíssimo património público. Mas não pode deixar de chamar a atenção do PS para as suas responsabilidades, nomeadamente em todo o processo da revisão da Constituição.»

Esta observação é feita numa nota do Gabinete de Imprensa do PCP, divulgada anteontem, comentando as declarações de Manuel dos

Santos, proferidas segunda-feira após uma reunião do Secretariado Nacional do PS. O deputado socialista considerou extremamente negativa a política de privatizações do executivo PSD, acrescentando que, para o PS, «o processo de privatizações tem que ser concretizado sem qualquer mácula.»

O Gabinete de Imprensa do PCP afirma que «em si, esta afirmação parece positiva», mas ressalva que ela «não pode considerar-se separada das posições do PS relativamente às privatizações». O PS, refere-se na nota, «que nos seus últimos documentos programáticos defendia grupos económicos do Estado como alavancas importantes

para a defesa da economia, até hoje não tomou uma única posição sobre os anúncios e privatizações de facto das empresas estratégicas na área financeira e na área produtiva, como sejam o Banco Português do Atlântico, o Banco Espírito Santo, a Portucel, a Petrogal, as cimenteiras, etc.»

«Absolver as causas, fazer vista grossa aos factos e, depois, tecer graves acusações às consequências daqueles é uma atitude que pode dar resultados eleitorais, mas não respeita a verdade e a seriedade políticas» - considera o PCP.

Na nota do Gabinete de Imprensa afirma-se ainda: «O PCP lamenta ter de referir

que não deixa de ser curioso e significativo o facto de ser o deputado que, ainda não há muito tempo, afirmava na AR que o PS nunca toleraria a reconstituição de grupos económicos à volta de meia-dúzia de famílias, cada uma com o seu banco, a sua companhia de seguros e o seu jornal privado, o mesmo que agora se mostra activo defensor do reforço das indemnizações àqueles que foram o sustentáculo do regime fascista».

Ver artigo sobre o tema na pág. 20

## Obras únicas não devem sair do País

Durante a semana passada foram tomadas públicas vigorosas tomadas de posição contra a saída de Portugal do Painel do Infante e das «Tentações de Santo Antão», obras únicas da pintura portuguesa que o Governo, na pessoa de Santana Lopes, pretende enviar para os Estados Unidos, para serem expostas na «Circa 92», comemorativa da descoberta da América (como referimos no «Avante!» de 4 de Abril).

Na quinta-feira, por iniciativa do pintor Jorge Marcel, realizou-se um debate público em Lisboa, na Livraria Barata. Entre os participantes no debate que se manifestaram contra a saída daquelas obras, foram referidos pela imprensa diária os nomes de Maria Alice Beaumont (antiga directora do Museu Nacional de Arte An-

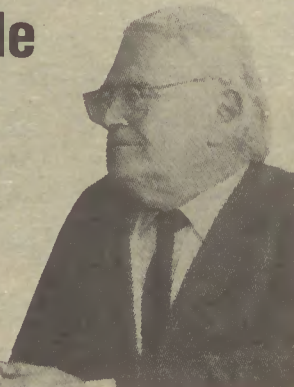
tiga, à guarda do qual estão aquelas obras de Nuno Gonçalves e Jerónimo Bosch), Adriano de Gusmão (historiador de arte), Abel Moura (pintor restaurador), Madalena Brás Teixeira (directora do Museu Nacional do Traje), Emília Nadal (representante da Sociedade Nacional de Belas-Artes), o caricaturista Sam, o escritor Alexandre Cabral. No mesmo sentido se pronunciaram, segundo Jorge Marcel, a Academia Nacional de Belas-Artes e a Associação Portuguesa de História da Arte.

O debate foi filmado e o vídeo está à disposição dos interessados na livraria da avenida de Roma, onde também são recolhidas assinaturas de protesto pela decisão da secretaria de Estado da Cultura.

## Joe Slovo pede continuação das sanções

Na passada sexta-feira realizou-se em Paris, a convite do Partido Comunista Francês, uma reunião de partidos comunistas de países da CEE com o secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano.

Joe Slovo deu uma informação sobre a situação na África do Sul, pondo o acento tónico na necessidade de uma resposta positiva do Governo às exigências do ANC de libertação de todos os presos políticos, regresso dos exilados, fim da violência e consagração do princípio «um homem, um voto». Até à satisfação destas exigências



mínimas, a comunidade internacional deve manter as sanções ao regime de Pretória, considerou o dirigente comunista.

O PCP, representado na reunião por Domingos Lopes, valorizou a iniciativa e expressou a sua solidariedade à luta do ANC, do PC Sul-Africano e do povo da África do Sul pela conquista da liberdade e da democracia.



Firmemente contrário à saída das pinturas é também Fernando de Azevedo. Anteontem, em entrevista ao «Jornal de Letras», o presidente da SNBA (instituição que manifestou à SEC o seu

protesto, em carta de 4 de Abril) sublinhava o valor das obras e alertava para os perigos da viagem anunciada, defendendo que «não é de arriscar o que é único e insubstituível».

## Encontro PCP-Fenprof

No dia 11 de Abril, no centro de trabalho da rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado por Edgar Correia e Vítor Dias, membros da Comissão Política, recebeu uma delegação da Federação Nacional dos Professores constituída por António Teodoro, secretário-geral da Fenprof, e pelos dirigentes sindicais José Paulo Serralheiro (Norte), José João Lucas (Centro), Paulo Sucena (Grande Lisboa), Maria do Céu Figueiredo (Sul), Fátima Garcia (Açores) e Adília Andrade (Madeira). Os diri-

gentes da Fenprof deram uma circunstanciada informação sobre a situação existente na área do ensino e, em particular, sobre a luta dos professores e as suas perspectivas. Por parte da delegação do PCP, foi uma vez mais manifestado o apoio do Partido à luta que os professores, a Fenprof e os seus sindicatos travam pela completa reposição da legalidade na questão da remuneração dos professores e por uma reforma educativa que respeite os valores e princípios da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo.

